

CORPO DIRIGENTE

Ana Dayse Rezende Dorea
REITORA

Eurico de Barros Lôbo Filho
VICE-REITOR

João Carlos Cordeiro Barbirato
PRÓ-REITOR DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Maria das Graças Medeiros Tavares
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Josealdo Tonholo
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Silvia Regina Cardeal
PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO

Pedro Nelson Bomfim Gomes Ribeiro
PRÓ-REITOR ESTUDANTIL

Eduardo Silvio Sarmiento de Lyra
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Valéria Carneiro Lages Ressurreição
PROCURADORA GERAL

Maria José Menezes Messias
CHEFE DE GABINETE

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (Item 1 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)	7
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS (Item 2 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)	8
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	8
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	11
2.3. PROGRAMAS	30
2.3.1. Programa 0073 – Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	32
2.3.2. Principais Ações do Programa 0073	32
2.3.2.1. Ação 8954 - Apoio Educacional às Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social	32
2.3.3. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.....	34
2.3.4. Principais Ações do Programa 0089	35
2.3.4.1. Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	35
2.3.5. Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	36
2.3.6. Principais Ações do Programa	36
2.3.6.1. Ação 1B00 – Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades– SNIC.....	36
2.3.7. Programa 0471 – Ciências, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social.....	37
2.3.8. Principais Ações do Programa	38
2.3.8.1. Ação 6702 – Difusão e Popularização de Ciências e Tecnologia para Inclusão Social.....	38
2.3.9. Programa 0697 – Defesa do Consumidor	41
2.3.10. Principais Ações do Programa.....	41
2.3.10.1. Ação 6067 – Defesa dos Direitos Difusos	41
2.3.11. Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	42
2.3.12. Principais Ações do Programa.....	42
2.3.12.1. Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	42
2.3.12.2. Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	43
2.3.12.3. Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	44
2.3.12.4. Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	45
2.3.13. Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	46
2.3.14. Principais Ações do Programa.....	46
2.3.14.1. Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	46
2.3.15. Programa 1061 – Brasil Escolarizado	47
2.3.16. Principais Ações do Programa.....	47
2.3.16.1. Ação 8429 – Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública	47
2.3.16.2. Ação 0A30 – Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica.....	51
2.3.17. Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.....	52
2.3.18. Principais Ações do Programa.....	52
2.3.18.1. Ação 6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional.....	52
2.3.18.2. Ação 2992 – Funcionamento da Educação Profissional	54
2.3.19. Programa 1067 – Gestão da Política de Educação.....	55
2.3.20. Principais Ações do Programa 1067.....	55
2.3.20.1. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	55
2.3.20.2. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa	57
2.3.21. Programa 1073 – Brasil Universitário	58
2.3.22. Principais Ações do Programa 1073.....	58
2.3.22.1. Ação 4009 – Funcionamento de Cursos de Graduação.....	58
2.3.22.2. Ação 4008 – Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	61
2.3.22.3. Ação 2E14 – Reforma e Modernização de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior	62
2.3.22.4. Ação 4002 – Assistência ao Educando do Ensino de Graduação.....	63
2.3.22.5. Ação 4005 – Apoio a Residência Multifuncional	64
2.3.22.6. Ação 8551 – Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior	65
2.3.22.7. Ação 4413 – Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior (PET)	67
2.3.22.8. Ação 6379 – Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais.....	69
2.3.22.9. Ação 009E – Concessão de Benefício a Estudantes Estrangeiros em Graduação no Brasil	70
2.3.22.10. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	72
2.3.22.11. Ação 1H55 – Expansão do Ensino Superior - Campus Arapiraca	73
2.3.22.12. Ação 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI	74
2.3.22.13. Ação 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino	76

Relatório de Gestão 2008 - 4

2.3.22.14. Ação 119R - REUNI - Readequação da Infra-Estrutura.....	78
2.3.23. Programa 1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	79
2.3.24. Principais Ações do Programa.....	80
2.3.24.1. Ação 8585 – Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.....	80
2.3.24.2. Ação 8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	81
2.3.25. Programa 1291 – Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e hemoderivados	82
2.3.26. Principais Ações do Programa	82
2.3.26.1. Ação 4295 – Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças de Hematológicas.....	82
2.3.26.2. Ação 7690 – Estruturação dos Servidores de Hematologia e Hemoterapia.....	83
2.3.27. Programa 1305 – Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental....	84
2.3.28. Principais Ações do Programa.....	85
2.3.28.1. Ação 101P – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco.....	85
2.3.29. Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica.....	86
2.3.30. Principais Ações do Programa.....	86
2.3.30.1. Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	87
2.3.30.2. Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País	90
2.3.30.3. Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.....	92
2.3.31. Programa 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania.....	93
2.3.32. Principais Ações do Programa.....	94
2.3.32.1. Ação 2C68 – Fomento à Inclusão Social e Étnico Racial na Educação Superior	94
2.3.32.2. Ação 8741 – Desenvolvimento de Projetos Educacionais para Acesso e Permanência na Universidade de Estudantes de Baixa Renda e Grupos Socialmente Discriminados	95
2.3.32.3. Ação 8742 – Integração da Comunidade no Espaço Escolar	97
2.3.33. Programa 1402 – Educação em Direitos Humanos	98
2.3.34. Principais Ações do Programa.....	98
2.3.34.1. Ação 8815 – Comitês de Educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios	98
2.3.35. Programa 1444 – Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	99
2.3.36. Principais Ações do Programa.....	99
2.3.36.1. Ação 20AC – Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	100
2.3.36.2. Ação 20AL – Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para Vigilância em Saúde	102
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	104
2.4.1. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS	107
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS (Item 3 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.1 – Reconhecimento de Passivos)	107
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Item 4 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.2 – Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi).....	108
5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIA (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO (Item 5 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.3).....	108
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA (Item 6 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008).....	108
7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS (Item 7 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.4 – Projetos e Programas financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados).....	109
8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA (Item 8 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadros: II.A.5, II.A.6, II.A.7, II.A.8, II.A.9, II.A.10, II.A.11)	109
9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA (Item 9 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.12).....	109
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS (Item 10 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)	109
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO (Item 11 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)	109
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (Item 12 do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica do Anexo II da DN TCU 93/2008).....	110
13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU (Item 13 do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica do Anexo II da DN TCU 93/2008).....	120
14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO (Item 14 do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica do Anexo II da DN TCU 93/2008).....	127
15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO (Item 15 do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica do Anexo II da DN TCU 93/2008).....	127
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	128

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....	130
18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (Item B do Anexo II da DN TCU 93/2008).....	132

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas – UFAL, vinculada ao Ministério da Educação, é uma instituição pública de ensino superior, que tem a seguinte missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e o bem comum.

Dentre os objetivos da UFAL, está o de formar profissionais qualificados tecnicamente e capazes de responder positivamente aos anseios da sociedade onde estão inseridos. Nesse contexto, ela desenvolveu suas atividades constituindo um referencial da educação, da ciência, da cultura e da tecnologia, por meio da capacitação profissional, da expansão do saber, realizando pesquisas em diversas áreas do conhecimento, promovendo sua extensão em parcerias com os vários segmentos do governo, entidades e organizações da sociedade civil, como forma de participar ativamente do processo de desenvolvimento regional.

A UFAL atua, igualmente no sentido da contribuição ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural de Alagoas, isto tem gerado condições concretas de reafirmar seu compromisso assumido com o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Estado.

Nesse âmbito, apresentamos o **Relatório de Gestão 2008** aos órgãos de responsabilidade fiscal, órgãos de ensino superior, à comunidade em geral, especialmente à comunidade acadêmica. No presente documento, são analisados os aspectos mais relevantes da gestão acadêmica e administrativa da UFAL, durante o exercício de 2008, buscando, sempre que possível, analisar o comportamento evolutivo das variáveis consideradas estratégicas no desempenho de sua atuação formal.

Examina-se o comportamento da execução orçamentário-financeira das 44 (quarenta e quatro) ações contidas no Plano Plurianual – PAA do Governo Federal. Destaca-se ainda a construção, apresentação e análise dos indicadores de desempenho operacional da instituição, seguindo as orientações dos Acórdãos nº 1.043/2006 e nº 2.167/2006, por força da Decisão nº 408/2002, do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU.

Por meio das análises dos resultados apresentados no presente Relatório de Gestão, é possível oferecer à sociedade um instrumento de avaliação do desempenho qualitativo e quantitativo da vida acadêmica e administrativa da UFAL. Além disso, este instrumento permitirá a UFAL (re)definir suas diretrizes de tomadas de decisão na busca da eficiência administrativa e excelência acadêmica.

A elaboração deste relatório está em conformidade com as orientações da CGU, através da Decisão Normativa TCU nº 408/2002, de 24 de abril de 2002; Instrução Normativa TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008; Decisão Normativa TCU nº 93, de 03 de dezembro de 2008; Decisão Normativa TCU nº 94, de 03 de dezembro de 2008 e Portaria CGU nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008.

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (Item 1 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Tabela 01 – Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Universidade Federal de Alagoas – UFAL	
CNPJ	24.464.109/0001-48	
Natureza jurídica	Autarquia sob Regime Especial do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Educação da República Federativa do Brasil	
Endereço completo da sede	Av. Lourival de Melo Mota, S/N - Campus A. C. Simões - Tabuleiro do Martins - CEP: 57.072-970 - Maceió – Alagoas	
Endereço da página institucional na <i>internet</i>	URL: www.ufal.edu.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	- Lei nº 3.867 criou a Universidade Federal de Alagoas. - Estatuto aprovado pela Portaria do MEC Nº 4.067, de 29.12.2003. - Regimento Geral aprovado pela Resolução Nº 01/2006 – CONSUNI/CEPE.	
Código da UJ titular do relatório	153037	
Códigos das UJ abrangidas	150229 (HUPAA)	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Educação	
Tipo de atividade	Educação Superior	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome:	Código:
	UFAL	UG: 153037 Gestão Favorecida: 15222
	Hosp. Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA)	UG: 150229

Fonte: PROGINST

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS (Item 2 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A presença da Universidade Federal de Alagoas - UFAL no território alagoano, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência, representa importante vetor de desenvolvimento de Alagoas, sobretudo por se tratar de um dos Estados que apresenta maiores indicadores de desigualdades do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, significa enfrentar enorme desafio para exercer plenamente a sua missão social neste contexto periférico, de grandes limitações e precariedades. Este cenário é evidenciado por indicadores sociais e econômicos preocupantes, como exemplificam alguns deles apresentados a seguir:

- ✘ Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: 0,677 (IPEA, 2005) – o pior do Brasil;
- ✘ Renda *per capita*: US\$ 2.332,10 (IBGE-BACEN, 2006);
- ✘ Miserabilidade: 47% da população sobrevivem com renda abaixo de R\$ 88,00 por pessoa. (FGV, Mapa do Fim da Fome em Alagoas, 2003);
- ✘ 69,4% da população ativa recebem até um salário mínimo (IBGE, 2003);
- ✘ Estado com maior proporção de pobres do Brasil: 62% (IPEA, 2004); concentração de renda (Gini = 0,571), a maior do Brasil;
- ✘ 70% de seus municípios entre os 20% com menor IDH do País;
- ✘ Em 1999 sete dos dez municípios brasileiros mais pobres situavam-se em Alagoas - inclusive o mais miserável de todos, São José de Tapera, no Sertão Alagoano. Ali, a taxa de crianças mortas antes de completar um ano de vida era uma das mais altas do Brasil: 192,43 por mil crianças (ONU, 1999);
- ✘ Acesso à água encanada: 48,80%: (SNIS/CASAL, 2006) a segunda menor do país; coleta e tratamento de esgoto: 30,5%, (PNAD, 2005);
- ✘ Trabalho infantil não remunerado: 71,9% do total de crianças em trabalho, de 5 a 17 anos; (IBGE-PNAD, 2001);
- ✘ Analfabetismo: 25,20% (PNAD, 2008);
- ✘ Analfabetismo Funcional 38,30 (IBGE, 2008);
- ✘ Insuficiente formação/qualificação docente da rede pública municipal e estadual: 20.000 professores (CEE-AL/Gazeta de Alagoas, 22/02/2004);
- ✘ Ensino Básico – número de matriculados em 2006 – 1.061.557 (INEP, 2006), nº de docentes em 2006, 40.110 (INEP, 2006);
- ✘ Ensino Superior dados de 2006 – nº de instituições: 28; cursos: 205; docentes: 3.413; técnicos: 2.414; alunos matriculados: 43.607; concluintes: 6.460; vagas oferecidas: 18.767; inscrições no vestibular: 56.687; ingressos: 16.277; média de anos de estudo na faixa entre 19 e 59 anos 6,22 (INEP, 2006).

Entretanto, trata-se de um dos menores Estados brasileiros - com 27.818,5 km² e 3.037.103 habitantes estimativa (IBGE, 2008) – fato que poderia beneficiá-lo, por sua menor escala física de problemas. Além disso, apresenta grandes potencialidades naturais (patrimônio ambiental), sociais (diversidade, patrimônio cultural, população cordial e trabalhadora) e econômicas (recursos naturais, agroindústrias, razoável infra-estrutura física). São potencialidades pouco ou inadequadamente exploradas, revelando um quadro persistente de exclusão social, econômica e política, marcado, especialmente, pelo baixo grau de escolaridade e baixa qualificação profissional dos seus habitantes, o que reforça a falta de oportunidades para a maioria e ressalta o papel da educação como estratégia de mudança. A interiorização da UFAL para as diversas sub-regiões deste Estado proporcionará a mobilidade social de seus habitantes, além de alavancar o desenvolvimento dos diferentes segmentos.

A UFAL encontra-se num momento privilegiado, tanto em termos de conjuntura externa quanto de conjuntura interna, para consolidar, ampliar e aprofundar um processo de

transformação já em curso. Os indicadores da UFAL, em geral, são ótimos em relação à média do conjunto das IFES. Após mais de três décadas de crescimento muito baixo (1970 - 2003), a UFAL, nos últimos anos (2004 - 2007), conseguiu aumento significativo de 48% na oferta de vagas no vestibular e, por meio de outras ações, incremento substancial no número de estudantes. Hoje, a nossa relação aluno/professor é de cerca de 17:1.

Em 2006, a UFAL iniciou sua expansão para o interior do Estado de Alagoas, inaugurando o Campus Arapiraca com 16 cursos todos presencial diurno, totalizando 640 vagas anuais, reafirmando, assim, o papel da Universidade enquanto importante instrumento de desenvolvimento estadual e regional. Entretanto, esse avanço quantitativo não chega a alcançar o limite de expansão possível para a UFAL, na medida em que espaços e equipamentos destinados ao ensino permanecem predominantemente ociosos no período noturno.

A importância do papel da UFAL - a mais qualificada instituição de ensino superior em atuação no Estado de Alagoas - que é representada pela sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento alagoano, ao facilitar o acesso ao ensino superior de uma enorme parcela de estudantes com vulnerabilidade econômica e interioranos, com baixa ou com uma nula capacidade de deslocamento ou transferência para capital de Maceió, vem, sobretudo, induzir novas demandas locais e possibilitar investimentos federais de capital, de custeio e de massa salarial do pessoal envolvido. Deste modo, vem aliar à formação de competência, à produção de conhecimento e à oferta de oportunidades locais.

Tal esforço para superar as dificuldades do contexto, encontra justificativa na forte demanda por educação superior vinda do interior do Estado. Além disso, somem-se a essa demanda, àquelas emanadas dos poderes municipais, estadual e federal de atuação local, assim como da iniciativa privada, em sua capacidade empregadora e empreendedora.

A UFAL - maior instituição pública de ensino superior do Estado, foi criada em 25 de janeiro de 1961 por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, reunindo as Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957). A instituição, ao longo de sua existência, tem passado por grandes transformações. Voltada à produção e disseminação do conhecimento, a UFAL tem a dimensão de sua atuação determinada pela amplitude de seus compromissos e pelo envolvimento com a sociedade alagoana. Nessa perspectiva, a UFAL procurou se integrar à sociedade, com o fim de compartilhar os problemas, e os desafios e ajudar no desenvolvimento nacional, regional e local.

Seu Campus principal está localizado em Maceió, no bairro do Tabuleiro do Martins, às margens da BR-104. Ele possui uma área total de cerca de 2.100.000 m², com 128.034 m² de área construída e 10.214 m² de área de Laboratório. Conta, também, com 11 unidades extra Campus para desenvolvimento de suas atividades fins: Campus Avançado Fazenda São Luiz, Estação de Floração e Cruzamento "Serra do Ouro", Estação Quarentenária, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (antigo Centro de Ciências Biológicas), Usina Ciência, Espaço Cultural, Campus Delza Gitaí, Campus Arapiraca, Pólo de Palmeira dos Índios, Pólo de Penedo e Pólo de Viçosa.

2.1.2. Declaração de Princípios da UFAL

No cumprimento de sua missão institucional, a UFAL norteia suas ações pelos princípios:

- ☒ Da gestão democrática, transparente e descentralizada;
- ☒ Da legalidade e publicidade de seus atos, moldando e legitimando sua atuação;
- ☒ Da moralidade e da impessoalidade, em consonância com o interesse público;
- ☒ Da eficiência e da eficácia, com foco na qualidade da prestação de serviços e na efetiva produção de resultados;
- ☒ Da ética, como norteadora de toda a prática institucional, em todas as suas relações internas e com a sociedade;

- ☒ Da busca de mecanismos de promoção da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;
- ☒ Da liberdade de expressão do pensamento, de criação, de difusão e socialização do saber;
- ☒ Do respeito às especificidades das unidades acadêmicas; e
- ☒ Do desenvolvimento científico, político, cultural, artístico e sócio-econômico do Estado de Alagoas.

2.1.3. Macro-Prioridades da UFAL

- ☒ Desenvolvimento e fortalecimento das unidades acadêmicas do Campus A. C. Simões e Campus Arapiraca e seus Pólos;
- ☒ Implantação do REUNI nos Campi A. C. Simões, Arapiraca e Delmiro Gouveia;
- ☒ Eficientização da Superintendência de Infra-estrutura;
- ☒ Formulação e implementação da nova política de assistência ao estudante; e
- ☒ Gestão participativa e democrática.

2.1.4. Declaração da Missão da UFAL

A Universidade Federal de Alagoas tem por missão: produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e o bem comum.

2.1.5. Visão de Futuro da UFAL

A UFAL visa tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade alagoana, enfatizando a sua participação no desenvolvimento regional. Para garantir a concretização de sua visão estratégica, a UFAL deverá orientar suas ações com vistas aos desafios de:

- ☒ Captar recursos alternativos para implementação de uma política de desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural;
- ☒ Aperfeiçoar o processo de gestão democrática como condição básica para identificar, implantar e/ou consolidar as interfaces dos projetos institucionais;
- ☒ Consolidar sua credibilidade na sociedade pela formação de profissionais qualificados e com capacidade crítica para intervir no contexto político-cultural e sócio-econômico, e ainda pelo atendimento às demandas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais dos indivíduos, dos grupos e das instituições governamentais e não-governamentais; e
- ☒ Atender às demandas do processo de desenvolvimento da educação, da saúde, das ciências agrárias, da cultura e dos negócios, ampliando o papel da Universidade no desenvolvimento social e econômico local e regional.

2.1.6. Objetivos Institucionais

- ☒ Criar novos cursos de graduação e Pós-Graduação vinculando-os, quando possível, ao desenvolvimento estadual;
- ☒ Diversificar o ensino, com a expansão da oferta de cursos de graduação na modalidade a distância;
- ☒ Melhorar a qualidade educativa dos cursos de graduação;
- ☒ Expandir a oferta de vagas nos cursos de graduação, Implantando novas turmas nos cursos já existentes, particularmente no período noturno, visando ampliar a política de inclusão;
- ☒ Ampliar e fortalecer os grupos de pesquisa de modo a incrementar a produção científica da UFAL;
- ☒ Consolidar e expandir os programas de extensão das unidades acadêmicas, articulando-os às demandas sociais;
- ☒ Consolidar iniciativas de desenvolvimento cultural;

- Criar grupos de gestão e de execução da expansão;
- Oportunizar com maior intensidade a inclusão social por meio da ampliação do *Campus* Arapiraca e da implantação do *Campus* Delmiro Gouveia;
- Ampliar o quadro de docentes e de técnicos-administrativos;
- Investir na qualificação dos técnicos-administrativos e na preparação pedagógica docente;
- Ampliar a assistência estudantil: número de bolsas, número de comensais, quantidade de residentes e a assistência médica-odontológica;
- Consolidar a política de Desporto Universitário;
- Criar núcleos de assistência pedagógica e assistência psicológica;
- Melhorar as condições de permanência dos discentes, principalmente daqueles que apresentam vulnerabilidade social e econômica;
- Ampliar a infra-estrutura física da Universidade; e
- Criar espaços coletivos de convivência da comunidade universitária.

2.1.7. Projetos Estruturantes (Ano: 2008)

- Revisar a rede elétrica do *Campus* Central (CACS) na parte coletiva e nas unidades;
- Construir os blocos do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS) no CACS;
- Ampliar a infra-estrutura física do *Campus* Arapiraca e de seus Pólos (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa);
- Concluir a rede de dados no *Campus* Central, com a distribuição de fibras óticas nas Unidades não contempladas na primeira fase (financiamento CT-Infra) e implementação de *wireless* no prédio da Reitoria para, sem seguida, expandir para o resto do *Campus* Central;
- Pavimentar (em paralelepípedo) as vias do *Campus* Central;
- Revitalizar a paisagem dos *Campi*: serviços em praças, jardins e estacionamentos;
- Implantar os módulos de Patrimônio, Almoxarifado e Recursos Humanos do Sistema Integrado de Informações – SIE;
- Elaborar os projetos pedagógicos e arquitetônicos do *Campus* Delmiro Gouveia;
- Reformular os sítios da instituição com ênfase na criação dos portais de conhecimento (portal do servidor, portal do gestor e portal da comunidade);
- Implantar um modelo de segurança integrada na UFAL, compreendendo a disponibilização e instalação de equipamentos de captação, geração, visualização e gravação de imagens, controle de acesso de pessoas, de veículos e sistema de alarme de intrusão;
- Implementar a expansão da Instituição prevista dentro do Programa REUNI.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No período de 2003 a 2007, a UFAL foi dirigida pela Reitora profa. Ana Dayse Rezende Dorea que elegeu como prioridade a melhoria da qualidade do ensino, a expansão e a inserção social da Instituição por meio do aperfeiçoamento das suas atividades-fins. Neste sentido, tornou-se particularmente prioritário o seu processo de expansão para o interior, com a criação do *Campus* Arapiraca em 2006 e seus Pólos (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa), enquanto importante instrumento de desenvolvimento estadual e regional.

Em dezembro de 2007 a profa. Ana Dayse Rezende Dorea foi novamente reconduzida na gestão da UFAL, para o período de 2007 a 2011, tendo como maior diretriz uma gestão democrática, participativa, planejada e transparente. Tem-se como grandes propósitos desta gestão: inclusão social, expansão e inovação. Notam-se, dentre outras, as seguintes macro-prioridades da atual gestão:

(1) **Desenvolvimento e fortalecimento das unidades acadêmicas do Campus A. C. Simões e Campus Arapiraca e seus Pólos.** Uma das diretrizes fundamentais da atual gestão - a política de expansão e democratização do acesso à Universidade com qualidade

social - foi concretizada em parte, com a implantação do Campus Arapiraca e seus Pólos de Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa, primeira etapa do projeto de interiorização, que se completa com a criação do Campus Delmiro Gouveia, e com o Pólo Santana de Ipanema, previsto para ser implantado a partir de 2010. O Campus Arapiraca e os seus Pólos, em pleno funcionamento, vêm contribuindo efetivamente para o atendimento aos estudantes dos municípios do interior de Alagoas, com uma oferta de 16 (dezesesseis) cursos de graduação. Foram contratados 58 docentes e 11 técnicos. São ofertados dezesseis cursos no Campus Arapiraca e em seus Pólos, nas modalidades de bacharelado e licenciatura, e com a efetivação dos programas e projetos de pesquisa e extensão e, ainda, a consolidação do concurso vestibular para 640 novos alunos por ano.

(2) **Implantação do REUNI nos Campi A. C. Simões, Arapiraca e Delmiro Gouveia.** Em abril de 2007, o Governo Federal lançou o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cujas orientações estão contidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Decreto Nº 6.096/97 de 24 de abril de 2007. Trata-se de um plano de investimentos para reestruturação e expansão das Universidades Federais, o qual investirá nos *campi* da UFAL cerca de R\$ 129 milhões nos próximos cinco anos (R\$ 90.189.562,92 em custeio e R\$ 38.851.359,74 em capital). O REUNI possibilitou, nesse primeiro ano, a contratação de novos servidores (docentes e técnicos) por meio de concursos públicos e investimentos na infra-estrutura da UFAL. A partir de 2010, funcionarão no Campus Delmiro Gouveia, os cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção Industrial, Licenciatura em Letras, História, Pedagogia e Geografia. Já no Pólo Santana do Ipanema, a UFAL ofertará os cursos de Economia e Ciências Contábeis. A elaboração dos Projetos Pedagógicos dos referidos cursos tomaram boa parte do tempo de 2008.

(3) **Eficientização da Superintendência de Infra-estrutura.** Para agilizar o plano de investimento na área de infra-estrutura, foi criada, em 2008, a Superintendência de Infra-estrutura (Sinfra), resultado da fusão do Departamento de Serviços Gerais e da Prefeitura Universitária. Esse órgão de apoio administrativo implantou um plano emergencial, realizando um trabalho compartilhado e tem se empenhado para dinamizar as atividades na área. Entretanto, os objetivos da mudança não foram alcançados, pois a nova equipe, com pouca experiência, não conseguiu dar o ritmo necessário e que se esperava. Ressalte-se a colaboração de docentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na forma de parceria com a administração central da UFAL, para a elaboração dos projetos arquitetônicos para os prédios elencados na expansão.

(4) **Formulação e implementação da política de assistência ao estudante.** A UFAL tem procurado canalizar suas ações no sentido de criar e estreitar alguns canais de comunicação com o universo estudantil por meio de Programas de acessibilidade, de inclusão e permanência no espaço acadêmico/universitário. Com base nisso, ficou estabelecido quatro eixos de ações: (1) Inclusão e permanência; (2) Apoio ao desempenho acadêmico; (3) Promoção da cultura, lazer e do esporte e (4) Assuntos de interesse da juventude.

(5) **Gestão participativa e democrática.** Em 2008, foram feitos calçamento da via até o Instituto de Ciências, Comunicação e Artes (ICHCA); revisão na rede elétrica de alta tensão; construção três blocos de sala de aula para os Institutos de Física, Matemática e Química; e construção de prédios novos do Centro de Educação e do bloco João de Deus. Também teve início, em 2008, o prédio da COPEVE, que se situará defronte ao antigo Centro de Saúde (CSAU). Entre as ações estratégicas que merecem destaque notam-se: a ampliação da implantação do Sistema Informatizado de Gestão Universitária – SIE; o acesso à Internet via *Wireless* em algumas áreas do Campus A. C. Simões; a participação nos editais da UAB publicados pelo MEC, além de projetos importantes para o Estado, como o Pacto pela Educação e o PAESPE; proporcionaram o pré-vestibular comunitário, uma iniciativa do Programa Conexões de Saberes da UFAL, que ofertou, só em 2008, 410 vagas, para jovens dos bairros Graciliano Ramos, Benedito Bentes, Bom Parto e dos municípios de Santa Luzia do Norte e Rio Largo. O Programa Conexões de Saberes, iniciativa da Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e do MEC, atua desde 2006 na UFAL com cinco projetos: “Pré-Vestibular Comunitário”; “Projeto Vizinhança: Preparatório para o supletivo”; “Organização e Mobilização Comunitária”; “Fitoterapia Popular”; e “Educação Complementar e Cidadania”. O Programa visa aproximar o saber popular do saber científico.

Neste tópico, serão apresentados também os objetivos e prioridades definidos pela gestão e o conjunto de decisões operacionais em relação às atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil) e de gastos que foram adotadas no exercício de 2008.

3.1. Ensino de Graduação

Em 2008, a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD se propôs a alcançar várias metas, as tais destacam-se:

1. **Ampliação do acesso aos cursos de graduação.** Tanto na modalidade presencial como na modalidade a distância, dando prioridade para o turno noturno. Resultados alcançados: mesmo mantendo o número de cursos referente ao ano de 2007 (45 cursos de graduação, nas mais diversas áreas do conhecimento, em suas 21 Unidades Acadêmicas, situadas no Campus A. C. Simões, em Maceió, e 16, no Campus Arapiraca e seus Pólos, totalizando 61 cursos, sendo 18 licenciaturas, das quais 13 são oferecidas no Campus A. C. Simões e 5 no de Arapiraca); houve uma ampliação de 22,30% no número de vagas, comparando ao ano de 2007, o que corresponde a 746 novas vagas com entrada em 2009.
2. **Implantar novos cursos, novas turmas em Pólos de EAD/UAB e incentivar a criação de novos Pólos da UAB no Estado.** Resultados alcançados: ampliação das turmas dos cursos de Pedagogia e Física (licenciaturas) e Sistema de Informação nos municípios de Maceió, Santana do Ipanema, Olho D'Água das Flores, Maragogi e Porto Calvo. Criação do curso de Matemática, já com turmas em 2009 e de um novo Pólo em São José da Lage.
3. **Implementar o Novo Sistema de Estágio Curricular – MGE.** Resultados alcançados: implementação efetivamente do novo Módulo de Estágio Curricular – MGE, em que todos os encaminhamentos de estágio em 2008, foram efetuados através do Módulo, o que permite maior celeridade nos processos. Além disso, foi elaborado o Manual do Estágio Curricular e capacitados os atores envolvidos com o estágio curricular (obrigatório e não obrigatório).
4. **Ampliação dos Programas Institucionais.** Resultados alcançados no âmbito das Licenciaturas:
 - ☞ PRODOCÊNCIA - durante o ano de 2008 o Programa de Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA da UFAL foi construindo com participação de todos os Cursos de Licenciaturas de acordo com o Edital do MEC/SESu/DEPEN. O referido programa é direcionado para a melhoria da formação de professores e estudantes das licenciaturas, através do desenvolvimento do projeto Ações interdisciplinares nos Cursos de Licenciaturas, articuladas às práticas pedagógicas inovadoras e de utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação integradas à Educação Básica da rede pública de Alagoas. Este programa está sendo implantado com o intuito de desenvolver uma proposta de formação que articule a Educação Superior com a Educação Básica, visando à elevação do nível de qualificação oferecido na formação inicial de professores, no sentido de fomentar a criação de propostas interdisciplinares nas licenciaturas, fazendo com que ocorra uma maior contribuição para a diversificação da modalidade de oferta de cursos de graduação, afinando-se com a política oficial de incrementar as formas de acesso ao ensino superior.
 - ☞ PIBID – em 2008, foi construída a proposta da UFAL junto às coordenações dos Cursos de Licenciatura, equipe da Secretaria de Educação para implantação do PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, O projeto UFAL, intitulado - *Relação Universidade/Escola: A Formação Inicial do Professor Comprometida com a*

Melhoria da Qualidade do Ensino - aprovado pelo MEC tem por objetivo a melhoria da formação de professores para a educação básica, especialmente, para o ensino médio, valorizando o magistério e uma melhor qualidade da educação básica. O PIBID está focado para obtenção de experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, que se utilize de recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação, valorizando o uso do espaço da escola pública como campo de experiência, para a construção do conhecimento na formação de professores para a educação básica. O PIBID atende ao plano de metas Compromisso Todos pela Educação, previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nacional para 6, até 2022, ano do bicentenário da independência do Brasil. O programa vai unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas onde o IDEB está abaixo da média nacional, que é de 3,8.

5. Ampliação dos Programas Institucionais. Resultados alcançados no âmbito dos Bacharelados:

- ✍ Outro Programa que em 2008 foi elaborado, encaminhado e aprovado pelo Ministério da Saúde e da Educação foi o PROSAÚDE. Ele foi construído coletivamente, com a colaboração técnica de representantes dos cursos de Medicina, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Nutrição e Farmácia, além da Secretaria de Saúde dos municípios de Maceió e Arapiraca, o programa representa a possibilidade de reorientar a formação dos profissionais da saúde, integrando-se todos, em direção ao fortalecimento e à consolidação do SUS, como Política Nacional de Saúde.
- ✍ O PET-SAÚDE tem com objetivo principal, fortalecer a integração entre o ensino-serviço com foco na saúde, na capital Maceió e em municípios do interior do Estado de Alagoas, contribuindo assim na formação de profissionais generalistas, humanista e críticos. Este programa é composto por profissionais capazes de intervir no processo saúde-doença da população local, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos e na realidade econômica, política, social e cultural. A partir das discussões coletivas, realizadas entre os cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Psicologia e Serviço Social, um eixo comum de ações de ensino, pesquisa e extensão foi pactuado: *a educação em saúde para promoção da qualidade de vida e estímulo ao controle social*. Assim, o PET-SAÚDE apresentou propostas para cada curso que traça uma perspectiva comum de atuação interdisciplinar e intersetorial, visando atender uma necessidade social imprescindível, tanto para a realidade do serviço, quanto para a formação em saúde. Os grupos envolvidos com o Programa PET buscarão integrar seus diversos saberes e habilidades, tendo como desafio a seguinte estratégia comum de reflexão e ação: *Educação em Saúde para promoção da saúde e qualidade de vida, através do protagonismo dos sujeitos*: eixo comum dos cursos, voltado para o serviço e comunidade, na perspectiva de pensar e agir coletivamente sobre mudanças paradigmáticas de saúde, difundindo novos olhares e experimentando estratégias de (educa)ação transformadoras e promotoras de qualidade de vida e saúde.
- ✍ PET – foram ampliadas, através da autorização para a criação de um novo grupo do Programa de Educação Tutorial (PET), no curso de Psicologia da UFAL, aumentando para 05 (cinco) o número total de grupos PET's na Universidade. Em 2007 foram contabilizados um total de 52 alunos bolsistas cadastrados e distribuídos pelos cursos de Arquitetura, Economia, Engenharia Civil, Letras e Psicologia.

6. Resultados Alcançados no âmbito das Licenciaturas e Bacharelados:

- ✍ O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior, instituiu o programa INCLUIR, para a criação, reestruturação e consolidação de Núcleos de Acessibilidade na Instituição para atuação e implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e

processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades da instituição para a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência. Este programa tem por objetivo promover ações que garantam o acesso e permanência de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior; apoiar a criação, reestruturação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior; implementar a política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência na educação superior; promover a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e de comunicações e a efetivação da política de acessibilidade universal. A PROGRAD articulou os professores com experiência na área, pertencentes aos dois campi, para elaborarem a proposta UFAL denominada *Construindo a inclusão das pessoas com deficiência na UFAL* tendo sido aprovado pelas instâncias financiadoras, estando prevista a liberação dos recursos para 2009.

- ✍ MONITORIA - ainda com vistas à otimização e no âmbito de se implantar práticas inovadoras, foram alvo de atenção no ano de 2008, procedimentos relativos à monitoria tendo sido elaborada, com a participação dos Diretores das UA's e do Fórum dos Colegiados. A proposta de Resolução discutida e encaminhada ao CONSUNI foi aprovada em outubro de 2008.
- ✍ Fortalecimento de uma Política de Formação Continuada para Docentes. Resultados Alcançados: mesmo que de forma bastante tímida ao que foi planejado, foram realizados alguns cursos na área de metodologia de ensino.
- ✍ Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos do Campus Delmiro Gouveia. Resultados alcançados: em 2008, houve várias discussões sobre os cursos a serem implantados no Campus Sertão, principalmente no Pólo Santana do Ipanema, tendo sido construídos os Projetos do eixo Saúde enquanto que os projetos dos cursos pertencentes ao eixo das Tecnologias e da Educação foram apenas iniciadas as discussões preliminares.
- ✍ Análise e aprovação pelo CONSUNI dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC's de graduação da UFAL sob a ótica das Diretrizes Curriculares Nacionais. Resultados alcançados: todos os cursos da UFAL tiveram seus PPC's aprovados pelo Conselho Universitário em 2008.
- ✍ Avaliação dos indicadores acadêmicos dos cursos de graduação. Resultados alcançados: foi feita uma análise dos índices acadêmicos, referentes à reprovação, retenção, evasão e trancamento dos períodos de 2007/1, 2007/2 e 2008/1 e entregues às coordenações de cursos para análise, com um agendamento de discussões entre a PROGRAD e os respectivos Colegiados a partir de fevereiro de 2009.
- ✍ Consolidação do regime semestral nos cursos de graduação e estudo dos modelos pedagógico-curriculares vivenciados nos diferentes campi da UFAL, objetivando a análise e/ou viabilidade de desenvolver um modelo unificado. Resultados alcançados: em 2008, houve um investimento na conscientização dos coordenadores e diretores das Unidades Acadêmicas para implantação da segunda entrada nos cursos, visando consolidar o regime semestral, implantado desde 2005; e deste modo, obtendo-se um resultado satisfatório concretizado pela ampliação de vagas para o Processo Seletivo de 2009. Com relação à avaliação dos dois modelos pedagógicos em vigência nos dois Campi da UFAL, iniciou-se o acompanhamento e avaliação, ficando para 2009 a realização de uma pesquisa sobre a temática em foco.

Tabela 02 – Indicadores de Graduação 2008

Indicadores	2007	2008	% aumento
Nº de vagas de Ingressos	2.817	3.405	+20,87%
Alunos Matriculados*	12.944	14.775	+14,14%
Nº de Alunos inscritos no PSS (Maceió)	21.749	18.108	-16,74%
Nº de Alunos inscritos no PSS (Arapiraca)	2.716	4.951	+82,29%
Nº de Vagas no PSS (Maceió)	2.707	2.707	0,00%
Nº de Vagas no PSS (Arapiraca)	640	640	0,00%
Nº de Cursos Diurnos	39	55	+41,02%
Nº de Cursos Noturnos	26	21	-23,80%
Nº de Alunos – Reopção	131	109	-16,79%
Nº de Alunos – Equivalência	04	03	-25,00%
Nº de Alunos – Transferência	140	167	+19,28%
Nº de Alunos – Reingresso	173	116	-32,94%
Nº de Alunos Diplomados	2.013	2.100**	+4,32%

Fonte: NTI/DRCA/COPEVE. * Matriculado pelo menos em uma disciplina; ** Dado estimado.

São 14.775 alunos de graduação em que a Instituição oferece-lhes os Programas: Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq (418 bolsas); Programa de Educação Tutorial – PET (48 bolsas); Monitoria (188 bolsas) e Bolsas de Estudo/Trabalho (725 bolsas). Somem-se, ainda, as bolsas adquiridas nos editais da MEC/SESu para programas como Afro-Atitude (50 bolsas), Cotas (320 bolsas), dentre outros. Mantém cerca de 700 convênios com empresas e instituições públicas e privadas.

3.2. Pesquisa e Pós-Graduação

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP é a instância acadêmica e administrativa da Universidade Federal de Alagoas que tem por função primordial articular as atividades de pesquisa e ensino de Pós-Graduação com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico da instituição e do Estado de Alagoas. Esta articulação se processa por intermédio da formação, recursos humanos, da gestão de ações de pesquisa, possibilitando, desta forma, a inclusão social através da oferta e da aplicação dos conhecimentos em benefício da sociedade.

Com base nessas premissas, a política de Pós-Graduação e Pesquisa da UFAL está plenamente coerente com a missão da Universidade Brasileira. Esta missão tem as seguintes características: (1) ações, objetivos e metas formuladas em conformidade com a potencialidade disponível em termos de recursos humanos e materiais; e (2) estágio atual da pesquisa científica e tecnológica e sua inserção nas linhas consideradas estratégicas para o fortalecimento da instituição. A realização dessa missão visa dotar a UFAL de dimensão compatível com os modernos avanços do conhecimento e com capacidade para contribuir para o suprimento das necessidades regionais, nacionais e internacionais.

3.2.1. Cursos *Stricto Sensu*

No campo dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a UFAL avançou de forma consistente, construindo bases sólidas para a sua expansão, com qualidade, nesta área. Os indicadores mostram um crescimento que, mesmo diante de percalços inerentes ao processo de construção do conhecimento, atestam o compromisso da gestão para a formação de pesquisadores e de pessoal de alto nível.

Em 2008, duas novas propostas de curso (Mestrado em Zootecnia/Recursos Pesqueiros e Mestrado em Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos) foram também

reconhecidas e recomendadas pela CAPES. Estes cursos iniciarão suas atividades, com alunos regularmente matriculados, em 2009.

Entre os Programas já existentes, 2 (dois) elevaram seus conceitos na avaliação da CAPES (Mestrado em Modelagem Computacional de Conhecimento e Mestrado em Educação Brasileira). Hoje, a UFAL conta com 20 mestrados. O número de Doutorados permaneceu em 3, com a UFAL ofertando opções na área de Letras, Física, e Química e Biotecnologia. Destaca-se aqui a consolidação destes cursos no cenário nacional e a realização de intercâmbios destes com centros de excelência no Brasil e no Exterior. Além destes Programas, a UFAL participa da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) que se constitui num Doutorado reconhecido pela CAPES.

Foram aprovados, também, em 2008, o DINTER (Doutorado Interinstitucional) de Enfermagem, o DINTER de Medicina e o MINTER (Mestrado Interinstitucional) de educação. Este último se configura no primeiro Mestrado Interinstitucional (MINTER) em que a UFAL é a instituição que oferece o curso, tendo como instituição recebedora a IFET-PE. O DINTER de Enfermagem tem como instituições parceiras a Universidade Federal de Sergipe, a USP-Ribeirão Preto e a USP-São Paulo. Já o DINTER de Medicina tem como instituições parceiras a FIOCRUZ, a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande e a UNCISAL.

A **Tabela 03** mostra os principais dados do Sistema de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFAL referente ao exercício de 2008. Nela, estão contidos os programas existentes, seus cursos e seus conceitos junto à CAPES, além do número de alunos ingressantes e matriculados durante o ano de 2008.

Tabela 03 – Dados da Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Programa	Nível	Conceito CAPES*	Alunos Ingressantes	Alunos Matriculados**
Letras e Linguística	M/D	4	24M / 11D	60 M / 53 D
Física da Matéria Condensada	M/D	4	8 M / 4 D	15 M / 16 D
Química e Biotecnologia	M/D	4	13M / 11 D	38 M / 57 D
Meteorologia	M	3	12	38
Agronomia (Produção Vegetal)	M	3	21	33
Educação	M	4	63	94
Engenharia de Estruturas	M	3	07	13
Sociologia	M	3	09	39
Dinâmica do Espaço Habitado	M	3	13	49
Matemática	M	3	12	21
Serviço Social	M	3	13	35
Modelagem Computacional de Conhecimento	M	4	17	43
Direito	M	3	14	29
Recursos Hídricos e Saneamento	M	3	10	29
Nutrição	M	3	12	40
Engenharia Química	M	3	13	17
Ciências da Saúde	M	3	13	26
Rede Nordeste de Biotecnologia*	D	5	04	15
Economia Aplicada**	M	3	10	10
Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos***	M	3	0	0
Zootecnia/Recursos Pesqueiros***	M	3	0	0
Total			284 M / 30 D	629 M / 141 D

Fonte: PROPEP. Observações: * Programa iniciado em 2007, ** Programa iniciado em 2008, *** Programa aprovado em 2008.

Os resultados da avaliação pela CAPES mostram boas perspectivas de evolução qualitativa e quantitativa do Sistema de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFAL. Como perspectiva deixada pela atual gestão, de acordo com os pareceres fornecidos pelas comissões de área, já na próxima avaliação, em 2010, os programas de Agronomia, Direito,

Letras e Linguística, Física da Matéria Condensada e Matemática poderão obter evolução nos seus conceitos. Principalmente, caso os níveis de produção acadêmica sejam mantidos ou ampliados e pequenas deficiências sejam sanadas.

3.2.2. Cursos Lato Sensu

Em 2008, devido a um impasse no que diz respeito à oferta gratuita e paga dos cursos de especialização foram ofertados apenas 5 (cinco) cursos. Apenas ocorreram matrículas em cursos conveniados, ou seja, aqueles oriundos de projetos solicitados por instituições públicas ou organizações não governamentais, para qualificação de seus próprios quadros, conforme pode ser constatado na **Tabela 04**.

Tabela 04 – Dados da Pós-Graduação Lato Sensu

Cursos	Alunos Matriculados	Duração (meses)	Carga Horária	Origem	Modalidade
Serviço Social, Direito e Políticas Públicas	40	15	360	FSSO	Convênio
Gestão em Educação Ambiental	52	18	360	FEAC	Convênio
Gestão e Desenvolvimento Universitário	41	18	445	FEAC	Convênio
Gestão da Organização Hospitalar	47	18	435	FEAC	Convênio

Fonte: PROPEP

Já no que se relaciona ao número de profissionais qualificados para atuação no mercado de trabalho, a Universidade contou com um aumento no quadro de concluintes. Resumidamente, pode-se perceber o fluxo de discentes nos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu por intermédio da **Tabela 05**.

Tabela 05 – Dados da Pós-Graduação Lato Sensu (Resumo)

Indicadores	2007	2008	% aumento
Cursos Abertos	05	04	-20%
Cursos Efetivamente Iniciados	05	04	-20%
Alunos Ingressantes	217	180	-17%
Alunos Concluintes	287	462	+160,97%

Fonte: PROPEP

A pesquisa é tida como exigência de produção de conhecimento, de formação profissional e cidadã. A política de Pós-Graduação e pesquisa da UFAL está plenamente coerente com a missão da Universidade Brasileira. Essa missão traz as seguintes características: (1) ações, objetivos e metas formulados em conformidade com a potencialidade disponível em termos de recursos humanos e materiais; e (2) estágio atual da pesquisa científica e tecnológica e sua inserção nas linhas consideradas estratégicas para o fortalecimento da Instituição. A realização dessa missão visa dotar a UFAL de dimensão compatível com os modernos avanços do conhecimento e com capacidade para contribuir para o suprimento das necessidades regionais, nacionais e internacionais.

Tabela 06 - Indicadores da Pesquisa e Pós-Graduação 2007

Indicadores	2007	2008	% aumento
Alunos matriculados – Especialização	217	180	-17,05%
Alunos matriculados – Mestrado	605	629	+3,96%
Alunos matriculados – Doutorado	151	141	-6,62%
Cursos de Especialização	05	04	-20,00%
Programas de Mestrado	19	19	0,00%
Programas de Doutorado	03	03	0,00%
Teses Defendidas	16	09	-43,75%
Dissertações Defendidas	129	194	+50,38%
Total de Grupos de Pesquisa	190	207	+8,94%

Total de Linhas de Pesquisa	725	845	+16,55%
Total de Pesquisadores	1.034	974	-5,80%
Bolsa Concedida Inic. Científica CNPq/UFAL/FAPEAL	407	418	+2,70%
Bolsa Inovação Tecnológica	19	34	+78,94%

Fonte: PROPEP

3.2.3. Programas relacionados à Pós-Graduação *Stricto Sensu*

A CAPES tem sido a maior financiadora do Sistema de Pós-Graduação da UFAL, destinando recursos para Bolsas e manutenção dos Programas de Pós-Graduação.

Tabela 07 – Recursos Investidos na Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Programa	Recurso (R\$)
PROAP	562.540,00
Bolsas da Demanda Social	1.514.714,00
PICDT/PRODOUTORAL	235.360,00
REUNI	60.152,00
Total (R\$)	2.372.766,00

Fonte: PROPEP

O Programa *Demanda Social* apóia os Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFAL, recomendados pela CAPES, com bolsas de Mestrado e Doutorado, e auxílio tese, somando um total de 97 bolsas de Mestrado e 32 bolsas de Doutorado. O valor total repassado pela CAPES, no ano de 2008, foi de R\$ 1.514.714,00.

A UFAL tem se esforçado para estimular as atividades de pesquisa e Pós-Graduação através de seus recursos orçamentários ou próprios, visando a complementariedade dos recursos repassados através de convênios. Este programa oferece suporte financeiro para professores afastados sem Bolsa/CAPES (bolsa treinamento), Ajuda de Custo para alunos da UFAL, que saíram para cursar Pós-Graduação, auxílio tese, auxílio à participação em eventos no exterior, etc. São três as modalidades de bolsa (treinamento, mestrado e doutorado) que totalizaram, no ano de 2008, o valor de R\$ 206.634,58.

Entre as ações de destaque da PROPEP estão a participação no programa Procad e no PAPG. O Procad tem como objetivo apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, que estimulem a formação pós-graduada, a mobilidade docente e discente e a fixação de pesquisadores doutores nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Programa atende ao disposto no Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010, que prevê ações visando à diminuição das desigualdades regionais, observadas no Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG. A UFAL foi contemplada com 08 (oito) projetos para concorrer ao edital Procad nº 08/08, enviados pelos Programas de Pós-Graduação.

A concepção do Programa de Apoio à Pós-Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - PAPG se baseia em dois princípios: (1) reduzir as assimetrias regionais, intra-regionais e entre Estados; e (2) reduzir as assimetrias entre as áreas de conhecimento.

A proposta do PAPG/UFAL elaborada em 2008, para o quadriênio, contempla o aprofundamento e a efetivação de várias ações estratégicas objetivando a concretização das seguintes metas institucionais: (1) consolidação da UFAL como instituição dotada de um sistema de ações integradas que permita a sua presença e visibilidade em todos os seus campos de atuação; (2) fortalecimento da instituição para consolidar o seu papel no ensino superior de Alagoas e da região Nordeste do Brasil; (3) concepção e disponibilização de soluções inovadoras que contribuam para resolver os graves problemas estruturais do Estado de Alagoas; (4) auto-sustentação de suas ações estratégicas e atividades acadêmicas e administrativas a médio e longo prazo; (5) desenvolvimento de atividades que promovam o aperfeiçoamento da integração da sociedade com os diversos setores da Universidade; (6) produção de conhecimentos que favoreçam a evolução cultural, científica e tecnológica do Estado de Alagoas, da região Nordeste e do país; e (7) criação de novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos que permitam a ampliação do acesso ao saber, assim como do desenvolvimento tecnológico e social do país.

Para consubstanciar e facilitar o planejamento das ações estratégicas institucionais, as Unidades Acadêmicas da UFAL desenvolveram seus planos individuais de desenvolvimento, incluindo as atividades de pesquisa e Pós-Graduação. Esses planos foram transcritos em cada um dos 28 projetos pontuais apresentados pela UFAL ao PAPG.

Dentro deste contexto, a proposta do PAPG/UFAL do quadriênio consiste de ações integradoras, cujos objetivos estratégicos e justificativas são os seguintes: (1) fortalecimento do sistema de Pós-Graduação, incentivando de forma igualitária a formação de recursos humanos e as atividades de pesquisa voltadas para as ciências básicas e aplicadas e tecnologias; (2) desenvolvimento tecnológico e científico com a melhoria dos padrões sociais e ambientais; (3) incremento da produção científica e tecnológica, mediante o fortalecimento das atividades de pesquisa e Pós-Graduação; (4) criação de novos programas de Pós-Graduação em áreas estratégicas, bem como o investimento na infra-estrutura de pesquisa dos programas já instalados; (5) incremento das atividades de pesquisa multidisciplinar; (6) divulgação das atividades de pesquisa científica, e (7) criação de parcerias estratégicas e consórcios com outras instituições. A proposta da UFAL apresenta como valor final de demanda para os próximos quatro anos a quantia de R\$ 99.115.452,06.

3.2.4. Grupos de Pesquisa

Em 2003, a UFAL contava com 109 grupos de pesquisa. Até o final de 2006, após um trabalho de estímulo à formação e consolidação do esforço empreendido por estudantes e professores, este número saltou para 191 em 2007, sinalizando aumento de quase 50% na estruturação de coletivos dedicados ao estudo e à pesquisa sobre temáticas diversas. Em 2008, o crescimento continua sendo assinalado (aumento de 7,7% em relação a 2007), quando são contados os 207 grupos de pesquisa.

3.2.5. Núcleo de Inovação Tecnológica

O Núcleo de Inovação Tecnológica, criado em 2008 na UFAL, através da Resolução n.º 15/2008-CONSUNI, de 10 de março de 2008, tem por missão o estabelecimento e o fortalecimento das parcerias da UFAL com a sociedade. Também tem por missão, como estratégia deliberada, o licenciamento e a transferência do conhecimento, com vistas ao desenvolvimento econômico, tecnológico e social do País, envolvendo, para tanto, instituições públicas ou privadas, empresas e demais organizações da sociedade civil com o objetivo de criar oportunidades para que as atividades de ensino e pesquisa se beneficiem dessas interações. Com o intuito de buscar as condições para manutenção e consolidação de suas ações, o NIT apresentou nova proposta à FINEP, no ano de 2008, obtendo aprovação. O valor orçado no projeto foi de R\$ 360.810,36 em bolsas somados aos R\$ 599.235,00, o que totalizou um montante de R\$ 960.045,36.

3.2.6. Programas Especiais

O Programa de Empreendedorismo da UFAL tem por objetivo estimular, implementar, acompanhar e avaliar iniciativas e projetos estratégicos, tendo em vista a transformação das potencialidades da instituição, das oportunidades e dos recursos disponíveis em desenvolvimento social, científico e tecnológico. Em 2008, buscou-se elaborar, executar, coordenar e acompanhar programas e projetos, com a perspectiva de integração entre atividades de geração, difusão e aplicação do conhecimento na relação Universidade e Sociedade, através de ações que se destinaram ao desenvolvimento de uma cultura empreendedora, envolvendo discentes, docentes e técnicos da UFAL. Duas incubadoras de empresas fazem parte do Programa de Empreendedorismo. A INCUBAL, Incubadora de Empresas de Alagoas, foi a primeira incubadora a ser instalada no Estado e reforçou a justificativa para o primeiro projeto junto à FINEP que garantiu a implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica na UFAL; a outra incubadora é o Núcleo Espaço Gente - NEG - que iniciou suas atividades em 13/04/2003.

3.3. Extensão

No decorrer do ano de 2008, a Pró-Reitoria de Extensão - PROEX continuou sua proposta de estreitar relações entre academia e sociedade, direcionando suas ações, de modo a contribuir para o desenvolvimento institucional e coletivo. Nessa via, efetivou ações de interesse social, formalizou parcerias com Órgãos Governamentais e Não-Governamentais, dinamizando um processo, cujo eixo condutor instituiu a ética e o acesso aos direitos humanos, como forma de envolver cada vez mais pessoas no âmbito da universidade. Ressalta-se que esse resultado retrata o avanço na relação teórica e metodológica das diferentes modalidades de ações, consolidadas em propósitos sólidos de construção de uma sociedade mais justa e igualitária aos desiguais. Trata-se de um processo de construção e ressignificação da concepção de extensão e, nesse sentido, há que se considerar, em sua trajetória:

- (1) O conceito assumido em 1987 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, entendendo-a como "processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade";
- (2) O preceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme Artigo 207 da Constituição de 1988; e,
- (3) A efetivação do Plano Nacional de Extensão Universitária - PNEU que incorpora as definições anteriormente referidas.

Com base nesses pressupostos, demarcados em momentos sócio-históricos, a PROEX, como assinala o item (1), estabelece uma interlocução entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, investindo em ações que assegurem a participação política e efetiva troca de saberes. Essa linha de raciocínio remete à concepção de extensão como uma política de socialização do saber, respeitando as diferenças e realçando valores sócio-jurídicos-culturais. Abordar os itens (2) e (3), mencionados acima, significa validar a indissociabilidade da extensão universitária com o ensino e a pesquisa que, articulados entre si, operam no processo de transformação histórica da universidade, através das áreas temáticas, definidas no PNEU, responsáveis por estabelecer a mediação do relacionamento político entre o indivíduo e o Estado.

Nesse contexto, em que se busca uma estratégia política e ética, para rebater à crescente alienação individual imposta pela globalização, sob a ótica neoliberal, a extensão assume papel fundamental, como espaço historicamente concreto de interação social entre os indivíduos e o coletivo.

A PROEX incorpora seus problemas e demandas a processos de produção de conhecimento e de intervenção socialmente referenciados, a fim de garantir aos grupos sociais vulnerabilizados, o acesso aos bens culturais, científicos, econômicos, artísticos e tecnológicos, bem como assegurar à comunidade acadêmica a oportunidade de vivência além das salas de aula.

Vale registrar que, nessa linha de raciocínio, em que a universidade evidencia contrastes, cujas ações emanam da sociedade e nela se refletem, a Educação em Direitos Humanos e a Segurança Pública se constituem em duas iniciativas da UFAL, consolidadas por meio de parcerias entre PROEX/Gabinete, Reitoria/Gepsojur e o conjunto de ONGs e órgãos do governo federal e estadual. Logo, a conjugação entre os programas, projetos, cursos e eventos contribuiu para o êxito da PROEX, inclusive, no processo de mobilização ao registro e divulgação das ações, ampliando a visibilidade do espaço extensionista da UFAL, intensificando o apoio logístico à realização de ações das mais diversas naturezas e fortalecendo a política de fomento via edital de bolsas. Essa medida instituiu um procedimento que possibilitou à comunidade universitária igual acesso à distribuição de bolsas e, conseqüentemente, viabilizou a expansão de alunos extensionistas, estimulando o aumento

significativo, tanto do registro das ações, quanto da demanda acadêmica pelas atividades de extensão.

Finalmente, resta assinalar a Extensão como fonte de conhecimento e conexão de saberes. Uma concepção que a PROEX reconhece ao desempenhar, efetivamente, o seu papel, no sentido de promover, desenvolver, apoiar, intermediar, articular e incentivar a realização de programas, projetos e eventos, referenciando às necessidades das comunidades externas, privilegiando a inclusão social e a valorização de conhecimentos produzidos nesse processo de construção de saberes por uma sociedade mais justa.

Tabela 08 – Indicadores de Extensão 2008

Indicadores	2007	2008	% aumento
Programas de Extensão	16	16	0,00%
Projetos de Extensão	208	243	+16,82%
Cursos de Extensão	38	47	+23,68%
Eventos de Extensão	107	104	-2,80%
Bolsas de Extensão	175	299	+70,85%
Nº de Técnicos envolvidos com a Extensão	32	49	+53,12%
Nº de Docentes envolvidos com a Extensão	337	359	+6,52%
Nº de Discentes envolvidos com a Extensão	1.454	1.518	+4,40%
Público atingido	113.147	340.346	+200,79%

Fonte: PROEX

As atividades desenvolvidas pelas Unidades Acadêmicas, mais do que um trabalho acadêmico, refletem o compromisso com a produção e socialização do conhecimento. As ações de extensão, que se configuram nas modalidades de projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, totalizaram 396 ações, superando as 354 registradas em 2007, com um saldo positivo de 42 ações. É importante ressaltar que, o conjunto das Unidades Acadêmicas e o Campus Arapiraca com seus respectivos Pólos (Palmeira dos índios, Penedo e Viçosa), estiveram presentes na extensão com 333 ações que expressam a **Tabela 09**, aumentando a participação dos Núcleos Temáticos e outros setores da Universidade, responsáveis por 63 ações demonstradas na **Tabela 10**.

Tabela 09 – Ações de Extensão por Unidade Acadêmica

Unidades Acadêmicas	Projetos	Cursos	Eventos	Prestação de Serviços	Total
CECA	09	02	02	0	13
CTEC	10	01	05	0	16
ICHCA	36	08	15	0	59
CEDU	09	0	07	0	16
FANUT	16	02	01	0	19
FAU	06	03	04	0	13
FDA	05	01	04	0	10
ICBS	07	01	00	0	08
IGDEMA	05	0	03	0	08
ESENFAR	12	01	05	0	18
FOUFAL	06	0	00	0	06
ICS	02	01	02	0	05
IC	00	0	01	0	01
IF	00	0	01	0	01
FEAC	12	06	07	01	26
FAMED	19	03	06	0	28
ICAT	00	01	01	0	02
FSSo	15	0	05	0	20

FALE	05	05	00	0	10
IM	05	0	00	0	05
IQB	00	01	01	0	02
C. Arapiraca (sede)	19	03	06	0	28
Pólo Penedo	01	03	01	0	05
Pólo Palmeira	06	03	04	0	13
Pólo Viçosa	01	0	00	0	01
Total	206	45	81	01	333

Fonte: PROEX

Tabela 10 – Ações de Extensão por Núcleos Temáticos e outros setores

Núcleos Temáticos e outros setores	Projetos	Cursos	Eventos	Prestação de Serviços	Total
Espaço Cultural ¹	04	0	05	0	09
Usina Ciência	04	02	03	0	09
PROPEP ²	01	0	0	0	01
NEAB ³	03	0	0	0	03
NUTAS ⁴	03	0	0	0	03
HU ⁵	06	0	0	0	06
Pinacoteca	01	0	05	0	06
NACE ⁶	01	0	0	0	01
NEPEM ⁷	01	0	01	0	02
NEFED ⁸	02	0	0	0	02
GEPSoJUR ⁹	06	0	07	0	13
ASCOM ¹⁰	02	0	0	0	02
NEDER ¹¹	04	0	02	0	06
Total	38	02	23	0	63

Fonte: PROEX

De acordo com o Plano Nacional de Extensão, as ações são classificadas em oito Áreas Temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

Tradicionalmente, as áreas de Educação e de Saúde, foram as que mais de destacaram, seguidas da Cultura e Direitos Humanos. Muitas ações voltadas para o meio ambiente foram classificadas por seus coordenadores, na Educação, como área principal, e Meio Ambiente, como secundária, o que justifica a redução do índice nessa área. Nessa mesma linha de raciocínio, é importante sublinhar que a área de Direitos Humanos modifica esse quadro, considerando o número de pessoas atingidas. Privilegia as ações de extensão, em parcerias com os governos federal e estadual, ao realçar as questões de EDH e Segurança Pública em programas de capacitação junto à comunidade escolar da rede pública de ensino básico e lideranças da sociedade civil que atuam nesta direção, conforme demonstra a **Tabela 11**.

- 1 **Espaço Cultural:** Gerência de Assuntos Culturais
- 2 **PROPEP:** Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
- 3 **NEAB:** Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
- 4 **NUTAS:** Núcleo Temático da Assistência Social
- 5 **HU:** Hospital Universitário
- 6 **NACE:** Núcleo de Artes Cênicas
- 7 **NEPEM:** Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Musical
- 8 **NEFED:** Núcleo de Educação Física e Desportos
- 9 **GEPSoJUR:** Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos Sóciojurídicos
- 10 **ASCOM:** Assessoria de Comunicação da UFAL
- 11 **NEDER:** Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Regional

Tabela 11 – Ações de Extensão por Área Temática

Áreas Temáticas	Projetos	Cursos	Eventos	Prestação de Serviços	Total
Comunicação	14	02	06	0	22
Cultura	27	07	23	0	57
Direitos Humanos e Justiça	32	06	16	0	54
Educação	59	19	31	0	109
Meio Ambiente	08	01	03	0	12
Saúde	71	05	14	0	90
Tecnologia e Produção	13	04	08	0	25
Trabalho	12	05	09	01	27
Total	236	49	109	01	396

Fonte: PROEX

3.4. Programas de Assistência Estudantil

No ano de 2008, foi realizada a reestruturação da Pró-Reitoria Estudantil - PROEST para melhor alcançar aos seus objetivos bem como trabalhar com a perspectiva da necessária “indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão”, buscado partilhar ações com as demais Pró-Reitorias. Com isso, a PROEST atuou estruturada em três coordenações: coordenação de assistência estudantil, coordenação de ações acadêmicas e coordenação de política estudantil.

Atendendo o que se estipulou no Plano de Ação 2008/2009 da UFAL e levando-se em conta as demandas sociais no campo das políticas de “Assistência ao Educando do Ensino de Graduação” dentro dos 4 (quatro) eixos de ações: (1) Inclusão e Permanência; (2) Apoio ao Desempenho Acadêmico; (3) Promoção da Cultura, Lazer e do Esporte; e (4) Assuntos de Interesse da Juventude. Foram realizadas as seguintes ações e atividades dentro das metas estabelecidas nos respectivos eixos.

As metas para se atingir os objetivos de proporcionar a “Inclusão e Permanência” dos estudantes com vulnerabilidade foram as seguintes: (1) criação do Sistema de Informatização do Atendimento ao Estudante – SIAE; (2) criação do Projeto de Inclusão Digital; (3) Programa de Residência Universitária da UFAL – PRU; (4) Programa de Gestão do Restaurante Universitário da UFAL/PCRU; e (5) Programa Universitário de Prevenção e Assistência Médica e Odontológica da UFAL/Pró-saúde.

As metas para consecução do “Apoio ao Desempenho Acadêmico” aos estudantes foram as seguintes: (1) Programa Institucional de Bolsas de Estudo e Trabalho da UFAL/PICIC; (2) Programa de Apoio à Maternidade e à Infância da UFAL/PRO-INFÂNCIA; e (3) Programa de Apoio ao Estudante com Necessidades Especiais/PRO-ESPECIAL.

A meta para “Promoção da Cultura, do Lazer e do Esporte” foi à elaboração do Plano universitário de cultura, esporte e lazer. A meta vinculada aos “Assuntos de interesse da juventude” foi à elaboração do Plano universitário de promoção de temas transversais.

Durante todo o ano de 2008, buscou-se no âmbito da PROEST a consecução dessas metas, inclusive, aprofundando em algumas áreas que se mostraram mais necessitadas, como foi o caso de bolsas de estudos e acesso ao restaurante universitário. Ao término do exercício de 2008, conseguiu-se a execução das seguintes ações e atividades: (1) através do Plantão Social nas abordagens diárias a Coordenadores de cursos, Diretores de Unidades Acadêmicas e genitores de alunos, detectou-se as dificuldades financeiras, carências afetivas, dependência química, individualismo, discriminação, preconceitos, não acesso às informações, desconhecimento dos direitos e deveres, dentre outros, que ajudaram na triagem dos alunos carentes de assistência, que uma vez assistidos pelos diversos mecanismos disponíveis facilitou-se a inclusão e a permanência desses alunos na instituição; (2) Programa Restaurante Universitário - o Serviço Social planeja, inscreve e seleciona os

alunos como comensais do restaurante universitário, instrumento de fundamental importância como mecanismo de favorecimento à permanência dos alunos nos cursos de graduação e das demais atividades ligadas à vida acadêmica, tais como: espaço de convivência, ações integradas de educação, saúde, esporte, lazer e cultura, em que foram servidas 1.100 refeições diárias; (3) Restaurante no CECA - além dos alunos que fazem suas refeições no RU, a PROEST manteve durante o ano de 2008, cinquenta alunos como comensais em um restaurante particular, dadas as dificuldades operacionais de se manter uma estrutura nesse Centro e as necessidades desses alunos em terem acesso à alimentação, para que melhor acompanhem suas atividades acadêmicas, por isso, eles receberam um subsídios e pagam apenas R\$ 0,50 ou R\$ 1,00 por cada refeição, dessa forma, os alunos dos cursos de Agronomia e Zootecnia, que por dificuldades de locomoção até ao RU no Campus A.C. Simões, que não estavam sendo beneficiados passaram a ter acesso a essa ajuda; (4) Residência Universitária - no ano de 2008 a Residência Universitária disponibilizou 26 quartos para moradia de alunos oriundos de outros Estados e, principalmente, procedentes do interior do Estado que não tinham condições de permanecer estudando em Maceió; (5) Assistência Médica - foram prestados 825 atendimentos, dentro de 33 especializações, através do Hospital Universitário por agendamento da Pró-Reitoria a alunos dos diversos cursos; (6) Assistência Odontológica através das ações da PROEST foram realizados 127 atendimentos no gabinete odontológico, situado no Espaço Cultural; (7) Núcleo de Estudos e Atenção a Dependência Química uma coordenação específica está realizando uma pesquisa a fim de fazer um diagnóstico sobre a dependência química com os novos alunos da UFAL para uma provável intervenção; (8) Fórum Estudantil - desde 2003 foi aberto um canal de discussão com os novos alunos, promovendo eventos de boas vindas aos novos alunos, incentivando a participação desses alunos nas diversas atividades estudantis; (9) Programa Bolsa Estudo/Trabalho - trata-se de um instrumento muito eficaz, tanto no que diz respeito à formação profissional como na minimização das desigualdades sociais através da ajuda financeira. Em 2008, foram ofertadas 725 Bolsas Estudo/Trabalho distribuídas entre as diversas Unidades Acadêmicas, Unidades Administrativas, Campus Arapiraca e seus Pólos; e (10) Programa de Estudante Convênio de Graduação/PEC-G ações direcionadas a alunos procedentes de países africanos que já são usuários do Serviço Social/PROEST.

A Coordenação de Política Estudantil atuou, também, realizando ações de normatização de critérios para concessão de ajuda de custo em função de eventos políticos e acadêmicos, de forma que foram concedidos, a título de ajuda de custo, para participação em eventos beneficiando 564 alunos. Além dessa atividade a PROEST ofereceu apoio ao JUB's, evento realizado na cidade de Maceió.

Dentro do Projeto de acessibilidade e apoio aos estudantes com necessidade especiais foram realizadas ações educativas e preventivas, para conscientização da comunidade; apoio à criação de grupos de reconhecimento dos especiais (cegos, cadeirantes e surdos); criação de um espaço de mobilização, de construção coletiva, de democratização de gestão e de legitimação e institucionalização do movimento estudantil. Além da informatização acadêmica que passará favorecer o acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes.

A PROEST desenvolveu também várias outras ações para dinamizar ainda mais as atividades para os discentes da UFAL, conforme apresentado na **Tabela 12**. Em 2008, o atendimento no Restaurante Universitário (RU) foi ampliado para 1.100 comensais/dia; e na Residência Universitária, onde atualmente vivem 102 residentes, sendo a maioria do interior de Alagoas, foi criada uma ouvidoria para estreitar ainda mais a relação desses estudantes com a gestão. Ainda em 2008, teve início o Projeto "Aqui(n)ta Cultural", no Campus A. C. Simões. O projeto contou inicialmente com a apresentação de alunos de Teatro, Música e Dança, mas pretende envolver estudantes de outros cursos. No âmbito deste projeto, a PROEST, em conjunto com os cursos de artes, articulou a apresentação de vários eventos culturais: música, teatro e dança em diversos locais, ambientes internos e externos.

Tabela 12 – Indicadores de Assistência Estudantil

Indicadores	2007	2008	% aumento
Aluno Bolsista (Bolsa de Estudo/Trabalho)	290	725	+150,00%
Aluno Assistido (Restaurante Universitário)	1.740	1.777	+2,12%
Refeições Servidas a Estudantes por Dia	1.000	1.100	+10,00%
Residentes da Residência Universitária	102	102	0,00%
Atendimento Médico-odontológico a Estudantes	2.292	972	-57,59%

Fonte: PROEST

3.5. Compromisso Social da Instituição

A UFAL tem justo motivo de orgulho sob a ótica da responsabilidade social. Não apenas pela adoção de amplas políticas institucionais de inclusão social e diversidade cultural, sob suas mais variadas formas, mas também pelo desenvolvimento de projetos de extensão, com ampla aceitação e participação da sociedade.

O programa de *Ações Afirmativas para Afro-descendentes* constitui um conjunto de ações com o objetivo de eliminar desigualdades sociais históricas que instituiu o sistema de cotas para população afro-descendentes, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação. Dessa forma, este projeto tem como objetivo propiciar ações que viabilizem o acesso e permanência da população negra na UFAL. O programa está estruturado em 04 (quatro) sub-programas: (1) Políticas de Cotas, (2) Políticas de Acesso e Permanência, (3) Políticas Curriculares e de Formação de Professores e (4) Políticas de Produção de Conhecimento, coordenados por uma Comissão Permanente do Programa de Ações Afirmativas da UFAL.

O programa Conexões de Saberes, implantado em 2006, tem como objetivo contribuir para inclusão dos jovens das classes populares. Oferece, também, condições para a realização de atividades de formação dos universitários, de modo a que possam intervir nas demandas de sua comunidade de origem, identificando os problemas e propostas resolutivas que podem ser potencializadas pela articulação entre os saberes da experiência das comunidades e aqueles relacionados às atividades do Conexões de Saberes. A articulação com o Programa Escola Aberta, para fora dos muros da academia, que está sendo desenvolvidos em quatro projetos em diversas comunidades do entorno da universidade e dois municípios do Estado de Alagoas; os tais são: (1) Pré-vestibular Comunitário nos bairros Graciliano Ramos, Osman Loureiro, Bom Parto e nos municípios Santa Luzia do Norte e Rio Largo; (2) Projeto Vizinhança no complexo Denisson Menezes; (3) Educação Complementar e Cidadania no Bairro Clima Bom e (4) Projeto Organização e Mobilização Comunitária no Complexo Dênisson Menezes. As ações do Programa Escola Aberta se desenvolvem em sete escolas públicas do Município de Maceió. O curso pré-vestibular comunitário da UFAL visa beneficiar e aperfeiçoar o aprendizado dos alunos das Redes Públicas adquirindo assim maiores conhecimentos sobre as disciplinas constantes no processo seletivo, denominado VESTIBULAR das Universidades Públicas em geral. O projeto Vizinhança atende jovens e adultos da comunidade, levando conhecimentos necessários, para que possam submeter-se ao exame supletivo do ensino fundamental e a melhoria da qualidade de vida nos aspectos psicofísicos, sócio-cultural e defesa de direitos e promoção da cidadania. O projeto Educação Complementar e Cidadania envolve crianças e adolescentes em situação de risco em práticas educacionais, culturais e esportivas, reforço escolar, biblioteca pública, inclusão digital, respeito ao meio ambiente, noções de higiene e educação sanitária, educação sexual e prevenção DST/AIDS. O projeto Organização e Mobilização Comunitária contribui para formação de grupos de jovens e adultos, visando à sensibilização e mobilização social, estimula à organização comunitária, capacitação para participação na gestão das políticas públicas, organização e assessoria aos micros-empresendimentos produtivos, levantamento sócio econômico, inclusão digital e boletim informativo comunitário.

A articulação dos programas Escola Aberta e Conexões de Saberes visa à realização de oficinas nas escolas da rede pública de ensino (municipal e estadual), durante os finais de

semana, levando em conta que em muitas comunidades a escola é o único espaço público para lazer, esporte e mesmo para o exercício da cidadania. Por isso, o fato de ela ser mantida aberta, aos finais de semana, com oferecimento de oficinas (de artes, de esportes, de saúde etc.), caracteriza a importância de uma formação integral para a comunidade local. Por sugestão do MEC, as oficinas realizadas pelos conexas têm como temas geradores: os direitos humanos, a leitura e o meio ambiente. Tais temas geradores são bastante amplos e por isso é possível personalizar as oficinas de acordo com a formação e com o interesses de cada conexas-oficineiro.

O Programa de Extensão Universitária (PROEXT) apóia as instituições federais e estaduais de ensino superior na realização de programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social. Este ano cerca de 20 propostas, entre programas e projetos, foram inscritas na PROEX e, após a pré-seleção, por uma Comissão formada por membros do Comitê Assessor de Extensão e do Comitê *ad hoc*, foram encaminhados para o MEC os 2 Programas e os 4 Projetos, estabelecidos no Edital, observe: Programas (Ações de Inclusão Digital no Estado de Alagoas e Prospecção e Incentivo à Criação de Empreendimentos Sociais Inovadores Orientados para o Desenvolvimento da Economia Solidária) e Projetos (Colhendo Bons Frutos: nutrição e meio ambiente; Turismo Sustentável de Base Comunitária – Educação e Mobilização para o Desenvolvimento na Região das Lagoas – AL; Diagnóstico de Nutrição e Saúde da População Remanescente de Quilombo em Alagoas (selecionado) e o Programa de Apoio ao Ensino do 2º Grau nas Escolas Públicas do Estado – PAESPE).

O PAESPE tem como objetivo a educação e a qualificação profissional, visando a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos da comunidade circunvizinha ao Campus de Maceió, por meio da implantação de um programa de formação de recursos humanos na área das ciências exatas e naturais. Como resultado, espera-se uma melhoria da qualidade da educação básica do Estado de Alagoas, sempre posicionado negativamente nos exames nacionais que ranqueiam os alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Projetos interinstitucionais como a Escola de Gestores da Educação Básica tem como objetivo propiciar aos diretores de escolas de educação básica, a oportunidade de se qualificarem, em curso de especialização na modalidade a distância, para melhor desempenho de suas funções.

A UFAL atua, igualmente no sentido da contribuição ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural de Alagoas, isto tem gerado condições concretas de reafirmar seu compromisso assumido com o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Estado.

3.6. Corpo Docente e Técnico-Administrativo: Perfil

Dos 1.120 docentes do quadro permanente, 522 (46.6%) são doutores e, 385 (41,01%), mestres.

Tabela 13 – Docentes do Quadro Permanente da UFAL

Grau de Formação	Tempo Integral	Tempo Parcial	Total	%
Graduação	23	36	59	5,27
Especialista/Aperfeiçoamento	53	101	154	13,75
Mestre	297	88	385	34,37
Doutor	484	38	522	46,61
Total	857	263	1.120	100%

Fonte: DAP (DEZ/2008)

Dos 122 docentes do quadro temporário, apenas 02 (1,64%) são do regime de trabalho dedicação exclusiva. É importante salientar que houve uma redução significativa entre 2007-2008 de docentes do quadro temporário na instituição na ordem de 40,49%.

Tabela 14 – Docentes do Quadro Temporário da UFAL

Regime de Trabalho	Total	%
Dedicação Exclusiva	02	1,64
40 horas	47	38,52
20 horas	73	59,84
Total	122	100%

Fonte: DAP (DEZ/2008)

Vale enfatizar que em 2008, foram contratados 237 docentes para o quadro permanente da Instituição, com o seguinte grau de formação: 106 mestres, 66 doutores, 64 especialistas e 1 graduado. Destas contratações de docentes 5 foram com vagas do programa REUNI.

São 1.480 servidores técnicos-administrativos compoendo o quadro, dos quais 669 (45,20%) são lotados no Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA), órgão de apoio acadêmico que mantém relação funcional com as Unidades Acadêmicas, principalmente da área de saúde, fazendo ensino, pesquisa e assistência. O HUPAA é voltado, prioritariamente, para a formação e capacitação de recursos humanos na área de saúde, além de contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS - no Estado de Alagoas. Em 2008, foram contratados 129 novos técnicos-administrativos, dos quais 10 foram vagas disponibilizadas pelo programa REUNI.

Dos servidores técnicos-administrativos, 1.402 (94,73 %) são do regime de trabalho de 40 horas. 52,97% dos servidores técnicos-administrativos possuem nível superior (**Tabela 15**).

Tabela 15 – Servidores Técnicos-administrativos, por Escolaridade

Escolaridade	Total	%
Alfabetização sem Cursos Regulares	24	1,62
Ensino Fundamental Incompleto	86	5,81
Ensino Fundamental Completo	51	3,44
Ensino Médio	535	36,15
Graduação	353	23,85
Especialista/Aperfeiçoamento	378	25,54
Mestrado	49	3,31
Doutorado	04	0,27
Total	1.480	100

Fonte: DAP (DEZ/2008)

3.7. Gestão Orçamentária

Mais uma vez, em 2008, a UFAL enfrentou sérias dificuldades de origem orçamentária e financeira. Isso devido ao atraso nos repasse dos recursos descentralizados. O orçamento inicial aprovado na LDO previsto para 2008 é explicitado no **Quadro 01**.

Quadro 01 – Detalhamento do Orçamento Inicial do Ano de 2008

Tipo de Despesa	Tesouro (R\$)	Outras Fontes (R\$)	Totais (R\$)	(%)
Pessoal	287.291.651,00	0,00	287.291.651,00	87,60%
Ativo	126.524.608,00		126.524.608,00	
Inativo/Pensionista	81.913.442,00		81.913.442,00	
Contr. da União suas Autarquias p/ Custeio Previdência	78.853.601,00		78.853.601,00	
Outras Despesas Custeios e Capital	36.644.742,00	4.004.778,00	40.649.520,00	12,40%
BENEFÍCIOS	9.387.391,00	0,00	9.387.391,00	
Assistência pré-escolar	272.169,00		272.169,00	
Auxílio transporte	2.123.559,00		2.123.559,00	
Auxílio alimentação	3.726.971,00		3.726.971,00	
Assistência médica e odontológica	3.264.692,00		3.264.692,00	

Relatório de Gestão 2008 - 29

aos servidores				
OUTRAS ATIVIDADES	27.257.351,00	4.004.778,00	31.262.129,00	
Ampliação do acervo bibliográfico	680.000,00		680.000,00	
Moderniz. e rec. da infra-estrutura física	5.042.263,00	1.244.158,00	6.286.421,00	
Assist. educando ensino de graduação		800.000,00	800.000,00	
Func. dos cursos de graduação	17.112.338,00	1.960.620,00	19.072.958,00	
Func. dos cursos de Pós-Graduação	125.000,00		125.000,00	
Expansão do ensino superior – Campus Arapiraca	3.085.160,00		3.085.160,00	
Funcionamento da Educação Profissional (Condetuf)	68.590,00		68.590,00	
Emendas parlamentares	250.000,00		250.000,00	
Capacitação dos servidores públicos	894.000,00		894.000,00	
Total Geral	323.936.393,00	4.004.778,00	327.941.171,00	100%

Fonte: CPOF/PROGINST. CÉLULAS / SIAFI 2008(*) Sem precatórios

O orçamento total executado na UFAL, no final do exercício de 2008, está detalhado no **Quadro 02.**

Quadro 02 – Detalhamento do Orçamento Executado do Ano de 2008

Tipo de Despesa	Tesouro (R\$)	Outras Fontes (R\$)	Totais (R\$)	(%)
Pessoal	281.409.085,36	0.00	281.409.085,36	87%
Ativo	151.634.855,23		151.634.855,23	
Inativo/Pensionista	92.666.817,45		92.666.817,45	
Contr. da União Autarquias p/ Custeio Previdência	37.107.412,68		37.107.412,68	
Outras Despesas Custeio e Capital	38.842.684,95	3.140.955,84	41.983.640,79	13%
BENEFÍCIOS	8.041.845,58	0,00	8.041.845,58	
Assistência pré-escolar	247.209,78		247.209,78	
Auxílio-transporte	2.220.453,11		2.220.453,11	
Auxílio-alimentação	3.732.144,28		3.732.144,28	
Assistência médica-odontológica	1.842.038,41		1.842.038,41	
OUTRAS ATIVIDADES	30.800.839,37	3.140.955,84	33.941.795,21	
Ampliação do acervo bibliográfico	631.093,13		631.093,13	
Moderniz. e rec. da infra-estrutura física	4.831.044,04	160.709,97	4.991.754,01	
Assist. Educando do ensino de graduação		861.026,32	861.026,32	
Func. dos cursos de graduação	21.066.914,34	2.119.219,55	23.186.133,89	
Func. dos cursos de Pós-Graduação	125.000,00		125.000,00	
Expansão – Campus Arapiraca	3.084.856,96		3.084.856,96	
Funcionamento da Educação Profissional (Condetuf)	65.221,40		65.221,40	
Emendas parlamentares	102.710,00		102.710,00	
Capacitação dos servidores públicos	893.999,50		893.999,50	
Total Geral	320.251.770,31	3.140.955,84	323.392.726,15	100%

Fonte: CPOF/PROGINST. CÉLULAS / SIAFI 2007(*) Sem precatórios

Dentre as ações estratégicas realizadas pela UFAL em 2008, merecem destaques os recursos de investimentos (**Tabela 16**).

Tabela 16 – Relação dos Investimentos da UFAL em 2008

Investimentos (obras e instalações)	Área (unid.)	Quant	Custo Unitário (m²)	Valor Total (R\$)
Campus I: A. C. Simões (Central)				
Revisão da Rede elétrica de Alta tensão	m	2.600	32,00	83.200
Revisão da Rede elétrica de Baixa	m	7.500	19,50	146.250
Balanceamento de fases e revisão nos QGBT	vb	1	50.999,74	50.999,74

Duplicação da tomada de energia com comutação automática	m	2.750	50,00	137.500
Pavimentação em paralelepípedo	m ²	3.500	36,00	126.000
Urbanização de praças	m ²	600	385,00	231.000
Recuperação de jardins	m ²	600	32,00	19.200
Construção de Estacionamentos	m ²	1.090	75,00	81.750
Reforma na biblioteca central e nas setoriais	m ²	339	350,00	118.650
Construção de bloco de sala de aula	m ²	1.200	680,00	816.000
Construção de bloco de laboratórios de ensino	m ²	1.200	680,00	816.000
Campus II – Arapiraca (e seus Pólos)				
Rede Elétrica de Alta Tensão	m	1.000	32,00	32.000
Pavimentação em paralelepípedo	m ²	1.000	36,00	36.000
Construção de estacionamentos	m ²	553,20	75,00	41.490
Construção de bloco de sala de aula	m ²	500	680,00	340.000
Construção de bloco de laboratórios de ensino	m ²	1.049	680,00	713.320
Total Geral (R\$)				3.789.360,74

Fonte: SINFRA

É importante ressaltar que a UFAL empenhou 100% de seus recursos do REUNI/2008 e conseguiu atingir 109% em suas metas de aumento de vagas no processo seletivo. Não obstante, o MEC não liberou a tempo 100% das vagas destinadas à UFAL no REUNI (das 16 vagas do projeto, apenas 9 foram liberadas).

Ressalte-se que todo o orçamento do REUNI correspondente a 2008 foi executado diretamente pela UFAL em sua totalidade. Não houve, é pretensão desta Instituição, a contratação de fundação de apoio para executar projetos do REUNI. É preciso ponderar, no entanto, que a UFAL necessita estar de posse do orçamento a tempo para instruir os diversos processos licitatórios para a aquisição de bens e serviços, o que seria a contrapartida do Governo Federal.

2.3. PROGRAMAS

Para assegurar que os problemas e demandas da sociedade sejam adequadamente enfrentados, foi estabelecido o modelo de gestão do tipo orçamento-programa. O orçamento-programa é um instrumento de atuação governamental voltado para aspectos administrativos e de planejamento. Ele fornece o instrumento necessário para o administrador público, a partir do estudo dos problemas da sociedade, a fim de que possa estabelecer políticas públicas que irão solucionar esses problemas.

A Constituição Federal de 1988 delineou o modelo atual de ciclo orçamentário, instituindo três leis cuja iniciativa é prerrogativa do Poder Executivo: o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. Conforme dispõe o artigo 165 da Constituição Federal, o PPA "...estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes e metas para administração pública federal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada." Com duração de 4 anos, o PPA é elaborado no primeiro ano do mandato do governante eleito, com vigência a partir do segundo ano de mandato.

O PPA por estabelecer, de maneira regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, constitui-se no principal instrumento de planejamento do Governo Federal, que, ao organizar a atuação do governo em Programas e Ações, viabiliza a orientação estratégica dos gastos para a obtenção de resultados destinados à sociedade.

Verificou-se que em 2008, a UFAL executou 44 (quarenta e quatro) ações que fazem parte de 18 (dezoito) programas do PPA (**Tabela 17**). Os resultados apresentados neste Relatório de Gestão revelam os frutos de um trabalho coordenado de construção dos fundamentos de nossa atuação nas esferas do ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, cumprindo com a missão e o compromisso social da Instituição.

Tabela 17 – Relação dos Programas e Ações da UFAL no Ano de 2008

Programa/Ação
0073 – Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
Apoio Educacional a Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social - 8954
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - 0181
0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano
Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC - 1B00
0471 - Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social
Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica - 6702
0697 - Defesa do Consumidor
Defesa dos Direitos Difusos – 6067
0750 - Apoio Administrativo
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004
Assistência Pré -Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - 0005
1061 - Brasil Escolarizado
Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública - 8429
Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica - 0A30
1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional - 6380
Funcionamento da Educação Profissional - 2992
1067 - Gestão da Política de Educação
Gestão e Administração do Programa - 2272
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572
1073 - Brasil Universitário
Expansão do Ensino Superior - Campus Arapiraca - 1H55
Concessão de Benefício a Estudantes Estrangeiros em Graduação no Brasil - 009E
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB
Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior - 2E14
Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação - 4002
Apoio à Residência Multifuncional - 4005
Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - 4008
Funcionamento de Cursos de Graduação - 4009
Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior (PET) - 4413
Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais - 6379
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI - 8282
Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - 8551
Funcionamento dos Hospitais de Ensino - 4086
REUNI - Readequação da Infra-Estrutura - 119R
1220 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada
Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - 8585
Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - 8535
1291 - Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados
Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas - 4295
Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia - 7690
1305 - Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco - 101P
1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País - 0487
Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação - 4006
Fomento a Pós-Graduação - 4019
1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania
Desenvolvimento de Projetos Educacionais para Acesso e Permanência na Universidade de Estudantes de Baixa Renda e Grupos Socialmente Discriminados - 8741
Integração da Comunidade no Espaço Escolar - 8742
Fomento à Inclusão Social e Étnico-racial na Educação Superior - 2C68
1402 - Educação em Direitos Humanos
Comitês de Educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios - 8815
1444 - Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - 20AC
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde - 20AL

Fonte: PROGINST

2.3.1. Programa 0073 – Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Tabela 18 – Dados Gerais do Programa 0073

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	01 - Taxa de Evolução de Atendimento às Vítimas; 02 - Taxa de Evolução do Número de Denúncias Encaminhadas; 03 - Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados.
Público-alvo (beneficiários)	Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias

2.3.2. Principais Ações do Programa 0073

2.3.2.1. Ação 8954 - Apoio Educacional às Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social

Tabela 19 – Dados Gerais da Ação 8954

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Combater as diferentes formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens e promover os direitos humanos e a diversidade por meio da educação no âmbito dos municípios.

Descrição	Atividades de formação e/ou capacitação locais/contextualizadas para gestores e profissionais da educação, assistentes e educadores sociais, agentes de justiça e segurança, profissionais de comunicação e estudantes e suas famílias por meio da realização de seminários, oficinas, audiências públicas, fóruns, encontros, palestras, trocas de experiências etc. Apoio à produção e difusão de materiais referentes à finalidade desta ação, especialmente voltados à educação básica. Fortalecimento de atividades educacionais para o enfrentamento das diversas formas de violência, risco e vulnerabilidade social em que se encontram crianças, adolescentes e jovens, decorrentes especialmente de exploração sexual, bullying, sexismo, homofobia, aliciamento ao tráfico, ao crime organizado ou a gangues, DSTs/Aids e gravidez na adolescência.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenadora da ação	Mara Rejane Alves Ribeiro *

* Coordenadora da ação na UFAL

No contexto histórico-social de violência endêmica, no qual a violência sexual esta inserida, prevalece uma cultura de dominação e de discriminação social, econômica, de gênero e de raça. O novo paradigma de uma sociedade, que rompe padrões antigos, exige a construção de uma nova cultura de proteção e respeito aos direitos humanos das crianças e adolescentes. Implica tecer relações de trocas afetivas e de aprendizagem, coibir os abusos, enfrentar as ameaças, proteger os vulneráveis e as testemunhas e responsabilizar os agressores.

O Projeto Naturalização dos direitos das crianças e adolescentes, objetiva criar e fortalecer Comissão Gestora Local em EDH; e realizar curso de formação continuada no sentido de capacitar 430 profissionais que atuam nas escolas da rede pública de ensino básico para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no contexto escolar, incluindo 70 inscrições para os demais envolvidos com esta realidade: lideranças comunitárias e demais defensores dos direitos humanos da sociedade civil organizada. De modo a oferecer as condições necessárias para os cursistas elaborarem um Plano de Intervenção Educacional, na categoria de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Com esta base, visa contribuir para a promoção de mudanças no sistema educacional de ensino nas escolas e demais setores, na perspectiva da criação de mecanismos de defesa da infância e juventude, em especial, no tocante ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e efetivação de outras políticas voltadas para a preservação dos direitos humanos em quatro municípios de Alagoas, selecionados a partir do Guia da Polícia Rodoviária Federal, referenciando-se uma ação estratégica do eixo Educação Básica do PNEHDH, MEC/SECAD/FNDE, dentro das diretrizes do Plano Mundial de Educação.

Entre os objetivos do referido projeto estão: (1) estimular o debate sobre problemas nacionais e internacionais como contexto indispensável à produção de conhecimento e intervenção profissional na área de segurança pública, em particular, de proteção, garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes no contexto escolar; (2) discutir, analisar e propor mecanismos que contribuam para criar estratégias de enfrentamento à violência de crianças e adolescentes no contexto escolar; (3) fomentar a interlocução entre pesquisadores e profissionais, potencializando a melhoria continuada da prática profissional e formação específica de lidar com as diferentes formas de violência; (4) instituir as Comissões Gestoras Locais, viabilizando o encontro e a troca de experiências entre profissionais, pesquisadores, professores e alunos, empresários, políticos e representantes de instituições públicas/ONGs no monitoramento das ações efetivas de DH de crianças e adolescentes; (5) criar

mecanismos para articular as ações do conjunto de profissionais e, portanto, a interdisciplinaridade, bem como a produção de conhecimento científico no Estado de Alagoas, ampliando as ações em defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Nome do projeto: *NATURALIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES*: uma proposta de formação continuada de profissionais da rede pública de ensino básico e demais segmentos sociais no enfrentamento às diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes no contexto escolar.

Categoria: Promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes no contexto escolar.

Data de início e término do projeto: Duração estimada para 12 meses.

Cidade onde ocorrerá o projeto: 4 municípios de Alagoas, selecionados a partir do Guia da Polícia Rodoviária Federal,

Valor solicitado para patrocínio ao projeto: R\$ 192.640,00

Número previsto de pessoas (ministrantes, monitores, cursistas): 8; 4; 500.

Classificação do público: gestores, professores, conselheiros tutelares e policiais.

Custo Total do projeto: R\$ 192.640,00

Abrangência da proposta: estadual

Exigência para Instituição Federal - Termo de Cooperação: Modelo A, aprovado pela Resolução CD/FNDE nº 28, de 17/06/2008.

A despesa apresentada na Tabela 20 se refere às obrigações tributárias do referido projeto, cujo valor se complementa com a ação 8815, totalizando uma quantia de R\$ 192.648,00.

Tabela 20 – Detalhamento das despesas da Ação 8954

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
151,000,000	339147	0,00	21.328,00	21.328,00
Total (R\$)		0,00	21.328,00	21.328,00

Tabela 21 – Metas e resultados da Ação 8954 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	21.328,00	(*)	0%
Física	01	(*)	0%

(*) Conforme orientação do TCU os recursos que chegaram no final do exercício de 2008 (mês de dezembro) foram devolvidos para reprogramação em 2009.

Segundo o relatório de fiscalização de orientação centralizada (FOC) do Tribunal de Contas da União TCU nº TC 017.177/2008-2, no item 7 (Proposta de Encaminhamento), subitem XXXVII: a IFES deve abster “de emitir, com base nos Princípios Constitucionais da moralidade, da publicidade e da eficiência, empenho em nome da própria IFES ou em nome de fundações de apoio ...”. Além disso, reforçando essa orientação do TCU, o Ministério da Educação (MEC) no dia 31/12/2008, indicou a reprogramação para o exercício de 2009, a qual a UFAL está aguardando até o presente momento (as demais IFES também).

2.3.3. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tabela 22 – Dados Gerais do Programa 0089

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

2.3.4. Principais Ações do Programa 0089

2.3.4.1. Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Tabela 23 – Dados Gerais da Ação 0181

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Wellington da Silva Pereira*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

As aposentadorias e pensões relativas a 2008, foram concedidas de acordo com a legislação em vigor. Entretanto, face as constantes alterações da legislação e complexibilidade do sistema de pagamento, reiteramos a necessidade de cursos periódicos do pessoal lotado neste departamento, tendo em vista a complexidade das atribuições deste departamento, a fim de que possamos evitar erros nas referidas concessões. O número de pensionistas é da ordem de 439 e aposentados é de 1.282, totalizando 1.721 beneficiários.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa ação, obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 24.

Tabela 24 – Detalhamento das despesas da Ação 0181

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
100,000,000	319000	1.795.332,29	0,00	1.795.332,29
100,000,000	319001	0,00	484.364,28	484.364,28
100,000,000	319091	0,18	1.266.311,08	1.266.311,26
100,000,000	319092	0,00	253.992,17	253.992,17
153,000,000	319008	0,00	57.049,89	57.049,89
153,000,000	319091	0,00	9.580,99	9.580,99
153,000,000	319092	0,00	15.369,12	15.369,12
156,000,000	319001	5.217,27	14.661.627,96	14.666.845,23
156,000,000	319003	8.806,50	8.430.524,41	8.439.330,91
156,000,000	319091	0,00	16.218.636,66	16.218.636,66
156,000,000	319092	0,00	101.988,20	101.988,20
169,000,000	319001	5.993,31	37.181.133,80	37.187.127,11
169,000,000	319003	0,00	4.712.098,40	4.712.098,40
169,000,000	319091	0,00	55.065,47	55.065,47
169,000,000	319092	0,00	350,02	350,02
300,000,000	319001	0,00	7.770.560,87	7.770.560,87
300,000,000	319003	0,00	1.140.646,61	1.140.646,61
300,000,000	319092	0,00	307.517,52	307.517,52
Total (R\$)		1.815.349,55	92.666.817,45	94.482.167,00

Tabela 25 – Metas e resultados da Ação 0181 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	94.482.167,00	92.666.817,45	98,07%
Física	---	1.721	100%

2.3.5. Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Tabela 26 – Dados Gerais do Programa 0310

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.6. Principais Ações do Programa

2.3.6.1. Ação 1B00 – Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC

Tabela 27 – Dados Gerais da Ação 1B00

Tipo	Direta
Finalidade	Fortalecer a capacidade do Ministério das Cidades de produzir, disponibilizar e compartilhar dados e informações municipais com atores urbanos - poder público, parceiros e sociedade. Dotar o município de condições para viabilizar formulação, gestão e acompanhamento de políticas públicas locais.
Descrição	Levantamento de necessidades de informação, obtenção e produção de dados e informações, organização e recuperação de dados e informações por meio de sistema de informações geográficas, disseminação de informações por meio da Web e modos tradicionais (documentos impressos). Desenvolvimento do SIG - Sistema de Informação Geográfica, baseado em software livre, para apoiar os municípios em suas políticas públicas. Sistematização e disponibilização de informações dos programas e ações executados pelo Ministério das Cidades, tanto para consultas internas quanto para externas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão – PROEX
Unidades executoras	Instituto de Geografia. Desenvolvimento e Meio Ambiente - IGDEMA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Extensão – PROEX
Coordenadora da ação	Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

A referida ação consiste no projeto intitulado *Capacitação de Técnicos de Municípios Alagoanos em Geoprocessamento* cujo objetivo era promover a modernização dos governos locais através do conhecimento das tecnologias de geoprocessamento, sistemas de

informações e suas aplicações bem como capacitar técnicos dos municípios do Estado de Alagoas, de modo a permitir a formulação de bancos de dados das cidades e a realização de análises espaciais.

Segundo o relatório de fiscalização de orientação centralizada (FOC) do Tribunal de Contas da União TCU nº TC 017.177/2008-2, no item 7 (Proposta de Encaminhamento), subitem XXXVII: a IFES deve abster “de emitir, com base nos Princípios Constitucionais da moralidade, da publicidade e da eficiência, empenho em nome da própria IFES ou em nome de fundações de apoio ...”. Além disso, reforçando essa orientação do TCU, o Ministério da Educação (MEC) no dia 31/12/2008, indicou a reprogramação para o exercício de 2009, a qual a UFAL está aguardando até o presente momento (as demais IFES também).

Este projeto busca por meio da participação da extensão universitária junto aos governos locais, ampliar a capacidade gestora municipal através do conhecimento de aplicação de geotecnologias em ações de planejamento e monitoramento territorial. Trata-se de um programa de capacitação a ser executada para municípios do Estado de Alagoas e compreenderá treinamentos, que serão ministrados em três municípios, com existência no Campus da UFAL (Maceió, Arapiraca e Penedo).

Com ênfase em conceitos básicos importantes para uso geoprocessamento, como aplicações em situações urbanas e práticas motivacionais. Na parte prática, serão utilizados os recursos do Laboratório de Geoprocessamento Aplicado-LGA, do Instituto de Geografia e Meio Ambiente (IGDEMA-UFAL), em Maceió, como também os laboratórios de informática existentes nos demais Campus (Penedo e Arapiraca), tendo o *TerraView* como software principal de trabalho nessa capacitação. Portanto, este projeto teve como objetivo promover a modernização dos governos locais através do conhecimento das tecnologias de geoprocessamento, sistemas de informações e suas aplicações bem como capacitar técnicos dos municípios do Estado de Alagoas, de modo a permitir a formulação de bancos de dados das cidades e a realização de análises espaciais.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 28.

Tabela 28 – Detalhamento das despesas da Ação 1B00

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
100,000,000	339030	20.000,00		20.000,00
100,000,000	339036	10.000,00		10.000,00
100,000,000	339039	10.000,00		10.000,00
100,000,000	449052	10.000,00		10.000,00
Total (R\$)		50.000,00	0,00	50.000,00

Tabela 29 – Metas e resultados da Ação 1B00 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	50.000,00	(*)	0%
Física	01	(*)	0%

(*) Data do recebimento dos recursos: 29 de dezembro de 2008. Conforme orientação do TCU os recursos foram devolvidos para reprogramação em 2009.

2.3.7. Programa 0471 – Ciências, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social

Tabela 30 – Dados Gerais do Programa 0471

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	A apropriação local de ciência, tecnologia e inovação, no sentido de aportar para melhor atender às demandas sociais específicas, Combater disparidades intra e inter regionais, possibilitando uma melhor compreensão da dimensão do aprendizado, vai ao encontro da tendência de se pensar em

	políticas públicas que valorizem as potencialidades e especificidades regionais. Ao mesmo tempo, a percepção, muitas vezes equivocada, de que as questões científicas e tecnológicas só interessam a um círculo restrito, impede que a ciência e tecnologia venham a desempenhar, plenamente, o seu papel para o desenvolvimento do País e a elevação da qualidade de vida da população. Assim, a difusão do conhecimento científico e tecnológico é requisito para responder ao desafio da construção de uma sociedade em que o conhecimento é o propulsor de conquistas culturais, sociais e econômicas, não ficando restrito aos círculos acadêmicos, mas chegando aos setores econômicos e sociais.
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	01 - Número-Índice de tecnologias geradas no âmbito do programa; 02 - Número-índice de profissionais capacitados em tecnologias de impacto social; 03 - Número-índice de acessos aos sites das instituições de pesquisa do MCT; 04 - Número-índice de visitação às instituições de pesquisa e museus do MCT; 05 - Número-Índice de Docentes Capacitados no Ensino de Ciências com o Apoio do Programa.
Público-alvo (beneficiários)	Instituições de ensino e pesquisa, comunidade científica, empresas, professores, alunos, prefeituras, comunidade local e a sociedade em geral.

2.3.8. Principais Ações do Programa

2.3.8.1. Ação 6702 – Difusão e Popularização de Ciências e Tecnologia para Inclusão Social

Tabela 31 – Dados Gerais da Ação 6702

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar o uso e a difusão dos conteúdos e aplicações da Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I em ações de inclusão social e redução das desigualdades sociais. Promover ações de política inclusiva, que estimulem o aumento da participação na CT&I dos diversos setores sociais, objetivando principalmente, a difusão e popularização de C&T e desenvolvendo atividades que estimulem os jovens de todas as camadas sociais para carreiras científicas e tecnológicas.

<p>Descrição</p>	<p>Apoio a projetos com o objetivo de contribuir para: o aumento da apreciação coletiva do valor e da importância da CT&I no mundo moderno; um conhecimento científico-tecnológico geral mais aprofundado; a valorização e estímulo da capacidade criativa e de inovação; um entendimento por parte do cidadão do funcionamento do aparato científico-tecnológico, inclusive de seus vínculos e limitações. Promoção de maior interação entre a ciência, a cultura e a arte, buscando uma aproximação maior da CT&I com o cotidiano das pessoas e valorização do aspecto cultural e humanístico da ciência. Articulação e apoio a implementação de novos centros e museus de ciência e tecnologia. Estímulo à difusão e à popularização da ciência e da tecnologia, com apoio governamental a atividades, eventos e encontros voltados para a popularização da ciência, como por exemplo, as Olimpíadas de Ciências, a Semana Nacional da Ciência, o Portal de Popularização da Ciência e a Conferência Nacional da CT&I, buscando uma maior presença da CT&I brasileira nos meios de comunicação e aumentando a auto-estima dos brasileiros neste domínio e uma justa apreciação das contribuições de indivíduos, instituições e empresas nacionais. Contribuição com a melhoria do ensino das ciências nas escolas públicas. Apoio a ações/campanhas nos diversos meios de comunicação para a difusão da CT&I que favoreçam a inclusão social, estimulem a participação dos diversos setores da sociedade e motivem os jovens para atividades científicas, tecnológicas e de inovação.</p>
<p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</p>	<p>Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP)</p>
<p>Unidades executoras</p>	<p>Usina Ciências</p>
<p>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</p>	<p>Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP)</p>
<p>Coordenadora da ação</p>	<p>Lenilda Austrilino Silva*</p>

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

Verificou-se que para consolidar o crescimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado de Alagoas era preciso discutir projetos e formar recursos humanos para se chegar ao desenvolvimento social. Seguindo as ações nacionais, em torno da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, o Governo de Alagoas, através da Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação – SECTI/AL – promoveu, no período de 20 a 26 de outubro de 2008, pela quarta vez, a integração de Instituições e Entidades Científicas e Tecnológicas de diversos setores da sociedade.

Coordenada nacionalmente pelo Departamento de Popularização e Difusão de Ciência e Tecnologia do MCT, a 4ª Edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em Alagoas foi organizada pela Diretoria de Políticas de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da SECTI/AL e pelos seguintes parceiros: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL, Universidade Federal de Alagoas - UFAL, através da Usina Ciência e do Museu de História Natural, Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, Centro de Estudos Astronômicos de Alagoas, Centro Federal de Educação Tecnológica, Prefeituras dos municípios envolvidos, entre outras.

Com o objetivo de popularizar a ciência e a tecnologia, as atividades foram planejadas para serem realizadas em praça pública. Seis municípios alagoanos (Matriz de Camaragipe,

Pão-de-Açúcar, Pilar, Piranhas, União dos Palmares e Teotônio Vilela) sediaram o evento, tendo cerca de 15.000 participantes. Uma Caravana composta por professores, estudantes e equipe técnica percorreu as cidades Pólos desenvolvendo as seguintes atividades: sessões do planetário inflável, observação do céu com telescópio, show de química e física, mostra de vídeo, palestras, exposições e oficinas sobre a temática Evolução e Biodiversidade. O curso de formação continuada em Divulgação e Popularização da Ciência e da Tecnologia: a realização de eventos científicos foram disponibilizados aos professores que pretendiam ser multiplicadores e integrantes da Caravana Itinerante de C&T em Alagoas.

A Caravana Itinerante tinha como “ferramenta fundamental”, a divulgação e difusão dos conhecimentos em C&T, disponibilizando-os para a comunidade e potencializando-os ao interesse da população pela temática, fomentando a necessária sinergia entre programas e projetos e entre instituições e setores parceiros, dentro e fora da SECTI/AL.

Operacionalizando a temática Evolução e Biodiversidade, o modelo metodológico que utilizaremos baseia-se nos pressupostos das tecnologias educacionais existentes para disponibilizar a circulação de informações, tornar dinâmica a produção do conhecimento, aproximar parcerias na realização de eventos e no processo de formação e organização de atores sociais comprometidos com as transformações educativas e com a divulgação e popularização da C&T.

Esse modelo comporta a estratégia de participação que incide desde a concepção, planejamento, gestão e execução das ações nas relações entre educadores e lideranças comunitárias nos processos de interação de instituições e entidades representativas dos segmentos sociais. A dimensão epistemológica – tônica central da intervenção – suscita necessariamente a abordagem, multi e interdisciplinar, nos processos organizativos e de produção do conhecimento, respeitada a dinâmica político-institucional e sócio-cultural das parcerias.

Resultados alcançados pela execução da ação foram: Realização da Semana Nacional de C&T; Ampliação em relação aos anos anteriores do número de municípios envolvidos e de participantes; Capacitação da equipe envolvida na realização da Semana Nacional de C&T; Desenvolvimento de ações de divulgação e popularização da C&T de modo contínuo, além das datas comemorativas; Sistematização do conhecimento, articulando a produção didático-científica na graduação e Pós-Graduação, interagindo com outras instituições, programas e projetos; Produção de material didático e de divulgação, instrumentalizando os processos de educação científica e tecnológica e de sistematização do conhecimento; Promoção de estágios acadêmicos nas áreas de C&T, comunicação e informática; produção de artigos de divulgação científica das pesquisas realizadas para publicação em revistas, congressos e simpósios nas áreas envolvidas e Difusão da cultura de participação em eventos, mostras e exposições junto à população em geral.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 32.

Tabela 32 – Detalhamento das despesas da Ação 6702

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
100,000,000	339018	0,00	14.000,00	14.000,00
100,000,000	339020		6.000,00	6.000,00
100,000,000	339033	78,00	12.922,00	13.000,00
100,000,000	339036	0,00	4.400,00	4.400,00
100,000,000	339039	6.710,00	7.010,00	13.720,00
100,000,000	339147	0,00	880,00	880,00
Total (R\$)		6.788.00	45.212.00	52.000.00

Tabela 33 – Metas e resultados da Ação 6702 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	52.000,00	45.212,00	91,30%
Física	01	01	100%

2.3.9. Programa 0697 – Defesa do Consumidor

Tabela 34 – Dados Gerais do Programa 0697

Tipo de programa	---
Objetivo geral	---
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores

2.3.10. Principais Ações do Programa

2.3.10.1. Ação 6067 – Defesa dos Direitos Difusos

Tabela 35 – Dados Gerais da Ação 6067

Tipo	Atividade
Finalidade	---
Descrição	---
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	---
Unidades executoras	---
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	---
Coordenador da ação	Scott Joseph Allen

* Coordenador da referida ação na UFAL.

Os Direitos Difusos são aqueles que não podem ser atribuídos a um grupo específico de pessoas, mas que beneficie toda a sociedade. Por exemplo, projetos de preservação ambiental, de direito do consumidor, de conservação do patrimônio histórico e de defesa da concorrência. O CFDD é vinculado à Secretaria de Direito Econômico.

Essa ação está vinculada ao projeto intitulado “Valorização do Sítio Histórico Nacional da Serra da Barriga: Arqueologia Pública e Museologia em União dos Palmares” e tinha como objetivo promover conhecimento e valorização da história e cultura de populações antigas bem como a preservação do sítio Histórico Nacional da Serra da Barriga através de estudos arqueológicos e museológicos e a criação de um espaço de pesquisa, educação e turístico no Município de União dos Palmares, buscando assim a inclusão do público nas diversas atividades de pesquisas científicas. A efetiva interiorização do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico através da implementação do Espaço Arqueológico Palmarino - EAP. O EAP proporcionará espaço de estudo e análises a 01(um) doutorando e possibilidades para futuros pós-graduandos de qualquer instituição de ensino desenvolver pesquisas científicas na região. O funcionamento regular do EAP abrirá possibilidades para a realização de eventos educativos e científicos na região, tais como fóruns e seminários.

Tabela 36 – Metas e resultados da ação 6067 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	270.433,60	(*)	0%
Física	01	(*)	0%

(*) Data do recebimento dos recursos: 25 de novembro de 2008. Conforme orientação do TCU os recursos foram devolvidos para reprogramação em 2009.

Segundo o relatório de fiscalização de orientação centralizada - FOC do Tribunal de Contas da União TCU nº TC 017.177/2008-2, no item 7 (Proposta de Encaminhamento),

subitem XXXVII: a IFES deve abster “de emitir, com base nos Princípios Constitucionais da moralidade, da publicidade e da eficiência, empenho em nome da própria IFES ou em nome de fundações de apoio ...”. Além disso, reforçando essa orientação do TCU, o Ministério da Educação (MEC) no dia 31/12/2008, indicou a reprogramação para o exercício de 2009, a qual a UFAL está aguardando até o presente momento (as demais IFES também).

2.3.11. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tabela 37 – Dados Gerais do Programa 0750

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Afonso Henrique Andrade de Castro Leite
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.12. Principais Ações do Programa

2.3.12.1. Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tabela 38 – Dados Gerais da Ação 2010

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Wellington da Silva Pereira**

* Coordenador da referida ação na UFAL.

O pagamento do auxílio pré-escolar foi efetivado por meio da solicitação do servidor com os documentos legais necessários, sendo orientado, a partir do nascimento de seu filho a requerer tal benefício pelo Departamento de Administração de Pessoal - DAP que é pago de 0 a 5 anos de idade. Esse valor também é calculado pelo SIAPE. A redução da meta deve-se a exclusão das crianças que completaram 07 anos, cujo registro e controle são realizados por meio do SIAPE.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 39.

Tabela 39 – Detalhamento das despesas da Ação 2010

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
100,000,000	339008	24.938,07	247.092,33	272.030,40
100,000,000	339092	21,15	117,45	138,60
Total (R\$)		24.959,22	247.209,78	272.169,00

Tabela 40 – Metas e resultados da Ação 2010 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	272.169,00	247.209,78	90,83 %
Física	344	325	94,47 %

Justificativa: A redução da meta física deve-se a exclusão das crianças que completaram 07 anos, cujo registro e controle são realizados através do SIAPE.

2.3.12.2. Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tabela 41 – Dados Gerais da Ação 2011

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Wellington da Silva Pereira**

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

O auxílio-transporte foi pago ao servidor desta Universidade em 2008, com a apresentação do formulário próprio que responsabiliza o mesmo pelas informações constantes do referido formulário, bem como o comprovante de sua residência. O valor do referido auxílio é calculado pelo SIAPE, levando-se em consideração o rendimento total de cada servidor e a despesa de transporte que o mesmo tem de sua residência para o trabalho e vice-versa.

A redução da meta se refere ao aumento de aposentadorias devido a emenda constitucional nº 41/2003, exclusões de contratos de professor substituto, cujo registro e controle são realizados através do SIAPE.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 42.

Tabela 42 – Detalhamento das despesas da Ação 2011

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
100,000,000	339049	15.562,89	2.219.745,27	2.235.308,16
100,000,000	339092	0,00	707,84	707,84
Total (R\$)		15.562,89	2.220.453,11	2.236.016,00

Tabela 43 – Metas e resultados da Ação 2011 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.236.016,00	2.220.453,11	99,30 %
Física	1.609	1.769	109,94%

2.3.12.3. Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tabela 44 – Dados Gerais da Ação 2012

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei nº 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Wellington da Silva Pereira*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

Todos os servidores perceberam auxílio-alimentação em 2008, nos valores fixados por meio do SIAPE, dependendo de sua carga horária, com exceção daqueles que, ao serem nomeados já percebem em outro órgão.

Esses valores correspondem a R\$ 63,00 (Sessenta e três reais) para os servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais de trabalho e R\$ 126,00 (Cento e vinte e seis reais), para os servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais ou dedicação exclusiva, no caso de docente.

O aumento da meta se refere ao aumento do número de contratações de servidores concursados cujo registro e controle são realizados por meio do sistema SIAPE.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 45.

Tabela 45 – Detalhamento das despesas da Ação 2012

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
100,000,000	339046	33.826,72	3.730.990,24	3.764.816,96
100,000,000	339092	0,00	1.154,04	1.154,04
Total (R\$)		33.826,72	3.732.144,28	3.765.971,00

Tabela 46 – Metas e resultados da Ação 2012 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	3.765.971,00	3.732.144,28	99,10 %
Física	2.465	2.622	106,36%

2.3.12.4. Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tabela 47 – Dados Gerais da Ação 2004

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Wellington da Silva Pereira*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

O auxílio à saúde aos Servidores Federais conforme a Portaria Ministerial 1983 de 05 dezembro de 2006 pode se dar de cinco formas, ou seja: I - rede do Sistema Único de Saúde - SUS; II - convênio com operadoras de plano de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão; III - contrato com operadoras de plano de assistência à saúde, observado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; IV - serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade e V - auxílio, de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento, exclusivamente quando não adotado pela administração pública o contido nos incisos anteriores.

No caso da UFAL, depois de ouvidas as duas entidades representativas dos servidores SINTUFAL – Sindicato dos Servidores da UFAL e ADUFAL – Associação dos Docentes da UFAL adotou-se a auto-gestão, optando-se pela GEAP como plano de saúde, embasado, principalmente, em função de boa parte dos servidores já pertencerem a esse plano.

No geral, os resultados foram considerados satisfatórios, levando-se em conta a opinião dos servidores que optaram pela GEAP, para os demais, que continuam sem usufruírem desse benefício, continuam na expectativa de uma melhor assistência a saúde, suplementar, por parte do governo.

A expectativa para o ano de 2009 é que alcançaremos, além das atuais adesões, novas adesões a GEAP. O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 48.

Tabela 48 – Detalhamento das despesas da Ação 2004

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
151,000,000	339000	640.864,00	0,00	640.864,00
151,000,000	339039	53.132,59	1.842.038,41	1.895.171,00
Total (R\$)		693.996,59	1.842.038,41	2.536.035,00

Tabela 49 – Metas e resultados da Ação 2004 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.536.035,00	1.842.038,41	72,63%
Física	3.032	2.622	86,47%

Justificativa: A redução da meta física deve-se ao fato que haveria uma adesão significativa ao plano aceito. Acontece que muito embora realmente tenha ocorrida uma adesão bastante razoável, não foi possível atingir a meta. Após ouvir representantes das entidades dos servidores e ouvindo servidores que não aderiram chegou-se a conclusão que algumas variáveis foram consideradas na hora da adesão ao modelo de Auxílio-Saúde, a saber: (a) pouca vantagem financeira, para aqueles servidores que possuem uma renda menor, haja vista, que disponibilizar 8% do salário, mais participação, para um plano de saúde, no caso específico desses servidores compromete outras necessidades, também essenciais. Muitos desses servidores continuam sem plano, utilizando-se, portanto, do SUS; (b) aqueles que já pertenciam a outros planos de saúde preferiram continuar, devido a já estarem sendo acompanhados por profissionais de suas confianças, que não são credenciados da GEAP; (c) outros servidores alegaram como motivos a rede de assistência, ainda resumida, preferindo assim planos mais abrangentes .

2.3.13. Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Tabela 50 – Dados Gerais do Programa 0901

Tipo de programa	Operações Especiais
Objetivo geral	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

2.3.14. Principais Ações do Programa

2.3.14.1. Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Tabela 51 – Dados Gerais da Ação 0005

Tipo	Atividade
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal - DAP
Coordenador da ação	Wellington da Silva Pereira*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

Em 2008 o Departamento de Administração de Pessoal - DAP apenas cadastrou, por meio do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ, as ações judiciais enviadas pela Procuradoria Geral Federal/UFAL, que foram analisadas e homologadas pelo MEC e Ministério Público, para cumprimento das mesmas.

Ressalta-se ainda que não se tem controle e execução dos precatórios, por ser de competência da Justiça Federal, ou seja, não são pagos por meio da folha de pagamento (sistema SIAPE). Apenas informamos dados contidos nas fichas financeiras dos servidores que fazem parte de alguma ação judicial que são solicitados pela referida justiça ou Procuradoria Geral Federal da UFAL.

Tabela 52 – Metas e resultados da Ação 0005 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.814.631,00	2.779.683,81	98,75%
Física	01	01	100%

2.3.15. Programa 1061 – Brasil Escolarizado

Tabela 53 – Dados Gerais do Programa 1061

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência
Gerente do programa	Daniel Silva Balaban
Gerente executivo	Adalberto Domingos da Paz
Indicadores ou parâmetros utilizados	1685 - Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos 1503 - Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos
Público-alvo (beneficiários)	Crianças e adolescentes matriculados na Educação Básica

2.3.16. Principais Ações do Programa

2.3.16.1. Ação 8429 – Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública

Tabela 54 – Dados Gerais da Ação 8429

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para o desenvolvimento e a universalização do Ensino Básico mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento, bem como a melhoria e a qualidade da aprendizagem nas escolas públicas.

Descrição	Esta ação pretende implementar projetos de forma direta ou por intermédio de transferências voluntárias e, também, via assinatura de contratos e acordos com entidades Públicas, Não-Governamentais e Organismos Internacionais. Serão apoiados projetos em todos os níveis de ensino da educação básica, bem como serão implementadas ações que visem à interface do FNDE e do MEC com as entidades públicas das demais esferas de governo. Assegurar a qualidade no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, por intermédio de projetos com foco na parceria com entidades públicas e não-governamentais e, até, Organismos Internacionais, bem como a distribuição de material instrucional e orientativo no que se refere a todas as ações de governo de responsabilidade do FNDE, cuja forma de implementação seja por intermédio de transferências voluntárias, fazem parte do rol de pretensões quanto à execução dessa ação. Essa ação apoiará financeiramente, quando couber e quando estabelecidas às prioridades, a execução das demais ações finalísticas do FNDE.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenadoria Institucional de EAD - CIED
Unidades executoras	Coordenadoria Institucional de EAD - CIED
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenadoria Institucional de EAD - CIED
Coordenadora da ação	Anamelea de Campos Pinto

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes as políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), a participação das universidades públicas e demais organizações interessadas.

Tendo em vista a implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), a UFAL, em 2005, concorreu e teve os seguintes cursos aprovados: Licenciaturas em Pedagogia e Física e Bacharelado em Sistemas de Informação. Diante disso, faz-se necessário investimento na infra-estrutura do Núcleo de EAD, bem como à produção de materiais didáticos pelo corpo docente das unidades acadêmicas envolvidas dos cursos ora aprovados na UFAL. Esses cursos possuem Pólos no interior (Santana do Ipanema, Maragogi e Olho d'Água das Flores) e pólo na capital (Maceió).

Os cursos ofertados pela UFAL dentro do projeto UAB, conforme Tabela 55, permitirão a formação de docentes para a educação básica, por meio dos cursos de pedagogia e licenciatura em física, bem como um contingente de servidores para empresas estatais através do curso de sistemas de informação.

Tabela 55 - Projeção de Alunos por Pólos

Pólo	Curso	Unidade Executora	Natureza do curso	Início	Vagas ofertadas	Efetivo de alunos	Ambiente
Maceió	Pedagogia	CEDU/CIED/UAB	licenciatura	29.09.2007	100	100	Moodle (UFAL)
	Física	IF/CIED/UAB	licenciatura	29.09.2007	50	48	Moodle (UFAL)
	Sistema de Informação	IC/CIED/UAB	bacharelado	29.09.2007	50	50	Moodle (UFAL)
Maragogi	Pedagogia	CEDU/CIED/UAB	licenciatura	06.10.2007	50	50	Moodle (UFAL)
	Sistema de Informação	IC/CIED/UAB	bacharelado	07.10.2007	50	50	Moodle (UFAL)
Olho D'Água das Flores	Pedagogia	CEDU/CIED/UAB	licenciatura	06.10.2007	100	100	Moodle (UFAL)
	Física	IF/CIED/UAB	licenciatura	06.10.2007	100	85	Moodle (UFAL)
	Sistema de Informação	IC/CIED/UAB	bacharelado	06.10.2007	50	50	Moodle (UFAL)
Santana do Ipanema	Pedagogia	CEDU/CIED/UAB	licenciatura	06.10.2007	50	50	Moodle (UFAL)
	Física	IF/CIED/UAB	licenciatura	06.10.2007	50	39	Moodle (UFAL)
	Sistema de Informação	IC/CIED/UAB	bacharelado	06.10.2007	50	50	Moodle (UFAL)

Essa ação está permitindo a ampliação do acesso à educação superior de setores tradicionalmente marginalizados da população, especialmente rurais, além de contribuir para a formação profissional e cidadã de comunidades historicamente excluídas do processo educacional. Com a implementação a oferta dos cursos ofertados na modalidade de EAD, a UFAL expandirá suas ações relativas ao ensino, pesquisa e extensão, favorecendo com isso o desenvolvimento local e regional. Além disso, este projeto promoverá a inclusão de jovens e adultos no mundo do trabalho, através da formação acadêmica atualizada, privilegiando a construção autônoma e crítica do conhecimento, por intermédio de variados meios de aprendizagem: Internet, correio eletrônico, *chats*, fóruns, áudios, vídeos e recursos de multimídia.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa ação, relativas ao curso de administração à distância, obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 56.

Tabela 56 – Detalhamento das despesas da Ação 8429

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
112,915,408	339018	0,00	108.300,00	108.300,00
112,915,408	339020	0,00	110.400,00	110.400,00
112,915,408	339036	0,00	115.998,67	115.998,67
112,915,408	339147	0,00	23.199,73	23.199,73
113,150,072	339014	3.000,00	0,00	3.000,00
113,150,072	339036	0,00	14.000,00	14.000,00
113,150,072	339047	2.800,00	0,00	2.800,00
113,150,072	339047	22.140,00	0,00	22.140,00
Total (R\$)		27.940,00	371.898,40	399.838,40

Vale ressaltar que segundo o relatório de fiscalização de orientação centralizada - FOC do Tribunal de Contas da União TCU nº TC 017.177/2008-2, no item 7 (Proposta de

Encaminhamento), subitem XXXVII: a IFES deve abster “de emitir, com base nos Princípios Constitucionais da moralidade, da publicidade e da eficiência, empenho em nome da própria IFES ou em nome de fundações de apoio ...”. Além disso, reforçando essa orientação do TCU, o Ministério da Educação (MEC) no dia 31/12/2008, indicou a reprogramação para o exercício de 2009, a qual a UFAL está aguardando até o presente momento (as demais IFES também). Portanto, os projetos abaixo relacionados seguiram essa orientação. Todavia, foi solicitada ao MEC a reprogramação orçamentário-financeira para o exercício de 2009.

Entre os projetos que fazem parte da ação “8429 – Capacitação e formação inicial e continuada, a distância, de professores e profissionais para a educação pública” estão:

(1) Projeto: Implementação de Oferta do 1º e do 2º Semestre dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Sistema de Informação – Modalidade a Distância – da UFAL pela Universidade Aberta do Brasil.

Período de execução: set./08 a dez./09.

Valor: R\$ 396.632,46

Objetivo: Ofertar o 1º e 2º semestre dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia (300 vagas), Licenciatura em Física (200 vagas), Licenciatura em Matemática (100 vagas) e Bacharelado em Sistemas de Informação (200 vagas) nos Pólos de Maceió, Santana do Ipanema, Olho d'Água das Flores, São José da Laje e Maragogi.

Data do recebimento dos recursos: 30 de dezembro de 2008.

Responsável pelo projeto: Profa. Cleide Jane de Sá Araújo Costa.

(2) Projeto: Mídias na Educação – Ciclo Intermediário – 2ª Edição

Período de execução: nov./08 a dez./09.

Valor: R\$ 19.650,00.

Objetivo: Despesas de material pedagógico, consumo, despesas administrativas, despesas com tutores (transporte, hospedagem e alimentação), despesas com viagens para executar o Ciclo Intermediário do Programa de Formação continuada de Professores em Mídias na Educação – 2ª. Oferta em Alagoas envolvendo 200 professores da rede pública.

Data do recebimento do recurso: 03.12.08.

Responsável pelo projeto: Luis Paulo Leopoldo Mercado.

(3) Projeto: Implementação do 4º ano dos cursos de licenciatura em matemática, física e química – graduação a distancia (pólo UFAL). Oferta do 4º ano (sexto e sétimo semestres) dos cursos de licenciatura a distancia e matemática, física e química no pólo da UFAL

Período de execução: nov./08 a jul./09

Valor: R\$ 72.550,00

Objetivo: Manutenção dos Cursos de Licenciatura a Distância de Matemática, Física e Química Pólo Maceió

Data do recebimento dos recursos: 02/12/2008

Responsável pelo projeto: Prof. Elton Casado Fireman

(4) Projeto: Implementação e Ofertas do 3º e 4º. Semestres dos Cursos de Graduação, Modalidade a Distancia, da Universidade Federal de Alagoas, no âmbito a Universidade Aberta do Brasil-UAB

Período de execução: set/08 a dez/09

Valor: R\$ 384.964,72

Objetivo: Ofertar o 3º e 4º Semestres dos cursos de Licenciatura em Pedagogia (300 vagas), Licenciatura em Física (200 vagas) e Bacharelado em Sistemas de Informação (200 vagas) nos Pólos de Maceió, Santana do Ipanema, Olho D'Água das Flores e Maragogi.

Data do recebimento do recurso: 22/10/2008

Responsável pelo projeto: Profª. Cleide Jane de Sá Araújo Costa

(5) Projeto: Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Sistema Universidade Aberta do Brasil em Alagoas (Ação 8429).

Período de execução: nov./08 a dez./09.

Valor: R\$ 285.122,90.

Objetivo: Oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Universidade Aberta do Brasil em Alagoas, os quais irão atuar no 5º e 6º semestres dos cursos oferecidos pela Universidade Federal de Alagoas e Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas, num total de 423 vagas ofertadas.

Data do recebimento do recurso: 23.12.08.

Responsável pelo projeto: Prof^a. Anamelea de Campos Pinto

Tabela 57 – Metas e resultados da ação 8429 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.491.695,58	371.898,40*	24,93%
Física	01	01	100%

(*) Conforme orientação do TCU parte desses recursos da ação 8429 foram devolvidos para reprogramação em 2009.

2.3.16.2. Ação 0A30 – Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica

Tabela 58 – Dados Gerais da Ação 0A30

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Estimular a formação inicial ou continuada de professores da Educação Básica
Descrição	Concessão de bolsa a professores cursistas, professores formadores, professores tutores e participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais, de acordo com a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, visando a qualificação de recursos humanos para a educação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Centro de Educação – CEDU
Unidades executoras	Centro de Educação – CEDU
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Centro de Educação – CEDU
Coordenadora da ação	Profa. Abdísia Maria Alves Barros*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

A ação 0A30 se refere ao “Programa Escola Ativa” que foca na formação de professores e técnicos as escolas com classes multisseriadas. As escolas com classes multisseriadas correspondem a mais de 50% das escolas do campo. No entanto, suas limitações em termos de infra-estrutura e no que diz respeito à formação específica dos professores para atuar com esta forma de organização escolar têm gerado um crescente debate. Nesse sentido, abriram-se novas perspectivas para as classes multisseriadas pensadas a partir de outra organização do trabalho pedagógico e outra relação entre disciplinas, séries, educando(a)s e professor(a)s.

O programa escola ativa, que completou dez anos de sua implementação no ano de 2007 e que chegou a atender mais de dez mil escolas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, demandou uma revisão da experiência que foi realizada pela equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Pará, com o apoio da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD.

Este projeto tem como objetivo melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. É importante destacar a necessidade da formação continuada do professor para atuar nas classes multisseriadas. Entre as atividades realizadas estão: (1) aplicação de práticas pedagógicas em educação do campo; (2) gestão educacional no campo; (3) implantação do projeto arca de leitura; (4) implantação do programa alfabetização solidária; (5) implantação de curso de extensão para os técnicos e professores; (6) implantação do curso de extensão para formação, atualização e monitoramento através da UAB; (7) ação cultural para fortalecimento da identidade cultural

dos campesinos e (8) desenvolvimento do projeto difusão da ciência nas classes multisseriadas do programa escola ativa.

Diante disso, esse programa se apresenta como mais um passo no avanço histórico de construção de uma proposta para classes multisseriadas, que certamente não termina por aqui e é responsabilidade de todos. O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 59.

Tabela 59 – Detalhamento das despesas da Ação 0A30

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
112,915,403	339018	0,00	162.600,00	162.600,00
Total (R\$)		0.00	162.600,00	162.600,00

Tabela 60 – Metas e resultados da Ação 0A30 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	162.600,00	162.600,00	100 %
Física	01	01	100%

2.3.17. Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Tabela 61 – Dados Gerais do Programa 1062

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológicos, com melhoria da qualidade
Gerente do programa	Eliezer Moreira Pacheco
Gerente executivo	Getulio Marques Ferreira
Indicadores ou parâmetros utilizados	1513 - Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico; 1804 - Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico.
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica, e superior tecnológica, alunos de Pós-Graduação, professores e pesquisadores

2.3.18. Principais Ações do Programa

2.3.18.1. Ação 6380 – Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional

Tabela 62 – Dados Gerais da Ação 6380

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a modernização e atualização das instituições de ensino da Educação Profissional, incluindo as instituições que ofertam educação profissional do campo de modo a possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas/técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional.

Descrição	Suporte para implementação da expansão e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de máquinas e equipamentos. Além de apoio pedagógico a projetos de Educação Profissional do campo, e elevação de escolaridade de Jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, equipamentos e outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Unidades executoras	Centro de Humanas, Letras e Artes - CHLA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Coordenador da ação	Nara Sales*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

Essa ação se refere ao projeto intitulado “*Desenvolvimento do Curso Técnico Profissionalizante de Formação do Ator/Atriz Através de Ações de Ensino, Extensão e Pesquisa na Escola Técnica de Artes*” que tem como objetivo geral promover ações que visam à melhoria da qualidade de ensino nos cursos de artes cênicas, com a ampliação do espaço físico e laboratórios e também à qualificação dos docentes e alunos. Entre os objetivos específicos do projeto estavam: (1) contratar pessoal técnico especializado para a revitalização e ampliação do espaço físico, bem como para os procedimentos tecnológicos necessários para a instalação de novos equipamentos; (2) aumentar a eficiência dos laboratórios de expressão cênica, indumentária, maquiagem e expressão corpóreo/vocal; (3) implantar novas metodologias através da aquisição de aparelhagem tecnológica, ampliação do espaço físico e qualificação dos docentes; (4) possibilitar a melhoria da qualidade do ensino das artes cênicas, com espaço adequado as atividades artísticas bem como a oferta de cursos de qualificação de docentes.

As metas previstas e executadas do projeto foram: (1) melhoria do espaço físico e dos laboratórios utilizados para a formação do ator/atriz; (2) aquisição de equipamentos e materiais, visando à melhoria da qualidade do ensino técnico da referida escola; e (3) concepção de novos métodos para o treinamento do ator/atriz.

A Escola Técnica de Artes vinculada a UFAL – ETA aprovada pelo CONSUNI pela resolução nº 65/2006, tem como objetivo atuar na educação profissional técnica de nível médio na forma subsequente no campo das Artes, formando cidadãos e cidadãs com competências, habilidades e atitudes condizentes com as exigências da sociedade e do mundo do trabalho na área das Artes, tais como, qualificar os alunos para o mundo do trabalho, compreendendo que este ensino tem organização curricular própria e independente do Ensino Médio, conforme Decreto nº 5154 de 23/07/04, que dispõe da oferta pelas Universidades Federais de Escolas Técnicas vinculadas.

A Escola Técnica de Artes proporciona ao mercado de trabalho, um profissional que, além de ter os conhecimentos específicos da habilitação escolhida, saiba analisar e avaliar o seu trabalho, fazer inferências e tomar decisões, através da autonomia, autoconfiança, senso crítico, criatividade, interação e integração em equipes e grupos de trabalhos.

A Escola Técnica de Artes da UFAL, aprovada a partir de seu Curso Técnico Profissionalizante de Formação do Ator/Atriz, conta com 162 alunos matriculados e necessita construir um Laboratório específico de técnicas corporais verticais, para ampliar e melhorar a qualidade do Ensino Técnico Profissionalizante. Este novo Laboratório necessita equipamentos específicos, visando à melhoria da qualidade do ensino de Teatro.

Os recursos desta ação foram utilizados para a melhoria da infra-estrutura do Curso Técnico Profissionalizante de Formação do Ator/Atriz, a implantação do Laboratório de

Técnicas Corporais Verticais e Orquestra Experimental de Música da Escola Técnica de Artes da UFAL e melhoria dos demais Laboratórios.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 63.

Tabela 63 – Detalhamento das despesas da Ação 6380

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
112,915,016	339039	0,00	72.000,00	72.000,00
112,915,016	449052	9.697,24	98.302,76	108.000,00
Total(R\$)		9.697,24	170.302,76	180.000,00

Tabela 64 – Metas e resultados da Ação 6380 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	180.000,00	170.302,76	94,61%
Física	170	162	95,29%

Justificativa: Meta física um pouco menor devido a evasão de 8 alunos do referido curso.

2.3.18.2. Ação 2992 – Funcionamento da Educação Profissional

Tabela 65 – Dados Gerais da Ação 2992

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.
Descrição	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, bem como manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Unidades executoras	Escola Técnica de Artes – ETA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Coordenador da ação	Nara Sales*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

Essa ação proporcionou a transição entre a Escola e o Mundo do Trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas no campo do saber das Artes, promovendo a construção de competências que contemplem habilidades, conhecimentos e atitudes que atendam as demandas do setor produtivo e das relações sociais na área de Artes, discutindo as transformações tecnológicas e organizacionais das produções artísticas e culturais como um amplo processo de transformação da sociedade, e que se situam em meio as relações dos seres humanos e destes com a natureza, visando desenvolver ações de ensino, extensão e pesquisa que despertem a consciência das possibilidades de auto-gestão do trabalho artístico e que podem estar implícitas nas transformações e ampliações tecnológicas, alvo desde projeto.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 66.

Tabela 66 – Detalhamento das despesas da Ação 2992

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
112,000,000	339030	0,50	52.031,50	52.032,00
112,000,000	339039	3.368,10	13.189,90	16.558,00
Total (R\$)		3.368,60	65.221,40	68.590,00

Tabela 67 – Metas e resultados da Ação 2992 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	68.590,00	65.221,40	95,08%
Física	170	162	95,29%

Justificativa: Meta física um pouco menor devido a evasão de 8 alunos do referido curso.

2.3.19. Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

Tabela 68 – Dados Gerais do Programa 1067

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
Gerente do programa	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Gerente executivo	Leo Kessel
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.20. Principais Ações do Programa 1067

2.3.20.1. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela 69 – Dados Gerais da Ação 4572

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenadora da ação	Silvia Regina Cardeal*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

No ano de 2008 o Programa de Capacitação implantou dois cursos de especialização:

- ✘ Gestão em Desenvolvimento Universitário – iniciado em março, com término previsto para o mês de junho/2009.
- ✘ Gestão em Organização Hospitalar – iniciado em abril, com término previsto para julho/2009.

Em 2008, a capacitação dirigiu seu foco em cursos de gestão, tanto na qualificação, com as duas especializações, quanto nas capacitações com cursos como: processos administrativos, legislação, gestão de projetos, convênios e contratos.

Houve uma demanda maior nos treinamentos introdutórios em virtude das novas admissões de docentes e técnicos. Esses treinamentos foram reformulados objetivando fornecer aos novos servidores não só informações administrativas e acadêmicas, como treinamento em serviço, tais como: arquivologia, Sistema de Informação para o Ensino (SIE) etc.

Em 2008, a demanda por capacitação continuou atingindo altos índices, tendo 1.628 participações, sendo 1.467 na própria sede e 161 participações fora da sede. Foram realizados em torno de 71 eventos (cursos, seminários, jornadas, congressos, oficinas, encontros, palestras, treinamentos) conforme **Tabela 70**.

Tabela 70 - Número de Participações de Servidores em Programas de Capacitação

Mês	Numero de Participações de Servidores
Janeiro	0
Fevereiro	02
Março	146
Abril	97
Maiο	15
Junho	81
Julho	92
Agosto	356
Setembro	495
Outubro	54
Novembro	99
Dezembro	139
TOTAL	1.628
NA SEDE	FORA DA SEDE
1.467	161

Fonte: PROGEP

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 71.

Tabela 71 – Detalhamento das despesas da Ação 4572

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
112,000,000	339014	0,00	26.397,55	26.397,55
112,000,000	339030	0,00	1.430,89	1.430,89
112,000,000	339033	0,00	52.791,85	52.791,85
112,000,000	339036	0,00	485.733,69	485.733,69
112,000,000	339039	0,00	294.222,22	294.222,22
112,000,000	339092	0,50	370,50	371,00
112,000,000	339147	0,00	33.052,80	33.052,80
Total (R\$)		0,50	893.999,50	894.000,00

Tabela 72 – Metas e resultados da Ação 4572 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	894.000,00	893.999,50	99,99%
Física	1.500	1.628	108,53%

2.3.20.2. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tabela 73 – Dados Gerais da Ação 2272

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Unidades executoras	Superintendência de Infra-estrutura - SINFRA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Superintendência de Infra-estrutura - SINFRA
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 74.

Tabela 74 – Detalhamento das despesas da Ação 2272

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
100,915,014	339014	0,00	1.280,31	1.280,31
100,915,014	339033	936,48	0,00	936,48
Total (R\$)		936,48	1.280,31	2.216,79

Tabela 75 – Metas e resultados da Ação 2272 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.216,70	1.280,31	57,75%
Física	01	01	100%

2.3.21. Programa 1073 – Brasil Universitário

Tabela 76 – Dados Gerais do Programa 1073

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento
Gerente do programa	Ronaldo Mota
Gerente executivo	Maria Ieda Costa Diniz
Indicadores ou parâmetros utilizados	1830 - Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior; 1826 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; 1828 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; 1827 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior – Graduação; 3009 - Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno; 1831 - Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno.
Público-alvo (beneficiários)	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas

2.3.22. Principais Ações do Programa 1073

2.3.22.1. Ação 4009 – Funcionamento de Cursos de Graduação

Tabela 77 – Dados Gerais da Ação 4009

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Manutenção da infra-estrutura física do campus, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento dos serviços públicos e de pessoal ativo, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional –PROGINST
Unidades executoras	Pró-Reitorias Acadêmicas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Gestão Institucional –PROGINST
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

A UFAL desenvolve 77 cursos de graduação presenciais, oferecidos em três *Campi* A. C. Simões, em Maceió, Delza Gitaí, em Rio Largo (2 cursos das ciências agrárias) e no Campus Arapiraca (11 cursos) e seus Pólos: Palmeira dos Índios (2 cursos), Penedo (2 cursos) e Viçosa (1 curso).

A Educação a Distância é oferecida através dos cursos: Pedagogia (6 Pólos atendendo 26 municípios alagoanos - capacitação de professores do ensino fundamental), em convênio com prefeituras; Administração, Sistemas de Informação, Licenciatura em Física e Pedagogia nos municípios de Porto Calvo, Maragogi, Maceió, Santana do Ipanema, e Olho d'Água das Flores (Programa Universidade Aberta do Brasil, desde 2006).

Para garantir o bom funcionamento dos 77 cursos de graduação da UFAL, é necessário recursos de custeio e capital. Essa ação tem esse propósito de fornecer as condições básicas de funcionamento dos cursos de graduação da instituição.

São 14.775 alunos de graduação onde a Instituição lhes oferece os programas: Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq (418 bolsas); Programa de Educação Tutorial – PET (48 bolsas) e Bolsas de Estudo/Trabalho (725 bolsas). Somadas, ainda, as bolsas adquiridas nos editais da SESu/MEC para programas como Afro-Atitude (50 bolsas), Cotas (320 bolsas), dentre outros.

A seguir serão descritas as principais metas executadas pelas atividades finalísticas (ensino, assistência estudantil e extensão) da Instituição por meio desta ação em 2008:

Ensino de Graduação. Ampliar o acesso aos cursos de graduação, tanto na modalidade presencial como na modalidade à distância, dando prioridade para o turno noturno bem como a ampliação dos Programas Institucionais, foi o foco da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) no ano de 2008.

Assistência de estudantil. Ampliar a participação estudantil nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, articulada com as Unidades Acadêmicas, foi o foco da Pró-Reitoria Estudantil (PROEST) no ano de 2008. Para isso, disponibilizou, nos *campi* Maceió e Arapiraca, 709 bolsas de Estudo/Trabalho, o que representa uma ampliação de 100% em relação a 2007. Em 2008, o atendimento no Restaurante Universitário (RU) foi ampliado para 1100 comensais/dia; e na Residência Universitária, onde atualmente vivem 102 residentes, sendo a maioria do interior de Alagoas, foi criada uma ouvidoria para estreitar ainda mais a relação desses estudantes com a pró-reitoria. Ainda em 2008, teve início o Projeto “A Quinta Cultural”, no Campus A. C. Simões. O projeto contou inicialmente com a apresentação de alunos de Teatro, Música e Dança, mas pretende envolver estudantes de outros cursos. Já nas áreas de assistência médica e odontológica, 789 alunos foram atendidos; e outros 36 alunos foram assistidos na área psicológica.

Extensão. No decorrer do ano de 2008, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) continuou sua proposta de estreitar relações entre academia e sociedade, direcionando suas ações, de modo a contribuir para o desenvolvimento institucional e coletivo. Nessa via, efetivou ações de interesse social, formalizou parcerias com Órgãos Governamentais e Não Governamentais, dinamizando um processo, cujo eixo condutor instituiu a ética e o acesso aos direitos humanos, como forma de envolver cada vez mais pessoas no âmbito da universidade.

O detalhamento das despesas relacionadas para essa ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 78.

Relatório de Gestão 2008 - 60

Tabela 78 – Detalhamento das despesas da Ação 4009

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
100,000,000	339033	0,00	26.308,20	26.308,20
100,000,000	339036	0,67	14.400,33	14.401,00
100,000,000	339037	0,80	0,00	0,80
100,000,000	339039	2.892,09	122.149,91	125.042,00
100,000,000	339092	0,48	3.593.753,52	3.593.754,00
100,000,000	339139	0,32	26.239,68	26.240,00
100,000,000	339147	0,93	2.880,07	2.881,00
100,000,000	449052	97.290,00	102.710,00	200.000,00
112,000,000	319004	0,00	3.743.358,85	3.743.358,85
112,000,000	319008	0,00	59.261,94	59.261,94
112,000,000	319011	30.712,78	129.395.664,68	129.426.377,46
112,000,000	319016	0,00	172.283,87	172.283,87
112,000,000	319091	0,00	13.070.810,39	13.070.810,39
112,000,000	319092	0,00	4.122.452,98	4.122.452,98
112,000,000	319113	0,00	785.245,51	785.245,51
112,000,000	339014	0,97	210.130,36	210.131,33
112,000,000	339018	0,01	2.741.525,49	2.741.525,50
112,000,000	339020	0,00	30.500,00	30.500,00
112,000,000	339030	0,82	856.314,54	856.315,36
112,000,000	339033	0,62	527.805,63	527.806,25
112,000,000	339036	0,62	1.460.142,80	1.460.143,42
112,000,000	339037	1,00	2.513.862,43	2.513.863,43
112,000,000	339039	7.437,78	8.374.047,32	8.381.485,10
112,000,000	339047	0,54	4.153,46	4.154,00
112,000,000	339092	0,71	134.850,91	134.851,62
112,000,000	339093	0,52	21.299,06	21.299,58
112,000,000	339139	0,00	268.453,41	268.453,41
112,000,000	339147	0,78	138.097,22	138.098,00
112,000,000	449051	127.452,61	2.262.402,15	2.389.854,76
112,000,000	449052	77.440,29	1.632.704,95	1.710.145,24
Total Parcial_1		343.235,34	176.413.809,66	176.757.045,00
250,159,999	339014	1.000,48	7.366,52	8.367,00
250,159,999	339018	0,69	83.958,31	83.959,00
250,159,999	339030	1.459,72	71.724,10	73.183,82
250,159,999	339033	6.647,89	172.064,11	178.712,00
250,159,999	339036	3.257,08	197.884,05	201.141,13
250,159,999	339039	125.862,84	1.464.188,31	1.590.051,15
250,159,999	339047	56,87	32.938,13	32.995,00
250,159,999	339091	0,92	3.083,08	3.084,00
250,159,999	339092	0,38	683,62	684,00
250,159,999	339093	0,00	15.072,90	15.072,90
250,159,999	339147	10.830,58	70.256,42	81.087,00
250,159,999	449051	1,00	0,00	1,00
250,159,999	449052	1.083.447,03	160.709,97	1.244.157,00

Relatório de Gestão 2008 - 61

Total Parcial_2		1.232.565,48	2.279.929,52	3.512.495,00
Total Geral (R\$)		1.575.800,82	178.693.739,18	180.269.540,00

Tabela 79 – Metas e resultados da Ação 2272 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	180.269.540,00	178.693.739,18	99,12%
Física	15.047	14.775	98,19%

Justificativa: Assim, a meta física foi executada a menor devido à aplicação da resolução de desligamento do discente bem como no aumento no número de concluintes.

2.3.22.2. Ação 4008 – Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino

Tabela 80 – Dados Gerais da Ação 4008

Tipo	Atividade
Finalidade	Possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação.
Descrição	Aquisição de bibliografia básica para o ensino de graduação. Ordenação, catalogação, manutenção de sistemas informatizados, limpeza, manutenção e recuperação do acervo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Biblioteca Central da UFAL
Unidades executoras	Unidades Acadêmicas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Biblioteca Central da UFAL
Coordenadora da ação	Cristiane Cyrino Estevão Oliveira*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

A UFAL conta em Maceió com 01 Biblioteca Central, 02 Bibliotecas Setoriais e 06 Postos de Atendimento (de acordo com a nomenclatura utilizada pelo MEC). O Campus Arapiraca conta com 03 bibliotecas setoriais e um posto de atendimento.

A Biblioteca Central conta atualmente com um acervo estimado de 124.079 exemplares, ou seja, um aumento de 7% em relação ao ano anterior. Em 2008, para o Campus A. C. Simões foram adquiridos 2.180 títulos e 8.598 exemplares (em 13 pregões) e 760 títulos e 3.991 exemplares para o Campus Arapiraca (em 5 pregões).

Em 2008, a UFAL investiu, com recursos do tesouro, R\$ 680.000,00 (Seiscentos e oitenta mil) na aquisição de livros e periódicos bem como em vídeos e em bases de dados. A **Tabela 81** mostra os indicadores do acervo bibliográfico bem como dos serviços ofertados pelo SIBI.

Tabela 81 – Indicadores do SIBI/UFAL em 2008

Indicadores Gerais do Acervo	Dados
Títulos de livros	30.929
Exemplares de livros	124.079
Títulos de periódicos nacionais	1050
Jornais	04
Monografias (graduação)	4.094
Monografias (especialização)	1.907
Dissertações	1.521
Teses	517
Indicadores referentes aos Serviços Ofertados	Dados
Empréstimo de livros	305.826

Reserva de livros	16.999
Leitores inscritos	18.347
Catálogo na fonte	316
Pesquisas on-line realizadas pelo usuários	19.866
Comutação bibliográfica	685
Levantamentos bibliográficos	233
Treinamentos Portal CAPES	11

FORNTE: BIBLIOTECA CENTRAL

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 82.

Tabela 82 – Detalhamento das despesas da Ação 4008

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
112,000,000	339030	0,00	442.730,32	442.730,32
112,000,000	339039	48.906,87	188.362,81	237.269,68
Total (R\$)		48.906,87	631.093,13	680.000,00

Tabela 83 – Metas e resultados da Ação 4008 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	680.000,00	631.093,13	92,8%
Física	13.600	15.951	117,28%

2.3.22.3. Ação 2E14 – Reforma e Modernização de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior

Tabela 84 – Dados Gerais da Ação 2E14

Tipo	Atividade
Finalidade	Recuperar, manter e/ou modernizar a infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino, para assegurar a expansão da oferta de vagas do ensino de graduação, com qualidade.
Descrição	Restauração/modernização das edificações/instalações, com vistas a um adequado Estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação, bem como aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Unidades executoras	Superintendência de Infra-estrutura - SINFRA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato *

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

Os recursos destinados a essa ação, cuja procedência foi uma emenda parlamentar, não foi efetivamente aprovada pelo Governo Federal para a Instituição. Diante disso, a ação prevista não foi executada. O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 85.

Tabela 85 – Detalhamento das despesas da Ação 4008

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
100,000,000	449052	50.000,00	0,00	50.000,00
Total (R\$)		50.000,00	0,00	50.000,00

Tabela 86 – Metas e resultados da Ação 4008 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	50.000,00	---	---
Física	01	---	---

2.3.22.4. Ação 4002 – Assistência ao Educando do Ensino de Graduação

Tabela 87 – Dados Gerais da Ação 4002

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar os estudantes do ensino de graduação, mantendo, a critério da instituição, os restaurantes universitários, as casas de estudantes, e a assistência médica-odontológica.
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria Estudantil - PROEST
Unidades executoras	Pró-Reitoria Estudantil - PROEST
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	PROEST, Restaurante Universitário, Gabinete Odontológico e Residência Universitária.
Coordenador da ação	Pedro Nelson Ribeiro Bomfim*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

A UFAL compreende a política de assistência estudantil como parte do processo educativo devendo articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Assim, tem ampliado o atendimento, operacionalizando e fortalecendo esta política como meio para garantir aos seus alunos o direito à permanência e à conclusão de seus cursos.

Ampliar a participação estudantil nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, articulada com as Unidades Acadêmicas, foi o foco da Pró-Reitoria Estudantil - PROEST no ano de 2008. Para isso, disponibilizou nos *campi* Maceió e Arapiraca, 725 bolsas de Estudo/Trabalho, o que representa uma ampliação de mais de 100% em relação a 2007. A PROEST desenvolveu também várias outras ações para dinamizar ainda mais as atividades para os discentes da UFAL. Em 2008, o atendimento no Restaurante Universitário (RU) foi ampliado para 1.100 comensais/dia; e na Residência Universitária, onde atualmente vivem 102 residentes, sendo a maioria do interior de Alagoas, foi criada uma ouvidoria para estreitar ainda mais a relação desses estudantes com a gestão. Ainda em 2008, teve início o Projeto “A Quinta Cultural”, no Campus A. C. Simões. O projeto contou inicialmente com a apresentação de alunos de Teatro, Música e Dança, mas pretende envolver estudantes de outros cursos.

Além disso, a PROEST, junto com a Pró-Reitoria de Extensão, integra o Programa de Iniciação Artística (Proinart), que objetiva a formação e difusão artístico-cultural, promovendo o engajamento dos estudantes de graduação e Pós-Graduação à produção de arte junto à sociedade. Já nas áreas de assistência médica e odontológica, 789 alunos foram atendidos; e outros 36 alunos foram assistidos na área psicológica.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 88.

Tabela 88 – Detalhamento das despesas da Ação 4008

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
250,159,999	339030	38.995,68	316.497,32	355.493,00
250,159,999	339039	0,00	544.529,00	544.529,00
Total (R\$)		38.995,68	861.026,32	900.022,00

Tabela 89 – Metas e resultados da Ação 4008 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	900.022,00	861.026,32	95,66 %
Física	2.500	2.184	87,36 %

Justificativa: A meta física programada não foi atingida devido à falta de materiais no Gabinete Odontológico, tendo apenas 972 atendimento no ano de 2008.

2.3.22.5. Ação 4005 – Apoio a Residência Multifuncional

Tabela 90 – Dados Gerais da Ação 4005

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos médicos recém-formados, por meio de treinamento em serviços credenciados, melhor qualificação nas várias especialidades médicas e suas áreas de atuação, visando à melhoria no atendimento médico à população. O treinamento é feito em instituições de saúde universitárias ou não, sob a orientação de médicos de elevada qualificação ética e profissional.
Descrição	Verificação “ <i>in loco</i> ” das propostas de oferta de programas de residência médica e acompanhamento permanente dos já credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica do MEC. Os residentes atuarão em atendimento ambulatorial geral, especializado e exames complementares; cirurgias de grande e pequeno porte, estágio em programa de prevenção da cegueira em escolares e na comunidade em geral, atuando, ainda, em atividades teóricas, em seminários e em casos clínicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes – HUPAA
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes – HUPAA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes – HUPAA
Coordenador da ação	Mario Jorge Jucá*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

O programa de Residência Médica do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA, implantado em 1989, tem desenvolvido ações por meio dos médicos residentes, que correspondem à prestação de serviço médico à comunidade e ao treinamento prático, supervisionado, visando à formação de profissionais para o exercício da medicina. Em 2008, o HUPAA tinha 55 residentes nas diversas especialidades da medicina conforme Tabela 91.

Tabela 91 – Relação das Especialidades da Residência Universitária

Especialidade	Número de Alunos Matriculados
Anestesiologia	06
Cirurgia Geral	08
Clínica Médica	07
Dermatologia	05
Obstetrícia e Ginecologia	11
Oftamologia	06
Patologia	03
Pediatria	06
Neonatologia	01
Gastroenterologia	02

FONTE: COREME/HUPAA

A Residência Médica do HUPAA em 2008 contou com 63 bolsas ativas e 55 residentes distribuídos em 12 Programas, a saber: Clínica Médica, Cirurgia Geral, Pediatria, Ginecologia,

Obstetrícia, Gastroenterologia, Dermatologia, Anestesiologia, Oftalmologia, Patologia Geral, Neonatologia, Saúde da Família e da Comunidade.

O treinamento em serviço foi realizado nos setores relacionados a cada área de atuação, sob a responsabilidade de preceptores e coordenadores, através da assistência a pacientes em enfermarias, ambulatórios, centro cirúrgico e obstétrico, pequena cirurgia, salas de exames complementares do HUPAA, e dentre outros.

Cada Programa de Residência Médica tem um Coordenador, que está subordinado à Comissão de Residência (COREME) a qual está ligada à Comissão Estadual e Comissão Nacional de Residência Médica.

Os recursos recebidos pelo Programa de Residência Médica do HUPAA são advindos do valor pago pelos candidatos a vagas quando da inscrição no concurso no início do ano, e a bolsa recebida pelos residentes é vinculada ao Ministério da Educação.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 92.

Tabela 92 – Detalhamento das despesas da Ação 4005

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
112,915,003	339004	10.540,48	1.273.481,02	1.284.021,50
112,915,003	339147	7.852,32	248.951,98	256.804,30
Total (R\$)		18.392,80	1.522.433,00	1.540.825,80

Tabela 93 – Metas e resultados da Ação 4005 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.540.825,08	1.522.433,00	98,80%
Física	53	55	103,78%

2.3.22.6. Ação 8551 – Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior

Tabela 94 – Dados Gerais da Ação 8551

Tipo	Atividade
Finalidade	Auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas.
Descrição	Auxílio financeiro repassado pela administração direta, através da Secretaria de Educação Superior, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Gestão Institucional – PROGINST
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

A atual administração também foi marcada pela ampliação do acesso à Universidade, com aumento expressivo na oferta de vagas. Em 2003 a UFAL ofertava 2.225 vagas, total que em 2007 foi de 2.707 no Campus A. C. Simões em Maceió e 640 no Campus Arapiraca. Na modalidade de Educação a Distância, a UFAL possui atualmente 500 alunos no curso de Administração e 734 alunos no curso de Pedagogia, totalizando 1.234 estudantes. Em setembro de 2007 foram matriculados mais 700 novos alunos dos cursos de Pedagogia, Física e Sistema de Informação, perfazendo um total de 1.939 alunos nesta modalidade.

As atividades também privilegiaram o acesso com concentração de esforços na promoção da inclusão social. Em 2004, de forma pioneira no Nordeste, a UFAL instituiu o sistema de cotas para a população afro-descendente e oriunda da escola pública, destinado a

preencher 20% das vagas em seus cursos de graduação alunado deste perfil, muitas vezes marginalizados no que diz respeito as oportunidades na rede pública de ensino superior. Em 2005 foram preenchidas 192 vagas nesta modalidade, em 2006 foram 440 no Campus Maceió e 81 no Campus Arapiraca. Em 2007 estes números aumentaram para 427 vagas no Campus Maceió e 92 no Campus Arapiraca. As melhorias também chegaram aos espaços físicos da UFAL, por meio de um trabalho constante de adequação dos recursos disponíveis às necessidades físicas e estruturais. Atualmente, as salas de aula possuem cadeiras estofadas e as unidades acadêmicas e salas de multimeios dos blocos 7, 13, 14 e 18 possuem TV, vídeo, projetor de multimídia e retroprojetor. Por todos os Campi, em especial em Maceió, prédios foram pintados e receberam inúmeras benfeitorias.

Em decorrência dos aportes de recursos do Governo Federal, a gestão pode investir em obras e ações de modernização. Entre estes projetos consolidados, medidas estruturantes, com décadas de atraso por conta dos baixos investimento e manutenção garantida pelo Governo Federal, como as obras para a coleta de água pluvial no Campus A. C. Simões, a recuperação de auditórios, aquisição de novos equipamentos como computadores e material permanente para laboratórios, a modernização da Biblioteca Central da UFAL, com informatização do sistema de consulta ao acervo bibliográfico por meio do software *Pergamum* e aquisição de mais de 2.000 novos títulos, além de projetos na área de informática como melhorias no sistemas de conectividade e elaboração do Projeto RAAVE (Rede Alagoana de Alta Velocidade), rede própria de fibra ótica em parceria com a Ceal, a Fapeal e o Cefet.

Com a interiorização, incentivada pelo Programa de Expansão da Educação Superior Pública elaborado pelo Ministério da Educação, foram contratados 58 docentes e 11 técnicos-administrativos, e há a expectativa de autorização para a contratação de mais 41 docentes e novos técnicos. Dezesesseis cursos são oferecidos no Campus Arapiraca e em seus Pólos, com concurso vestibular para de 640 novos alunos por semestre e capacidade para que 2.560 estudantes se insiram em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entre os cursos ofertados com a interiorização da UFAL estão as graduações em Administração, Agronomia, Arquitetura, Biologia, Ciência da Computação, Educação Física, Enfermagem, Física, Matemática, Química, Zootecnia, Serviço Social, Psicologia, Turismo, Engenharia de Pesca e Medicina Veterinária.

Devido ao crescimento institucional verificado no período de 2007/2008 verificou-se um aumento significativo no consumo de energia elétrica elevando com isso o valor do contrato com a CEAL. Houve também um aumento considerável no contrato de segurança, uma vez que a UFAL implantou um projeto moderno de segurança integrada, além da repactuação salarial da categoria dos agentes de segurança.

Os recursos também dessa ação foram aplicados na construção de parte do bloco do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde - ICBS. O projeto de *“Construção do Bloco Administrativo do ICBS no Campus A. C. Simões”* teve como objetivo implementar ações visando o aprimoramento da gestão administrativa e acadêmica do ICBS, por meio do aperfeiçoamento das suas atividades finalísticas (ensino, pesquisa e extensão).

O ICBS é uma unidade acadêmica da UFAL que oferta os cursos de graduação em Ciências Biológicas, nas modalidades bacharelado e licenciatura, com um universo de 447 alunos matriculados. Além disso, o ICBS oferta diversas disciplinas para todos os cursos da área da saúde (40 disciplinas semestrais).

Atualmente, o ICBS funciona em um prédio antigo no centro da cidade de Maceió com sérios problemas de infra-estrutura, implicando em elevado custo de manutenção. Considerando a grande quantidade de laboratórios de ensino e pesquisa que necessitam constantemente de manutenção, principalmente no que se refere a parte elétrica, hidráulica e de telhados, uma vez que a área construída é de 1.000 m². Com a instalação do mestrado em Ciências da Saúde no ICBS, recém aprovado pela CAPES, surgiram maiores dificuldades

para adequação dos laboratórios de pesquisa com vistas a atender os alunos da Pós-Graduação.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 95.

Tabela 95 – Detalhamento das despesas da Ação 8551

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
112,915,004	339036	0,00	7.916,67	7.916,67
112,915,004	339037	5.273,39	694.726,61	700.000,00
112,915,004	339039	0,00	2.630.000,00	2.630.000,00
112,915,004	339147	0,00	1.583,33	1.583,33
112,915,004	449051	5.915,27	1.974.647,08	1.980.562,35
112,915,011	339036	0,00	2.000,00	2.000,00
112,915,011	339039	0,00	36.951,82	36.951,82
112,915,011	339147	0,00	400,00	400,00
112,915,011	449052	0,00	196.459,99	196.459,99
Total (R\$)		11.188,66	5.544.685,50	5.555.874,16

Tabela 96 – Metas e resultados da Ação 8551 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	5.555.874,16	5.544.685,50	99,80 %
Física	01	01	100%

2.3.22.7. Ação 4413 – Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior (PET)

Tabela 97 – Dados Gerais da Ação 4413

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar as condições de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior mediante apoio à formação de grupos tutoriais de alunos, visando: otimizar o potencial acadêmico de alunos com habilidades e interesses destacados; promover a integração da atividade acadêmica com a futura atividade profissional, por meio do exercício permanente e integrado do ensino, da pesquisa e da extensão; promover a melhoria do ensino de graduação a partir do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas e através do efeito multiplicador da atuação dos integrantes dos Grupos PET sobre o alunado dos cursos de graduação.
Descrição	Formação de grupos tutoriais, compostos por alunos de cursos de graduação, alunos de cursos de Pós-Graduação, mestrandos ou doutorandos sob a orientação de docente que possua título de doutor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Graduação- PROGRAD
Unidades executoras	Grupos PET
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Graduação- PROGRAD
Coordenador da ação	José Geraldo da Cruz Gomes Ribeiro*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

Conhecido anteriormente como Programa Especial de Treinamento, o PET, agora regido pela Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005 e pela Portaria nº 3.385 de 29 de setembro de 2005, foi renomeado para Programa de Educação Tutorial – PET. De acordo com o Artigo 2º da Portaria, "o PET constitui-se em programa de educação tutorial desenvolvido em grupos

organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão...".

O PET tem por objetivo promover a formação ampla e de qualidade acadêmica de alunos de graduação envolvidos com o Programa, estimulando a fixação de valores que reforcem o exercício da cidadania e a consciência social, e a melhoria dos cursos de graduação. O PET tem como objetivo também garantir aos alunos dos cursos de graduação oportunidades de vivenciar experiências não presentes em estruturas curriculares convencionais, visando a sua formação global e favorecendo a formação acadêmica, tanto para a integração no mercado profissional como para o desenvolvimento de estudos em programas de Pós-Graduação.

O PET é um programa Institucional financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior - CAPES/MEC, em convênio com as Universidades Públicas Brasileiras para reforçar, através de um sistema de bolsas para alunos de graduação e para um professor tutor, a preparação intelectual e profissional de estudantes brasileiros. A UFAL possui 48 alunos de graduação participando deste projeto, dos seguintes cursos de graduação: arquitetura e urbanismo, economia, engenharia civil e letras.

O Programa de Educação Tutorial - PET tem por objetivo promover a formação ampla e de qualidade acadêmica de alunos de graduação envolvidos com o Programa, estimulando a fixação de valores que reforcem o exercício da cidadania e a consciência social, e a melhoria dos cursos de graduação. Para tanto, a CDP/PROGRAD gerencia 04 (quatro) grupos inseridos nos cursos de: Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Economia e Letras. A UFAL possui 4 tutores e 48 estudantes.

Em setembro de 2008, a UFAL foi contemplada, através do resultado do Edital SESu/MEC Nº 05/2008, com um grupo PET no curso de Psicologia. Com o funcionamento previsto para 01 de janeiro de 2009, o PET – Psicologia contará com 01 (um) tutor e 04 (quatro) alunos bolsistas, propiciando um maior desenvolvimento acadêmico para o curso e seus alunos.

O financiamento do PET é efetuado pelo Ministério da Educação – MEC, sendo repassado anualmente recursos para o pagamento de bolsas para seus participantes (tutores e estudantes) e para aquisição de materiais de consumo.

Os grupos PET da UFAL exercem atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, oferecendo cursos, programas, capacitações, pesquisas, eventos, etc. Em 2008 foram promovidas as seguintes atividades:

- ✍ ENEPET – Encontro Nordeste destinado aos Grupos PET, que ocorreu durante os dias 18 a 21 de Abril de 2008.
- ✍ ENAPET – Encontro Nacional destinados aos Grupos PET, que ocorreu durante os dias 14 e 18 de julho de 2008.
- ✍ CONGRESSO ACADÊMICO – Realizado pela UFAL anualmente e que em 2008 ocorreu na semana de 20 a 25 de outubro.

O financiamento do PET é efetuado pelo Ministério da Educação – MEC, sendo repassado anualmente recursos para o pagamento de bolsas para seus participantes (tutores e estudantes) e para aquisição de materiais de consumo.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 98.

Tabela 98 – Detalhamento das despesas da Ação 4413

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
112,915,001	339018	0,00	172.800,00	172.800,00
112,915,001	339020	0,00	66.912,00	66.912,00
112,915,001	339030	13,71	24.362,64	24.376,35
112,915,001	339039	0,00	4.423,65	4.423,65
Total (R\$)		13,71	268.498,29	268.512,00

Tabela 99 – Metas e resultados da Ação 4413 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	268.512,00	268.498,29	99,9%
Física	48	48	100%

2.3.22.8. Ação 6379 – Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais

Tabela 100 – Dados Gerais da Ação 6379

Tipo	Atividade
Finalidade	Auxiliar no funcionamento dos Hospitais de Ensino, melhorando a qualidade do ensino e da pesquisa desenvolvidos pelas Instituições Federais de Ensino Superior, além de garantir os procedimentos necessários na área de saúde, em termos de prestação de assistência à comunidade através do Sistema Único de Saúde - SUS.
Descrição	Repasse de recursos às Instituições Federais de Ensino Superior para subsidiar o funcionamento de seus hospitais de ensino, por meio de manutenção de infraestrutura, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes – HUPAA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Coordenador da ação	Dr. Paulo Luiz Teixeira Cavalcante*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

O Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA foi fundado em 1973, é um órgão de apoio acadêmico da Universidade Federal de Alagoas - UFAL e desenvolve ações abrangendo as áreas de ensino, pesquisa e assistência. Trata-se do único hospital público federal em Alagoas, conta com uma área construída de mais de 27.000 m² distribuídos em 06 (seis) pavimentos, 174 (cento e setenta e quatro) leitos ativos, e corpo funcional de aproximadamente 1.572 colaboradores que atuam nas mais diversas áreas. O HUPAA dedica 100% da totalidade de seus leitos ativos e procedimentos realizados ao SUS e tem desenvolvido sua real vocação para a assistência de referência secundária e terciária, principalmente nas seguintes áreas: atendimento à Gestante de Alto Risco, Unidade de Terapia Intensiva UTI-Adulta, Unidade de Terapia Intensiva UTI-Neonatal, Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal, Banco de Leite Humano, Hospital-dia – AIDS, Cirurgias por vídeo, Quimioterapia, Gastroplastia, Neurocirurgia e mais recentemente, o Centro de Oncologia - CACON.

Por ser um hospital escola, encontra-se voltado prioritariamente para a formação e capacitação de recursos humanos na área de saúde contribuindo para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado de Alagoas.

No que se refere à pesquisa, várias são desenvolvidas no Hospital em diferentes áreas como Medicina, Serviço Social, Psicologia, Administração, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, entre outras; sempre buscando atender às necessidades dos usuários que procuram o HUPAA e o desenvolvimento da Instituição.

O HUPAA é reconhecido pelos diversos segmentos da sociedade alagoana como a maior instituição pública de saúde do Estado, através de sua área física, do seu corpo clínico, da capacitação de recursos humanos para o sistema de saúde local, das atividades de graduação, Pós-Graduação, pesquisa e assistência.

O financiamento do Hospital Universitário depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde – SUS. Seus recursos são assegurados por convênio realizado junto ao Município de Maceió – Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, desenvolvido e fiscalizado de acordo com o Plano Operativo Anual – POA. A Tabela 101 apresenta alguns indicadores que ajudam a melhor delinear o perfil do HUPAA.

Tabela 101 – Indicadores do HUPAA

Indicador	Dado
Número de especialidades médicas	51
Número de leitos ativos	174
Número de programas de residência médica	12
Número de residentes médicos	58
Número de setores	64
Número de alunos de graduação	852*
Número de docentes	132

* Incluídos os alunos dos seguintes cursos: Medicina, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Farmácia e Psicologia.

Com os recursos recebidos por intermédio desta ação como forma de complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais, o HUPAA investiu na aquisição de materiais/equipamentos para os seguintes setores: Medicina Física e Reabilitação, Endoscopia, UTI neonatal, UTI geral, Centro Cirúrgico–Anestesiologia, Hotelaria, CACON/RADIOTERAPIA, Farmácia, NPD e Transporte.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 102.

Tabela 102 – Detalhamento das despesas da Ação 6379

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
100,915,002	339030	0,00	33.319,70	33.319,70
112,915,002	339030	0,00	635.793,22	635.793,22
112,915,002	339037	0,00	224.000,00	224.000,00
112,915,002	339039	0,00	796.994,80	796.994,80
112,915,002	449052	0,00	842.790,00	842.790,00
151,915,002	339030	0,00	489.031,17	489.031,17
151,915,002	339039	0,00	507.751,00	507.751,00
151,915,002	449052	0,00	521.924,00	521.924,00
Total (R\$)		0,00	4.051.603,89	4.051.603,89

Tabela 103 – Metas e resultados da Ação 6379 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	4.051.603,89	4.051.603,89	100%
Física	01	01	100%

2.3.22.9. Ação 009E – Concessão de Benefício a Estudantes Estrangeiros em Graduação no Brasil

Tabela 104 – Dados Gerais da Ação 009E

Tipo	Atividade
Finalidade	Fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre os países que mantêm acordos educacionais e culturais com o Brasil, em especial os países em desenvolvimento como os da África e do Caribe.

Descrição	Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes estrangeiros carentes, matriculados em cursos de graduação, nas Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, com prioridade para os provenientes dos países da África e do Caribe.
Unidade responsável pelas decisões	Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Unidades executoras	Unidades Acadêmicas
Áreas responsáveis por gerenciamento	Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD
Coordenador da ação	José Geraldo da Cruz Gomes Ribeiro*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

A UFAL conta com o Convênio Programa Estudantes-Convênio da Graduação (acordo de cooperação internacional que o governo oferece aos outros países em via de desenvolvimento, exclusivamente África e América Latina). Através do PEC-G, a universidade cria novas vagas para os estudantes visitantes aos quais é concedido o diploma brasileiro mediante a integralização dos respectivos cursos. Anualmente a UFAL oferece uma vaga de cada curso para o PEC-G.

O MEC através do *Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior*, o qual disponibiliza bolsas de auxílio financeiro para estudantes que apresentem dificuldades financeiras no âmbito do PEC-G. O processo de seleção é realizado em duas etapas: 1º A pré-seleção, efetuada pela IFES; e 2º a seleção efetuada pelo MEC. Os critérios de pré-seleção são: (1) Condição socioeconômica; (2) Rendimento acadêmico; (3) Freqüência escolar; (4) Previsão de envolvimento do aluno em atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e (ou) extensão, em que pesem, preferencialmente, as contribuições do contexto cultural e social do país de origem (oficinas, eventos, seminários, monitorias, projetos de extensão, etc.). Os critérios de seleção (MEC) são: (1) rendimento acadêmico; (2) situação financeira; (3) participação dos estudantes em atividades acadêmicas extra-curriculares; (4) Custo de vida local e (5) Índice de desenvolvimento humano do país de origem do estudante.

O referido projeto, iniciado em 2005, possibilita a candidatura de estudantes PEC-G para recebimento do auxílio, sendo ofertado anualmente, garantindo ao estudante contemplado receber o auxílio durante o período de um ano e com a possibilidade de renovação em futuras seleções. A Pró-Reitoria de Graduação da UFAL vem desenvolvendo ações de acompanhamento e controle do desempenho dos estudantes PEC-G. Através da constatação da dificuldade de comunicação de alguns estudantes PEC-G, foi criado o Curso de Língua Portuguesa para estrangeiros desempenhado pelo Grupo PET – Letras, que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em conjunto com os estudantes do PEC-G. A UFAL possui 25 convênios com diversos países do mundo entre eles estão: Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Angola, Chile, Cuba, Barbados, Nicarágua, México, Uruguai, Paraguai, Estados Unidos da América, Coréia do Sul, China, Israel, Guiné-Bissau, Moçambique, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Itália, Holanda, França, Portugal, Espanha e Rússia. A Tabela 105 apresenta o número de alunos por países dentro do programa PEC-G.

Tabela 105 – Quantitativo dos alunos por países (Fonte: ASSESSORIA DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL)

País	Número de Alunos
Angola	01
Barbados	01
Cabo Verde	19
Guiné-Bissau	26
Moçambique	02
Paraguai	01
República Dominicana do Congo	01
São Tomé e Príncipe	01
Total	52

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 106.

Tabela 106 – Detalhamento das despesas da Ação 009E

Fonte	ND	Disponível (R\$)	Liquidado (R\$)	Total (R\$)
100,915,004	339018	0,00	160.785,00	160.785,00
Total (R\$)		0.00	160.785,00	160.785,00

✍

Tabela 107 – Metas e resultados da Ação 009E no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	160.785,00	160.785,00	100%
Física	52	52	100%

2.3.22.10. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tabela 108 – Dados Gerais da Ação 09HB

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal – DAP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Administração de Pessoal – DAP
Coordenador da ação	Wellington da Silva Pereira*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

O orçamento de pessoal e suas contribuições obrigatórias, é de responsabilidade do Governo Federal. Há uma previsão inicial e, de acordo com o lançamento das folhas de pagamento mensais, os valores para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais são lançados e abatidos das rubricas repassadas para a UFAL.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 109.

Tabela 109 – Detalhamento das despesas da Ação 09HB

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
100,000,000	319100	25.677,00	0,00	25.677,00
112,000,000	319100	19.400.000,00	0,00	19.400.000,00
112,000,000	319113	22.320.511,32	37.107.412,68	59.427,924,00
Total (R\$)		41.746.188,32	37.107.412,68	78.853.601,00

Tabela 110 – Metas e resultados da Ação 09HB no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	41.746.188,32	37.107.412,68	88,89%
Física	2.600	2.600	100%

2.3.22.11. Ação 1H55 – Expansão do Ensino Superior - Campus Arapiraca

Tabela 111 – Dados Gerais da Ação 1H55

Tipo	Projeto
Finalidade	Viabilizar a implantação do Campus Arapiraca, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior de Graduação e de Pós-Graduação, realizar atividades de extensão e desenvolver pesquisas.
Descrição	Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Unidades executoras	Superintendência de Infra-estrutura - SINFRA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Superintendência de Infra-estrutura - SINFRA
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

A presença da UFAL no interior, região onde se concentram 68,5% das matrículas do ensino médio no Estado, atende a uma demanda reprimida pelo ensino superior público e de qualidade, além de contribuir para o desenvolvimento regional alagoano.

Com a interiorização, incentivada pelo Programa de Expansão da Educação Superior Pública elaborado pelo Ministério da Educação, foram contratados 58 docentes e 11 técnicos-administrativos, e há a expectativa de autorização para a contratação de mais 41 docentes e novos técnicos.

Dezesseis cursos são oferecidos no Campus Arapiraca e em seus Pólos (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa), com concurso vestibular para 640 novos alunos por semestre e capacidade para que 2.560 estudantes, a partir do ano de 2009, se insiram em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entre os cursos ofertados com a interiorização da UFAL estão as graduações em Administração, Agronomia, Arquitetura, Biologia, Ciência da Computação, Educação Física, Enfermagem, Física, Matemática, Química, Zootecnia, Serviço Social, Psicologia, Turismo, Engenharia de Pesca e Medicina Veterinária.

Para dar suporte às atividades didáticas, ao lado das instalações físicas, contratação de pessoal e aquisição de equipamentos e acervo bibliográfico, a atual gestão também investiu em bolsas de estudos destinadas aos estudantes de Arapiraca e dos demais Pólos no interior. Em decorrência deste aporte de recursos, a gestão pode investir em obras e ações de implantação e manutenção do Campus Arapiraca e de seus Pólos. Entre os serviços de engenharias e obras realizadas no Campus Arapiraca e seus Pólos estão: Construção do Laboratório de Anatomia e Almoxarifado de Produtos Químicos do Campus UFAL/ARAPIRACA (Valor de R\$ 290.000,00); Construção do Bloco B1 de Salas de Aulas e Laboratório no Campus Arapiraca/UFAL – Valor de R\$ 978.443,39; Elaboração de Projeto de Fundações para o prédio do Pólo de Penedo – Valor de R\$ 1.800,00; Serviço de Reativação de 01 Poço para abastecimento de Água - Pólo Palmeira dos Índios – Valor de R\$ 9.986,75; Reforma e Ampliação do Pólo de Penedo – Valor de R\$ 13.340,10; Laboratório Multidisciplinar no campus sede e Reforma do Bloco Administrativo do Pólo de Penedo/UFAL.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 112.

Tabela 112 – Detalhamento das despesas da Ação 1H55

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
112,000,000	339014	0,93	11.281,07	11.282,00
112,000,000	339018	300,00	321.700,00	322.000,00
112,000,000	339030	0,36	334.629,02	334.629,38

Relatório de Gestão 2008 - 74

112,000,000	339033	0,32	26.527,68	26.528,00
112,000,000	339036	0,00	27.600,00	27.600,00
112,000,000	339037	0,42	336.825,58	336.826,00
112,000,000	339039	0,00	2.005.237,62	2.005.237,62
112,000,000	339092	1,01	21.055,99	21.057,00
112,000,000	449051	5.037,03	642.234,86	647.271,89
112,000,000	449052	1.357,81	247.892,30	249.250,11
Total (R\$)		6.697,88	3.974.984,12	3.981.682,00

Tabela 113 – Metas e resultados da Ação 1H55 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	3.981.682,00	3.974.984,12	99,83%
Física	01	01	100%

2.3.22.12. Ação 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

Tabela 114 – Dados Gerais do Programa 8282

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças.
Descrição	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	PROGINST
Unidades executoras	UFAL
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	PROGINST
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

Em 2007, o Governo Federal emitiu o Decreto nº 6.096/97 de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Para a UFAL, trata-se, de fato, de um Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI que reconhece as possibilidades e potencialidades no atual estágio de desenvolvimento da Instituição bem como as oportunidades que se abrem, propondo as linhas de desenvolvimento necessárias para a sua reestruturação e expansão.

Para o Governo Federal, trata-se de um plano de investimentos para reestruturação e expansão das Universidades Federais, o qual investirá na UFAL cerca de R\$ 129 milhões nos próximos cinco anos (R\$ 90.189.562,92 em recursos de custeio e R\$ 38.851.359,74 em recursos de capital).

Para receber os recursos previstos no REUNI as Universidades Federais Brasileiras precisaram apresentar projetos de reformulação que incluam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, a redução do custo por aluno, a flexibilização curricular, a criação de novas arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão.

Os recursos orçamentário-financeiros relativos ao crescimento no orçamento da UFAL oriundos do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI foram divididos em quatro grupos: (1) uma parcela será aplicada diretamente nos setores/unidades que promoverem a expansão de vagas na graduação, repartida proporcionalmente à contribuição dada por cada um desses setores/unidades ao programa de

expansão; (2) uma segunda parcela será alocada na melhoria dos serviços comuns, tais como: limpeza, manutenção, segurança, iluminação, rede elétrica, rede interna de comunicação de dados, paisagismo, etc.; (3) uma terceira parcela será utilizada para aquisição de equipamentos e material permanente e a (4) quarta parcela será destinada a fornecer suporte à expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Tabela 115).

Tabela 115 – Programação Orçamentária da UFAL para o REUNI

Grupo	Modalidade
I	Investimentos: a) em equipamentos: salas de aulas, auditórios, laboratórios, módulos administrativos, núcleo de apoio didático etc. b) em unidades: Obras novas, reformas, ampliações, adequações etc. (a detalhar).
II	Projetos estruturantes dos Campi: segurança, limpeza, manutenção, urbanização, paisagismo, iluminação, rede elétrica, rede de comunicação interna, rede lógica etc.
III	Aquisição de Material Permanente: equipamentos, mobiliário, veículos etc. (a detalhar).
IV	Investimento para expansão da Pós-Graduação

FONTE: PROGINST

O acompanhamento e a avaliação do Plano de Reestruturação e Expansão na UFAL serão realizados, a partir de 2009, de forma contínua, pela Pró-Reitoria de Gestão Institucional, que deverá orientar a montagem do Plano de Monitoramento e Avaliação deste Plano, no âmbito interno da Instituição. Os resultados serão aferidos com base nos indicadores apontados nesse documento, agrupados em três categorias:

- ☞ indicadores operacionais - permitem a verificação dos recursos previstos (financeiros, materiais e humanos) para o atingimento das metas;
- ☞ indicadores gerenciais - evidenciam se as metas (números, taxas, índices, condições, situações, produtos e serviços), previstas como resultados das ações, foram alcançadas;
- ☞ indicadores de impacto social – constata os benefícios, gerados pelo Plano, de maior amplitude social e de mais longo prazo, evidenciados no grau de satisfação dos envolvidos e na percepção positiva da sociedade sobre seus resultados.

De acordo com as diretrizes contidas no artigo 1º do Decreto nº 6.096/2007, serão considerados como indicadores quantitativos do Plano da UFAL: aumento de vagas de ingresso nos cursos de graduação; aumento progressivo da relação professor/aluno e a elevação das taxas de conclusão nos cursos de graduação.

Em 2012, a UFAL certamente terá atingido os indicadores previstos nesse documento: crescimento quantitativo de 20% nas matrículas da graduação e na Pós-Graduação; maior produtividade do processo pedagógico, com taxa de conclusão aproximando-se cada vez mais da meta estabelecida. Tudo isso, associado à melhor qualidade científica do trabalho docente e ao indispensável suporte tecnológico de uma geração de servidores qualificados e capacitados. A Universidade contará ainda com currículos mais flexíveis, interdisciplinares, atualizados, abertos à universalidade do conhecimento, produzindo não somente profissionais, porém indivíduos críticos e cidadãos intelectual e socialmente qualificados.

A implantação do Campus Delmiro Gouveia representará enorme desafio para a UFAL, diante do esforço acadêmico e administrativo a ser empreendido. Ao focar sua atuação nos municípios de Delmiro Gouveia, no Alto Sertão, e de Santana do Ipanema, no Médio Sertão, a UFAL concentrará seus esforços para atender as microrregiões estaduais mais carentes em seus indicadores sociais, especialmente no que se refere à educação superior. Sua presença significará, com certeza, a inauguração de um novo tempo e uma nova realidade para o Estado de Alagoas nos próximos anos, ao constituir-se no mais importante projeto estruturante de seu território atual, tendo a educação superior como vetor fundamental de desenvolvimento. Espera-se, portanto, forte transformação positiva na sub-região sertaneja alagoana - uma das mais pobres e esquecidas de Alagoas e do Brasil -, através da oferta de novas oportunidades para os jovens, para as empresas e para os governos locais.

É importante salientar que a integração das atividades acadêmicas é um dos princípios fundamentais para garantir a eficácia deste Plano que estamos colocando em prática. Além

disso, as ações administrativas estão direcionadas ao compromisso de melhoria das condições de trabalho, iniciadas com o engajamento da UFAL no Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior do Ministério da Educação. Ações paralelas de cunho social, direcionadas aos segmentos de servidores técnicos-administrativos, docentes e discentes, merecerão cada vez mais, a atenção e o empenho da administração superior da UFAL, no sentido de fortalecimento daqueles que tem a nobre função de construir uma universidade pública, gratuita, humanista e de qualidade.

Ressalta-se que um programa de 5 anos pode sofrer ajustes no seu decorrer. A UFAL tem seu orçamento do Tesouro e mais os recursos de outras fontes, como os do REUNI 2008, que foi descentralizado pelo MEC. Portanto, as metas do ano precisam ser alcançadas, e foram, com ajustes de fontes orçamentárias. A Tabela 116 mostra as principais ações realizadas neste ano dentro do programa REUNI.

Tabela 116 – Ações executadas dentro do REUNI 2008

Revisão da rede elétrica
Pavimentação de vias
Construção de Blocos de Salas de Aula nos Campi
Construção de Blocos de Laboratórios nos Campi
Equipamentos para os Laboratórios nos Campi

Fonte: SINFRA

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 117.

Tabela 117 – Detalhamento das despesas da Ação 8282

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
112,915,030	339039	261,80	580.579,41	580.841,21
112,915,030	449051	0,00	3.789.359,74	3.789.359,74
112,915,030	449052	1.086,68	1.998.913,32	2.000.000,00
Total (R\$)		1.348,48	6.368.852,47	6.370.200,95

Tabela 118 – Metas e resultados da Ação 8282 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	6.370.200,95	6.368.852,47	99,98 %
Física	01	01	100%

2.3.22.13. Ação 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino

Tabela 119 – Dados Gerais da Ação 2992

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover ações
Descrição	Funcionamento dos Hospitais de Ensino
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA
Coordenador da ação	Dr. Paulo Luiz Teixeira Cavalcante*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

No ano de 2008 o HUPAA promoveu ações de notificação, investigação, controle de doenças, mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças, com a alimentação do sistema de informações.

Sendo um Hospital Sentinela desenvolveu ações que subsidiaram o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária nas ações de gerenciamento e prevenção de riscos em serviços de saúde e utilização de sangue e componentes relacionados ao registro, à comercialização e ao uso de produtos de saúde.

As atividades desenvolvidas pelo SCIH estão detalhadas a seguir:

1. Pesquisa para investigação de ocorrência de infecção hospitalar para notificação destas e tomada de decisões que se façam necessárias bem como inclusão nas estatísticas do hospital. Foram notificadas em 2008 e encaminhadas para o setor de custos o número de infecções por clínica conforme Tabela 120.

Tabela 120 – Número de Infecções por Clínica

Clínicas	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV	
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Cirúrgica	00	00	01	01	02	02	02	02	00	00	05	05	02	02	02	03	02	03	04	05	00	00
Médica	01	01	00	00	01	01	02	02	01	01	01	01	02	02	00	00	01	01	02	02	04	05
Obstétrica	06	06	02	03	04	04	05	05	05	05	06	06	03	03	07	07	08	08	08	08	09	09
Pediátrica	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	01	00	00	00	00	02	02	00	00
UTI Geral	01	01	04	05	04	07	03	04	04	04	05	07	01	01	01	06	08	02	02	04	07	
UTI NEO	06	11	03	07	01	01	02	03	01	01	04	08	03	03	01	01	03	05	06	06	07	11

Legendas: .1. N° de pacientes com infecção 2.Total de infecções. Fonte: SCIH, dezembro/2008

2. Palestras com o tema biossegurança para os alunos do curso de odontologia, na Faculdade de Odontologia da UFAL;
3. Orientações, nos diversos setores, sobre destino dos resíduos desde o descarte até a coleta final;
4. Aulas sobre controle de infecção hospitalar para o curso de noções de controle de infecção hospitalar e reprocessamento de artigos promovido pelo setor de Educação Permanente junto à PROGEP – Pró Reitoria de gestão de pessoas e trabalho;
5. Diagnóstico de Resíduos em Serviços de Saúde – RSS nas diversas clínicas do HUPAA para a implantação do PGRSS;
6. Reunião com os integrantes da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar para informação da implantação do PGRSS;
7. Reunião com os integrantes da Comissão de Resíduos instituída pela portaria 39 de 2008 através da Direção Geral;
8. Atendimento de 23 profissionais acidentados com material perfuro -cortante/biológico até o presente (18/12/08), sendo 2 da clínica médica, 4 da clínica cirúrgica, 1 da pediatria 1 do alojamento conjunto (6º andar), 3 da UTI NEO, 2 da FOUFAL, 3 do Laboratório, 1 da CME, 2 do CACON, 2 do Ambulatório, 1 da manutenção e 1 da clínica cirúrgica;
9. Aquisição de receituários de antimicrobianos, diariamente, na farmácia hospitalar para conhecimento dos antimicrobianos prescritos e rastreamento dos casos de notificação;
10. Digitação dos dados dos receituários de antimicrobianos para posterior avaliação destes dados;
11. Busca diária das fichas de componentes cirúrgicos no Centro Obstétrico e Centro Cirúrgico para conhecimento dos procedimentos executados e de outros dados de interesse do Controle de Infecção Hospitalar bem como para servir de base para dados estatísticos e posterior conduta frente a avaliação destes dados;
12. Encaminhamento de Comunicações Internas e Ofícios aos diversos setores e órgãos;
13. Busca, no laboratório, de resultados de culturas realizadas nos pacientes internos no HUPAA;
14. Realização de palestra para os novos residentes com o tema lavagem das mãos, controle de antimicrobianos e biossegurança;
15. Realização de palestra sobre biossegurança em bancos de sangue;
16. Visita à Maternidade Santa Mônica e Hospital UNIMED, junto com a Enfermeira Patrícia da CME, para verificação de funcionamento de sanitizadora para avaliação de aquisição da mesma no HUPAA;
17. Recepção e orientação de estudantes de diversos cursos na área de saúde interessados em pesquisar sobre controle de infecção hospitalar.

O Núcleo Hospitalar de Epidemiologia (NHE), do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA), no ano de 2008, realizou várias atividades, tais como: Confecção e distribuição de boletins informativos na comunidade interna e externa (outras instituições); Busca ativa para detecção de agravos e doenças de notificação compulsória (DNC); Notificação e investigação de casos de DNC e Vigilância e controle das infecções hospitalares.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 121.

Tabela 121 – Detalhamento das despesas da Ação 4086

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
100,000,000	339030	115,29	559.188,92	559.304,21
100,000,000	339037	0,00	130.000,00	130.000,00
100,000,000	339039	0,00	408.945,70	408.945,70
100,000,000	339092	0,00	13.272,00	13.272,00
100,000,000	339130	0,00	8.478,09	8.478,09
100,000,000	449052	30,46	349.969,54	350.000,00
151,000,000	339030	15,60	6.750,00	6.765,60
151,000,000	339036	0,00	19.362,00	19.362,00
151,000,000	339147	0,00	3.872,40	3.872,40
Total (R\$)		161,35	1.499.838,65	1.500.000,00

Tabela 122 – Metas e resultados da Ação 4086 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	1.500.000,00	1.499.838,65	99,98%
Física	01	01	100%

2.3.22.14. Ação 119R - REUNI - Readequação da Infra-Estrutura

Tabela 123 – Dados Gerais da Ação 119R

Tipo	Projeto
Finalidade	Projeto REUNI
Descrição	REUNI - Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	PROGINST
Unidades executoras	SINFRA – Superintendência de Infra-Estrutura
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	PROGINST
Coordenador da ação	João Carlos Cordeiro Barbirato*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

O REUNI apresenta-se como a oportunidade que a UFAL necessitava para consolidar o seu crescimento e reafirmar o seu compromisso - enquanto instituição pública e gratuita - com a sociedade que lhe dá suporte e contexto, ressaltando o seu papel de vetor de desenvolvimento regional e estadual. Para tanto, a UFAL elegeu como prioridades: (1) Expansão do Campus A. C. Simões: formação graduada e pós-graduada, produção do conhecimento e extensão; (2) Expansão da instituição para o interior: consolidação do Campus Arapiraca (primeira etapa de seu Projeto de Interiorização) e implantação do Campus Delmiro Gouveia (segunda etapa de seu Projeto de Interiorização) e (3) Consolidação da reestruturação administrativa e pedagógica da Instituição (iniciada em 2005). Tais prioridades apresentam objetivos específicos, quais sejam:

- a) criar novos cursos de graduação e Pós-Graduação vinculando-os, quando possível, ao desenvolvimento estadual;

- b) implantar novas turmas nos cursos já existentes, particularmente no período noturno, visando ampliar a política de inclusão;
- c) oportunizar com maior intensidade a inclusão social por meio da ampliação do Campus Arapiraca e da implantação do Campus Delmiro Gouveia;
- d) ampliar e fortalecer os grupos de pesquisa de modo a incrementar a produção científica da UFAL;
- e) consolidar e expandir os programas de extensão, articulando-os às demandas sociais;
- f) consolidar iniciativas de desenvolvimento cultural;
- g) consolidar política de Desporto Universitário;
- h) ampliar o quadro de docentes e técnicos-administrativos;
- i) investir na qualificação dos técnicos-administrativos e na preparação pedagógica docente;
- j) ampliar a assistência estudantil: número de bolsas, número de comensais e de residentes, assistência médica-odontológica;
- k) criar núcleos de: assistência pedagógica e assistência psicológica;
- l) melhorar as condições de permanência dos discentes, principalmente daqueles que apresentam vulnerabilidade social e econômica;
- m) criar espaços coletivos de convivência da comunidade universitária.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 124.

Tabela 124 – Detalhamento das despesas da Ação 119R

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
112,000,000	449052	50,00	9.950,00	10.000,00
Total (R\$)		50,00	9.950,00	10.000,00

Tabela 125 – Metas e resultados da Ação 119R no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	10.000,00	9.950,00	99,50%
Física	01	01	100%

Trata-se de um valor simbólico utilizado para a entrada do REUNI do MEC, para cada IFES, no PPA do Governo Federal. A finalidade era inserir os valores para 2009, 2010 e 2011, mas, segundo o MPOG, o ano de 2008 também deveria entrar, mesmo que simbolicamente.

2.3.23. Programa 1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

Tabela 126 – Dados Gerais do Programa 1220

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do estado o desenvolvimento de política pública que garantam o acesso universal e igualitário da população às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. O financiamento dessas ações e serviços provém dos recursos da seguridade social e de outras Fontes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O cumprimento desse dever por parte da esfera federal pressupõe o repasse de recursos financeiros federais aos Estados e Municípios para o custeio da atenção à saúde no SUS, bem como a regulação desta atenção como forma de garantir a equidade na atenção integral, a redução das desigualdades regionais, e a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde.
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	01 - Taxa de Cobertura de Internação Hospitalar no SUS; 02 - Coeficiente de Leitos Disponibilizados; 03 - Índice de Consulta por Habitante.
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.24. Principais Ações do Programa

2.3.24.1. Ação 8585 – Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

Tabela 127 – Dados Gerais da Ação 8585

Tipo	Direta e Descentralizada
Finalidade	Viabilizar, de forma descentralizada, a Atenção à Saúde da População nos Estados e Municípios habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena do Sistema Estadual.
Descrição	Repasse direto de recursos financeiros, transferidos fundo a fundo, para o custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Coordenador da ação	Dr. Paulo Luiz Teixeira Cavalcante*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

O Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes - HUPAA foi fundado em 1973, é um órgão de apoio acadêmico da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, e desenvolve ações abrangendo as áreas de ensino, pesquisa e assistência.

Por ser um hospital escola, encontra-se voltado prioritariamente para a formação e capacitação de recursos humanos na área de saúde contribuindo para o fortalecimento de Sistema Único de Saúde - SUS no Estado de Alagoas. Trata-se do único hospital público federal em Alagoas, conta com uma área construída de mais de 27.000 m² distribuídos em 06 (seis) pavimentos, 174 (cento e setenta e quatro) leitos ativos, e corpo funcional de aproximadamente 1466 colaboradores que atuam nas mais diversas áreas.

No que se refere à pesquisa, várias são desenvolvidas no Hospital em diferentes áreas como Medicina, Serviço Social, Psicologia, Administração, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, entre outras; sempre buscando atender às necessidades dos usuários que procuram o HUPAA e o desenvolvimento da Instituição.

O HUPAA dedica 100% da totalidade de seus leitos ativos e procedimentos realizados ao SUS e tem desenvolvido sua real vocação para a assistência de referência secundária e terciária, principalmente nas seguintes áreas: atendimento à Gestante de Alto Risco, Unidade de Terapia Intensiva - UTI - Adulta, Unidade de Terapia Intensiva - UTI - Neonatal, Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal, Banco de Leite Humano, Hospital-dia – AIDS, Cirurgias por Vídeo, Quimioterapia, Gastroplastia, Neurocirurgia e mais recentemente, o Centro de Oncologia - CACON.

O HUPAA é reconhecido pelos diversos segmentos da sociedade alagoana como a maior instituição pública de saúde do Estado, através de sua área física, do seu corpo clínico, da capacitação de recursos humanos para o sistema de saúde local, das atividades de graduação, Pós-Graduação, pesquisa e assistência.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 128.

Tabela 128 – Detalhamento das despesas da Ação 8585

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
151,000,000	339030	0,00	3.230.990,80	3.230.990,80
151,000,000	339036	0,00	103.024,04	103.024,04
151,000,000	339037	0,00	1.628.582,68	1.628.582,68

Relatório de Gestão 2008 - 81

151,000,000	339039	0,00	5.838.870,22	5.838.870,22
151,000,000	339092	0,00	304.359,92	304.359,92
151,000,000	339130	0,00	29.529,95	29.529,95
151,000,000	339139	0,00	7.000,00	7.000,00
151,000,000	339147	0,00	19.257,80	19.257,80
151,000,000	339192	0,00	3.207,30	3.207,30
153,000,000	339030	0,00	405.842,72	405.842,72
153,000,000	339036	0,00	15.450,00	15.450,00
153,000,000	339037	0,00	289.764,32	289.764,32
153,000,000	339039	0,00	885.578,11	885.578,11
153,000,000	339147	0,00	3.090,00	3.090,00
Total (R\$)		0,00	12.764.547,86	12.764.547,86

Tabela 129 – Metas e resultados da ação 8585 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	12.764.547,86	12.764.547,86	100%
Física	01	01	100%

Ressalta-se que os valores da Tabela SUS estão demasiadamente defasados, o que implica em dificuldades orçamentárias para aplicação em custeio e modernização do HUPAA como campo de estágio para os discentes da área de saúde.

2.3.24.2. Ação 8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

Tabela 130 – Dados Gerais da Ação 8535

Tipo	Direta e Descentralizada
Finalidade	Viabilizar, de forma descentralizada, a Atenção à Saúde da População nos Estados e Municípios habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena do Sistema Estadual.
Descrição	Repasse direto de recursos financeiros, transferidos fundo a fundo, para o custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Coordenador da ação	Dr. Paulo Luiz Teixeira Cavalcante*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

Segundo o relatório de fiscalização de orientação centralizada (FOC) do Tribunal de Contas da União TCU nº TC 017.177/2008-2, no item 7 (Proposta de Encaminhamento), subitem XXXVII: a IFES deve abster “de emitir, com base nos Princípios Constitucionais da moralidade, da publicidade e da eficiência, empenho em nome da própria IFES ou em nome de fundações de apoio ...”. Além disso, reforçando essa orientação do TCU, o Ministério da Educação (MEC) no dia 31/12/2008, indicou a reprogramação para o exercício de 2009, a qual a UFAL está aguardando até o presente momento (as demais IFES também).

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 131.

Tabela 131 – Detalhamento das despesas da ação 8585

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
151,000,000	449052	52.917,00	0,00	52.917,00
Total (R\$)		52.917,00	0,00	52.917,00

Tabela 132 – Metas e resultados da ação 8585 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	52.917,00	(*)	0%
Física	01	(*)	0%

(*) Conforme orientação do TCU os recursos foram devolvidos para reprogramação em 2009.

2.3.25. Programa 1291 – Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e hemoderivados

Tabela 133 – Dados Gerais do Programa 1291

Tipo de programa	Atividade
Objetivo geral	
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.26. Principais Ações do Programa

2.3.26.1. Ação 4295 – Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças de Hematológicas

Tabela 134 – Dados Gerais da Ação 4295

Tipo	Atividade
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Coordenador da ação	Dr. Paulo Luiz Teixeira Cavalcante*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

Essa ação é composta do “Programa de Valorização de Jovens Portadores de Doença Falciforme” cujo PTRES é 005637, da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, rubricas 3390.30 (R\$ 49.600,00), 3390.33 (R\$ 35.000,00), 3390.35 (R\$ 5.000,00), 3390.36 (R\$ 105.600,00) e 3390.39 (R\$ 52.320,00), no valor total de R\$ 247.520,00.

Segundo o relatório de fiscalização de orientação centralizada (FOC) do Tribunal de Contas da União TCU nº TC 017.177/2008-2, no item 7 (Proposta de Encaminhamento), subitem XXXVII: a IFES deve abster “de emitir, com base nos Princípios Constitucionais da moralidade, da publicidade e da eficiência, empenho em nome da própria IFES ou em nome de fundações de apoio ...”. Além disso, reforçando essa orientação do TCU, o Ministério da Educação (MEC) no dia 31/12/2008, indicou a reprogramação para o exercício de 2009, a qual a UFAL está aguardando até o presente momento (as demais IFES também). Diante disso, parte dos recursos não foi executado pela Instituição.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 135.

Tabela 135 – Detalhamento das despesas da Ação 4295

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
153,000,000	339030	0,00	99.600,00	99.600,00
153,000,000	339033	0,00	47.000,00	47.000,00
153,000,000	339035	10.000,00	0,00	10.000,00
153,000,000	339036	167.600,00	0,00	167.600,00
153,000,000	339039	57.320,00	0,00	57.320,00
Total (R\$)		234.920,00	146.600,00	381.520,00

Tabela 136 – Metas e resultados da Ação 4295 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	381.520,00	146.600,00	38,42 %
Física	01	01	100%

(*) Conforme orientação do TCU partes dos recursos que chegaram no final do exercício de 2008 foram devolvidos para reprogramação em 2009.

2.3.26.2. Ação 7690 – Estruturação dos Servidores de Hematologia e Hemoterapia

Tabela 137 – Dados Gerais da Ação 7690

Tipo	Atividade
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Áreas responsáveis por gerenciamento	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
Coordenador da ação	Dr. Paulo Luiz Teixeira Cavalcante*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

Essa ação é composta do projeto “Implementar um serviço de referência em aconselhamento genético para portadores de doença falciforme no SUS” cujo PTRES é 005637, do MEC, no valor total de R\$ 134.000,00.

Segundo o relatório de fiscalização de orientação centralizada (FOC) do Tribunal de Contas da União TCU nº TC 017.177/2008-2, no item 7 (Proposta de Encaminhamento), subitem XXXVII: a IFES deve abster “de emitir, com base nos Princípios Constitucionais da moralidade, da publicidade e da eficiência, empenho em nome da própria IFES ou em nome de fundações de apoio ...”. Além disso, reforçando essa orientação do TCU, o Ministério da Educação (MEC) no dia 31/12/2008, indicou a reprogramação para o exercício de 2009, a qual a UFAL está aguardando até o presente momento (as demais IFES também). O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 138.

Tabela 138 – Detalhamento das despesas da Ação 7690

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
151,000,000	449052	127.096,00	0,00	127.096,00
Total (R\$)		127.096,00	0,00	127.096,00

Tabela 139 – Metas e resultados da Ação 4295 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	127.096,00	(*)	0%
Física	01	(*)	0%

(*) Conforme orientação do TCU partes dos recursos que chegaram ao final do exercício de 2008 foram devolvidos para reprogramação em 2009.

2.3.27. Programa 1305 – Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Tabela 140 – Dados Gerais do Programa 1305

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	<p>A ocupação desordenada do território brasileiro, em nível rural e urbano, têm provocado graves impactos ambientais, especialmente no tocante à água. Embora o País possua uma das maiores reservas hídricas do planeta, observa-se um crescente processo de degradação desses recursos, incluindo as áreas de abrangência das respectivas bacias hidrográficas, ocasionando aumento na escassez (quantidade e/ou qualidade) tanto em regiões com alta disponibilidade de água, principalmente nos grandes centros urbanos, como em regiões marcadas pela distribuição irregular das chuvas (semi-árido brasileiro). A diminuição da oferta de água de qualidade acarreta vários entraves para o desenvolvimento sustentável, seja pelas dificuldades colocadas para a manutenção das necessidades básicas da população brasileira, seja pelo papel da água como recurso básico para impulsionar processos produtivos. A degradação ambiental das nascentes, margens e demais áreas de preservação permanente, agravam ainda mais as condições ambientais das bacias hidrográficas. A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, estabelece como área de competência do Ministério do Meio Ambiente, entre outras coisas, a política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos; política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas; proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais; políticas para integração do meio ambiente e produção. O Decreto Federal de 5 de junho de 2001, criou o Projeto de Revitalização e Conservação do Rio São Francisco, assim como criou também o Comitê de Gestão deste Projeto, coordenado pelo MMA, através de sua Secretaria Executiva. A Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9.433/97, apresenta como um de seus objetivos centrais “assegurar à atual e futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”. Além disso, a mesma política apresenta como diretrizes gerais de ação “a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo”. Corroborando com o que está definido na legislação de recursos hídricos e na definição de competências do MMA, o Plenário do Tribunal de Contas da União na Decisão n.º 1259/2002, determinou que o Ministério do Meio Ambiente: adote critérios para a formulação do planejamento governamental, inclusive do Plano Plurianual, a serem aplicados todas as vezes em que houver relação do planejamento com a gestão ambiental e de recursos hídricos; e elabore um diagnóstico dos problemas da Bacia do Rio São Francisco com vistas a nortear as ações de conservação e revitalização daquela Bacia; É a partir desses pressupostos que o Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas se insere. O programa visa promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias com situação de</p>

	vulnerabilidade ambiental.
Gerente do programa	---
Gerente executivo	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	01 - Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água; 02 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul; 03 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul; 04 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul; 05 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul; 06 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco; 07 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a jusante da Foz do Rio Pará); 08 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas); 09 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco; 10 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco 11 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará); 12 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará); 13 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas); 14 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco; 15 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco.
Público -alvo (beneficiários)	Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins e Paraíba do Sul

2.3.28. Principais Ações do Programa

2.3.28.1. Ação 101P – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco

Tabela 141 – Dados Gerais da Ação 101P

Tipo	Atividade
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenadora da ação	Flávia de Barros Prado Moura*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

Essa ação é composta do Projeto intitulado “Conclusão da Implantação de Centro Referência em Recuperação de Áreas Degradadas do Baixo São Francisco”.

Período de execução: dezembro de 2008 a dezembro de 2009.

Objetivo: Complementação da Implantação do Centro de Referência em Recuperação e Áreas Degradadas na Região do Baixo São Francisco, AL e SE e custeio de suas atividades por 15 meses.

Data do recebimento dos recursos: 31 de dezembro de 2008

Responsável pelo projeto: Prof. Dra. Flávia de Barros Prado Moura

Segundo o relatório de fiscalização de orientação centralizada (FOC) do Tribunal de Contas da União TCU nº TC 017.177/2008-2, no item 7 (Proposta de Encaminhamento), subitem XXXVII: a IFES deve abster “de emitir, com base nos Princípios Constitucionais da moralidade, da publicidade e da eficiência, empenho em nome da própria IFES ou em nome de fundações de apoio ...”. Além disso, reforçando essa orientação do TCU, o Ministério da Educação (MEC) no dia 31/12/2008, indicou a reprogramação para o exercício de 2009, a qual a UFAL está aguardando até o presente momento (as demais IFES também).

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 142.

Tabela 142 – Detalhamento das despesas da Ação 101P

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
134,044,183	339030	82.300,00	0,00	82.300,00
134,044,183	339036	38.666,67	0,00	38.666,67
134,044,183	339039	35.000,00	0,00	35.000,00
134,044,183	339147	7.733,33	0,00	7.733,33
Total		163.700,00	0,00	163.700,00

Tabela 143 – Metas e resultados da Ação 4295 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	163.700,00	(*)	0%
Física	01	(*)	-0%

(*) Conforme orientação do TCU partes dos recursos que chegaram ao final do exercício de 2008 foram devolvidos para reprogramação em 2009.

2.3.29. Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Tabela 144 – Dados Gerais do Programa 1375

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil
Gerente do programa	Jorge Almeida Guimarães
Gerente executivo	Denise de Meneses Neddermeyer
Indicadores ou parâmetros utilizados	2137 - Índice de Doutores Titulados no País; 2135 - Índice de Mestres Titulados no País; 2139 - Índice de Qualidade da Pós-Graduação Nacional; 3005 - Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Doutor das Instituições de Ensino Superior; 2138 - Índice de Qualificação do Corpo Docente com Título de Mestre das Instituições de Ensino Superior.
Público-alvo (beneficiários)	Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada

2.3.30. Principais Ações do Programa

2.3.30.1. Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

Tabela 145 – Dados Gerais da Ação 4006

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de Pós-Graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de Pós-Graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Manutenção de infra-estrutura física, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP
Unidades executoras	Unidades Acadêmicas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sistemas de Pós-Graduação <i>Stricto-Sensu</i>
Coordenador da ação	Josealdo Tonholo*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

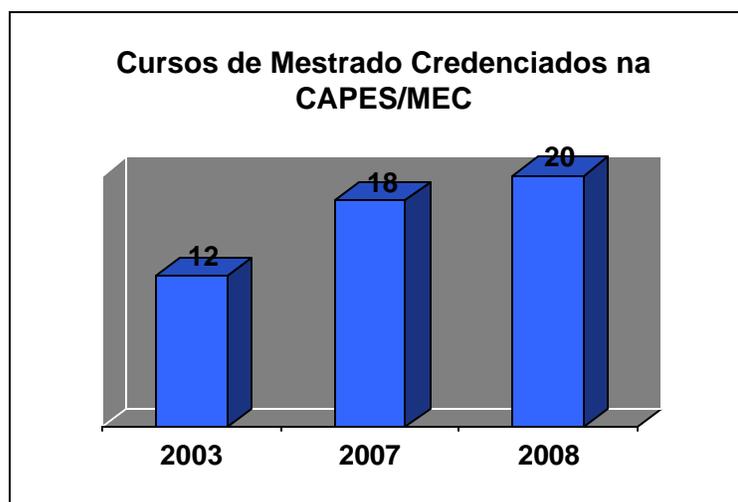
No campo dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a UFAL avançou de forma consistente, construindo bases sólidas para a sua expansão, com qualidade, nesta área. Os indicadores mostram um crescimento que, mesmo diante de percalços inerentes ao processo de construção do conhecimento, atestam o compromisso da gestão para a formação de pesquisadores e de pessoal de alto nível.

Os números traduzem esta realidade: em 2003 a UFAL contava com 12 cursos de mestrado. Entre 2004 e 2007 foram criados 6 novos Programas, sendo estes os mestrados em Recursos Hídricos e Saneamento, Engenharia Química, Direito, Nutrição, Modelagem Computacional e Ciências da Saúde.

No final de 2007, a proposta de criação de um Mestrado em Economia Aplicada foi aprovada pela CAPES. O curso teve seu primeiro Edital de Seleção em 2008, iniciando efetivamente nesse ano as suas atividades, com alunos regularmente matriculados.

Em 2008 duas novas propostas de curso (Mestrado em Zootecnia/Recursos Pesqueiros e Mestrado em Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos) foram também reconhecidas e recomendadas pela CAPES. Estes cursos iniciarão suas atividades, com alunos regularmente matriculados, em 2009.

Entre os Programas já existentes, 2 elevaram seus conceitos na avaliação da CAPES (Mestrado em Modelagem Computacional de Conhecimento e Mestrado em Educação Brasileira). A UFAL, desta forma, sinaliza um crescimento significativo na história da Pós-Graduação em Alagoas, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.



Hoje a UFAL conta com 20 mestrados. O número de Doutorados permaneceu em 3, com a UFAL ofertando opções na área de Letras, Física, e Química e Biotecnologia. Destaca-se aqui a consolidação destes cursos no cenário nacional e a realização de intercâmbios destes com centros de excelência no Brasil e no Exterior. Além destes Programas, a UFAL participa da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) que se constitui num Doutorado reconhecido pela CAPES.

Foram aprovados, também, em 2008, o DINTER (Doutorado Interinstitucional) de Enfermagem, o DINTER de Medicina e o MINTER (Mestrado Interinstitucional) de educação. Este último se configura no primeiro Mestrado Interinstitucional (MINTER) em que a UFAL é a instituição que oferece o curso, tendo como instituição recebedora a IFET-PE. O DINTER de Enfermagem tem como instituições parceiras a Universidade Federal de Sergipe, a USP-Ribeirão Preto e a USP-São Paulo. Já o DINTER de Medicina tem como instituições parceiras a FIOCRUZ, a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande e a UNCISAL.

Os resultados da avaliação pela CAPES mostram boas perspectivas de evolução qualitativa e quantitativa do Sistema de Pós-Graduação da UFAL. Como perspectiva deixada pela atual gestão, de acordo com os pareceres fornecidos pelas comissões de área, já na próxima avaliação, em 2010, os programas de Agronomia, Direito, Letras e Lingüística, Física da Matéria Condensada e Matemática poderão obter evolução nos seus conceitos. Principalmente, caso os níveis de produção acadêmica sejam mantidos ou ampliados e pequenas deficiências sejam sanadas.

A **Tabela 146** mostra os principais dados do Sistema de Pós-Graduação apresentados no ano a que se refere este Relatório. Nela estão contidos os programas existentes, seus cursos e seus conceitos junto à CAPES, além do número de alunos ingressantes e matriculados durante o ano de 2008. É importante ressaltar que em 2008 nos cursos *Stricto Sensu* tiveram 183 defesas de dissertações e 09 defesas de teses de doutorado, totalizando 192 defesas. Isto significa um aumento de 24,47% em relação ao ano anterior.

Tabela 146 – Relação dos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu

Programa	Nível	Conceito CAPES*	Alunos Ingressantes	Alunos Matriculados**	Alunos Diplomados
Letras e Lingüística	M/D	4	24 M / 11D	60 M / 53 D	22 M / 03 D
Física da Matéria Condensada	M/D	4	8 M / 4D	15 M / 16 D	04 M / 02 D
Química e Biotecnologia	M/D	4	13 M / 11D	38 M / 57 D	12 M / 04 D
Meteorologia	M	3	12	38	06
Agronomia (Produção Vegetal)	M	3	21	33	16
Educação	M	4	63	94	33

Relatório de Gestão 2008 - 89

Engenharia de Estruturas	M	3	07	13	03
Sociologia	M	3	9	39	06
Dinâmica do Espaço Habitado	M	3	13	49	07
Matemática	M	3	12	21	04
Serviço Social	M	3	13	35	08
Modelagem Computacional de Conhecimento	M	4	17	43	16
Direito	M	3	14	29	12
Recursos Hídricos e Saneamento	M	3	10	29	06
Nutrição	M	3	12	40	10
Engenharia Química	M	3	13	17	07
Ciências da Saúde	M	3	13	26	10
Rede Nordeste de Biotecnologia*	D	5	04	15	0
Economia Aplicada**	M	3	10	10	0
Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos***	M	3	0	0	0
Zootecnia/Recursos Pesqueiros***	M	3	0	0	0
Total			284 M / 30 D	629 M / 141 D	182 M / 09 D

Obs.: * Programa iniciado em 2007, ** Programa iniciado em 2008, *** Programa aprovado em 2008

Os cursos de Pós-Graduação da UFAL demonstram, a cada ano, o envolvimento em qualificar quadros para suprir uma demanda interna do Estado de Alagoas, uma vez que já se conta com quase 1.000 qualificados nos últimos anos, como pode ser observado na **Tabela 147** em que se pode visualizar o número de formados até 31/12/2008.

Tabela 147 – Número de titulados da Pós-Graduação Stricto Sensu

Programa	Total de mestres/doutores formados (até 31/12/2008)
Letras e Linguística	159M / 76D
Física da Matéria Condensada	44M / 7D
Química e Biotecnologia	125M / 19D
Meteorologia	54
Agronomia (Produção Vegetal)	108
Educação	98
Engenharia de Estruturas	22
Sociologia	17
Dinâmica do Espaço Habitado	28
Matemática	15
Serviço Social	14
Modelagem Computacional de Conhecimento	28
Direito	28
Recursos Hídricos e Saneamento	07
Nutrição	21
Engenharia Química	07
Ciências da Saúde	11
Rede Nordeste de Biotecnologia*	0
Economia Aplicada**	0
Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos***	0
Zootecnia***	0
Total	916

Obs.:* Programa iniciado em 2007, ** Programa iniciado em 2008, *** Programa aprovado em 2008

Relatório de Gestão 2008 - 90

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 148.

Tabela 148 – Detalhamento das despesas da Ação 4006

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
112,000,000	339018	0,00	125.000,00	125.000,00
Total		0,00	125.000,00	125.000,00

Tabela 149 – Metas e resultados da Ação 4006 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	125.000,00	125.000,00	100%
Física	01	01	100%

2.3.30.2. Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País

Tabela 150 – Dados Gerais da Ação 0487

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a formação de pessoal de alto nível e a cooperação nacional, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico no Brasil, proporcionando aos estudantes, pesquisadores e especialistas, o suporte financeiro destinado a estágios ou estudos no país.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo no país e demais auxílios a elas vinculados, tais como: passagens, taxas escolares, auxílios acadêmicos, auxílio instalação, diárias, seguro saúde, além de cobertura para a realização de pesquisa e defesa de trabalho de final de curso e de estudos acadêmicos, necessários à formação de alunos e aperfeiçoamento de professores, pesquisadores e especialistas no País, assim como, o apoio financeiro às instituições de ensino superior e a bolsistas para capacitação em cursos de formação pós-graduada. Implementação de inovações visando à melhoria do ensino, incentivando a interação entre áreas do conhecimento e níveis de formação, promovendo a formação de pessoal necessário ao desenvolvimento de projetos destinados à redução das desigualdades regionais e na promoção de instituições e de áreas de conhecimento consideradas prioritárias para o País, por meio de parcerias institucionais, concessão de bolsas de estudo e demais auxílios a elas vinculadas; assim como, o apoio necessário ao desenvolvimento e registro de patentes. Os projetos apoiados serão selecionados tendo por base os critérios previamente definidos em convênios e instrumentos legais próprios entre a CAPES e instituições brasileiras. Esta ação será acompanhada e avaliada de forma permanente, com critérios previamente definidos, envolvendo visitas "in loco".
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP
Áreas responsáveis	Sistema de Pós-Graduação da UFAL - SPG
Coordenador da ação	Josealdo Tonholo*

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

O Programa de Demanda Social promove a formação de recursos humanos de alto nível, necessários ao País, por meio da concessão de bolsas aos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - mestrado e doutorado - avaliados pela CAPES e oferecidos por instituições públicas e ensino gratuito. As bolsas de estudo da Demanda Social são gerenciadas pelas

instituições e cursos de Pós-Graduação os quais são responsáveis pela seleção, concessão e acompanhamento dos bolsistas, conforme as orientações da CAPES.

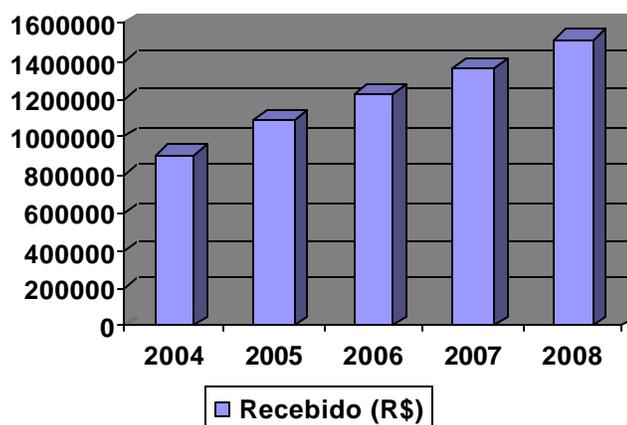
O Programa Demanda Social apóia os Cursos de Pós-Graduação da UFAL, recomendados pela CAPES, com bolsas de Mestrado e Doutorado, e auxílio-tese, somando um total de 97 bolsas de Mestrado e 32 bolsas de Doutorado. O valor total repassado pela CAPES no ano de 2008 foi de R\$ 1.514.714,00. A **Tabela 151** apresenta a distribuição de cotas por Programa de Pós-Graduação, durante o ano de 2008.

Tabela 151 – Distribuição de cotas por programa

Programa	Nível	Total Cota Curso 2008 Antes do Adicional		Total bolsas Adicionais - CN 2005, 2006, 2007 e conceitos 4,5, 6 e 7.		Total bolsas Curso (Total Cota Curso 2008 e Total bolsas Adicionais)	
		M	D	M	D	M	D
Letras e lingüística	M/D	4	11	2	2	6	13
Física da matéria condensada	M/D	11	7	2	2	13	9
Química e biotecnologia	M/D	11	8	2	2	13	10
Educação	M	4	0	2	0	6	0
Modelagem computacional de conhecimento	M	3	0	2	0	5	0
Engenharia química	M	2	0	2	0	4	0
Ciências da saúde	M	2	0	2	0	4	0
Economia	M	2	0	2	0	4	0
Matemática	M	4	0	0	0	0	0
Agronomia	M	8	0	0	0	0	0
Recursos hídricos	M	3	0	0	0	0	0
Meteorologia	M	7	0	0	0	0	0
Serviço social	M	2	0	0	0	0	0
Sociologia	M	4	0	0	0	0	0
Dinâmica do espaço habitado	M	4	0	0	0	0	0
Nutrição	M	3	0	0	0	0	0
Engenharia civil	M	5	0	0	0	0	0
Direito	M	2	0	0	0	0	0
Total		81	36	16	6	55	32

O gráfico a seguir revela a evolução dos números no que diz respeito à posições orçamentárias destinadas pela CAPES ao Programa de Bolsa para apoio aos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFAL.

Recursos CAPES/MEC para Bolsas



O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 152.

Tabela 152 – Detalhamento das despesas da Ação 0487

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
112,915,040	339018	0,00	60.152,00	60.152,00
112,915,401	339018	0,00	235.368,00	235.368,00
112,915,403	339018	0,00	1.513.320,00	1.513.320,00
112,915,403	339092	0,00	1.394,00	1.394,00
112,915,405	339014	24.022,81	67.179,73	91.202,54
112,915,405	339030	13.675,61	1.174,12	14.849,73
112,915,405	339033	0,00	292.012,70	292.012,70
112,915,405	339036	0,00	78.746,90	78.746,90
112,915,405	339039	0,00	86.552,44	86.552,44
Total (R\$)		37.698,42	2.335.899,89	2.373.598,31

Tabela 153 – Metas e resultados da Ação 0487 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2,373,598.31	2,335,899.89	100%
Física	01	01	100%

2.3.30.3. Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação

Tabela 154 – Dados Gerais da Ação 4019

Tipo	Atividade
Finalidade	
Descrição	Fomento à Pós-Graduação
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Sistema de Pós-Graduação da UFAL - SPG
Coordenador da ação	Josealdo Tonholo

* Coordenador local da referida ação na UFAL.

A UFAL preparou, em 2008, sua proposta de ações em favor dos Programas de Pós-Graduação – PPG's para o próximo quadriênio, que consiste de ações integradoras, certamente alavancadas com apoio do Edital de Pró-Equipamentos/CAPES. São pautados

como objetivos estratégicos e justificativas os seguintes pontos: (1) fortalecimento do sistema de Pós-Graduação, incentivando, de forma igualitária, a formação de recursos humanos e as atividades de pesquisa voltadas para as ciências básicas e aplicadas e tecnologias.; (2) desenvolvimento tecnológico e científico com a melhoria dos padrões sociais e ambientais; (3) incremento da produção científica e tecnológica, mediante o fortalecimento das atividades de pesquisa e Pós-Graduação; (4) criação de novos programas de Pós-Graduação em áreas estratégicas, bem como também o investimento na infra-estrutura de pesquisa dos programas já instalados; (5) incremento das atividades de pesquisa multidisciplinar; (6) divulgação das atividades de pesquisa científica e (7) criação de parcerias estratégicas e consórcios com outras instituições.

A proposta do Pró-Equipamentos/CAPES da UFAL apresentada em 2008 utilizou como elemento norteador o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da instituição e contou com a participação direta de 11 PPG's beneficiados. Foram solicitadas sugestões de equipamentos com as características de uso compartilhado que atendessem aos PPG's.

Após elaboração da lista inicial, cujo montante somou R\$ 1.473.126,14, os equipamentos foram relacionados em ordem de interesse de usabilidade pelos Programas, resultado na lista anexa. Considerando o limite cabível à UFAL pela Chamada de Pró-Equipamentos, que com seus 21 PPG's poderia pleitear até o montante de R\$800.000,00, foram priorizados os equipamentos com maior usabilidade compartilhada, conforme ordem decrescente apontada na lista. Assim, são aqui priorizados 15 (quinze) equipamentos, relatados a seguir, contemplando 11 Programas de Pós-Graduação, usuários de equipamentos destinados exclusivamente à pesquisa Científica, que foram agrupados em 4 sub-projetos.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 155.

Tabela 155 – Detalhamento das despesas da Ação 4019

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
112,915,410	449052	0,00	795.569,88	795.569,88
Total (R\$)		0,00	795.569,88	795.569,88

Tabela 156 – Metas e resultados da Ação 4019 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	800.000,00	795.569,88	99,44%
Física	01	01	100%

2.3.31. Programa 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania

Tabela 157 – Dados Gerais do Programa 1377

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar
Gerente do programa	André Luiz de Figueiredo Lázaro
Gerente executivo	Francisco Potiguara Cavalcante Junior
Indicadores ou parâmetros utilizados	2538 - Índice de Igualdade da Educação do Campo; 2539 - Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena; 2537 - Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares; 2540 - Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais; 2541 - Índice de Igualdade de Gênero
Público-alvo (beneficiários)	Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação

2.3.32. Principais Ações do Programa

2.3.32.1. Ação 2C68 – Fomento à Inclusão Social e Étnico-Racial na Educação Superior

Tabela 158 – Dados Gerais da Ação 2C68

Tipo	Atividade
Finalidade	Fomentar ações das Instituições Públicas de Educação Superior para a promoção do acesso, e para a garantia da permanência e da formação de alunos de grupos sociais em desvantagem, e mobilizar e sensibilizar as Instituições de Educação Superior para que desenvolvam ações que incentivem a participação igualitária de grupos étnico-raciais, culturais e etários possibilitando desencadear um processo sustentado de valorização e reconhecimento de Direitos, no âmbito da Educação Superior.
Descrição	Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas instituições públicas de Educação Superior que primem pela excelência acadêmica e contribuam para a democratização na Educação Superior, por meio de ações que potencializem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso de estudantes, em especial os oriundos de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com necessidades educacionais especiais, proporcionando, também, novas possibilidades formativas em resposta a demandas específicas emergentes e à inclusão social.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria Estudantil - PROEST
Unidades executoras	NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, PROGRAD, PROEX e PROEST
Coordenadora da ação	Clara Suassuna Fernandes*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

O Programa de Políticas de Ações Afirmativas para Afro-descendentes no Ensino Superior na UFAL é constituído de um conjunto de ações com o objetivo de eliminar desigualdades sociais históricas. Este programa dentro de suas ações instituiu o sistema de cotas para população afro-descendentes, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação. Dessa forma, este projeto tem como objetivo propiciar ações que viabilizem o acesso e permanência da população negra na UFAL. Após a sua aprovação pelos CONSUNI e CEPE, o programa ficou estruturado em 04 (quatro) sub-programas: 1- Políticas de Cotas, 2- Políticas de Acesso e Permanência, 3- Políticas Curriculares e de Formação de Professores e 4 – Políticas de Produção de Conhecimento. Esses 04 (quatro) sub-programas estão sendo coordenados por uma Comissão Permanente do Programa de Ações Afirmativas da UFAL.

A UFAL implantou a partir de 2005 o sistema de cotas para população afro-descendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação. Esta ação faz parte do Programa de Políticas de Ações Afirmativas para afro-descendentes no ensino superior na UFAL. A Universidade estabeleceu uma cota de 20% (vinte por cento) das vagas dos cursos de graduação para os candidatos que se enquadrarem como pretos ou pardos, ou denominação equivalente, conforme classificação do IBGE e que são oriundos exclusivamente de escolas de ensino médio públicas. O percentual definido será distribuído

da seguinte forma: 60% (sessenta por cento) para as mulheres negras e 40% (quarenta por cento) para homens negros.

Segundo o relatório de fiscalização de orientação centralizada (FOC) do Tribunal de Contas da União TCU nº TC 017.177/2008-2, no item 7 (Proposta de Encaminhamento), subitem XXXVII: a IFES deve abster “de emitir, com base nos Princípios Constitucionais da moralidade, da publicidade e da eficiência, empenho em nome da própria IFES ou em nome de fundações de apoio ...”. Além disso, reforçando essa orientação do TCU, o Ministério da Educação (MEC) no dia 31/12/2008, indicou a reprogramação para o exercício de 2009, a qual a UFAL está aguardando até o presente momento (as demais IFES também).

Tabela 159 – Metas e resultados da Ação 2C68 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	179.500,00	(*)	0%
Física	01	(*)	0%

(*) Conforme orientação do TCU partes dos recursos que chegaram ao final do exercício de 2008 foram devolvidos para reprogramação em 2009.

2.3.32.2. Ação 8741 – Desenvolvimento de Projetos Educacionais para Acesso e Permanência na Universidade de Estudantes de Baixa Renda e Grupos Socialmente Discriminados

Tabela 160 – Dados Gerais da Ação 8741

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver projetos que ofereçam aos jovens universitários de origem popular de baixa renda, vinculados a instituições públicas de ensino superior, a possibilidade de desenvolver a capacidade de produzir conhecimentos científicos e de intervir em prol das comunidades populares de baixa renda, principalmente junto a crianças, adolescentes e jovens, pertencentes ou não aos sistemas estaduais e municipais de educação básica.
Descrição	Desenvolvimento de Projetos Educacionais para Acesso e Permanência na Universidade de Estudantes de Baixa Renda e Grupos Socialmente Discriminados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Unidades executoras	UFAL
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Coordenadora da ação	Janda Maria Alves de Alencar*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

A ação Integração da Comunidade no Espaço Escolar se refere às atividades do Conexões de Saberes e articulação com o Programa Escola Aberta para fora dos muros da academia. Fazem parte desta ação quatro projetos executados em diversas comunidades do entorno da universidade e em dois municípios do Estado de Alagoas; são eles: (1) Pré-vestibular Comunitário nos bairros Graciliano Ramos, Osman Loureiro, Bom Parto e nos municípios Santa Luzia do Norte e Rio Largo; (2) Projeto Vizinhança no complexo Denisson Menezes; (3) Educação Complementar e Cidadania no Bairro Clima Bom e (4) Projeto Organização e Mobilização Comunitária no Complexo Dênisson Menezes. As ações do Programa Escola Aberta se desenvolvem em sete escolas públicas do Município de Maceió.

✍ Pré-vestibular Comunitário. O curso pré-vestibular comunitário da UFAL visa beneficiar e aperfeiçoar o aprendizado dos alunos das Redes Públicas adquirindo assim maiores conhecimentos sobre as disciplinas constantes no processo seletivo, denominado vestibular das Universidades Públicas em geral.

- ✍ Projeto Vizinhança: Preparatório para o Supletivo. Preparatório para a avaliação do Processo Supletivo, atendendo jovens e adultos da comunidade, levando conhecimentos necessários para que possam submeter-se ao exame supletivo do ensino fundamental e melhoria da qualidade de vida nos aspectos psicofísicos, sócio-cultural e defesa de direitos e promoção da cidadania.
- ✍ Educação Complementar e Cidadania. Envolver crianças e adolescentes em situação de risco em praticas educacionais, culturais e esportivas, reforço escolar, biblioteca pública, inclusão digital, respeito ao meio ambiente, noções de higiene e educação sanitária, educação sexual e prevenção DST/AIDS.
- ✍ Organização e Mobilização Comunitária. Contribui para formação de grupos de jovens e adultos, visando à sensibilização e mobilização social, estímulo à organização comunitária, capacitação para participação na gestão das políticas públicas, organização e assessoria aos micros-empresendimentos produtivos, levantamento sócio econômico, inclusão digital e boletim informativo comunitário.
- ✍ Articulação com o Programa Escola Aberta. O principal objetivo da articulação dos programas Escola Aberta e Conexões de Saberes é a realização de oficinas nas escolas da rede pública de ensino (municipal e estadual), durante os finais de semana, levando em conta que em muitas comunidades a escola é o único espaço público para lazer, esporte e mesmo para o exercício da cidadania. Por isso, o fato de ela ser mantida aberta, aos finais de semana, com oferecimento de oficinas (de artes, de esportes, de saúde etc.), caracteriza a importância de uma formação integral para a comunidade local. Por sugestão do MEC, as oficinas realizadas pelos conexas têm como temas geradores: os direitos humanos, a leitura e o meio ambiente.

A definição da dinâmica da participação dos estudantes nos projetos descritos acima vem sendo feita conjuntamente pelos integrantes do projeto Conexões de Saberes/Escola Aberta e por membros de associações, escolas e outras organizações comunitárias.

População beneficiada. Para a composição do grupo de estudantes que integraram o programa Conexões de Saberes, foram selecionados 43 alunos da UFAL, sendo 35 para o Conexões e 08 para o Escola Aberta, todos residentes, prioritariamente na periferia da cidade de Maceió. Os estudantes bolsistas foram envolvidos em seminários de formação no trabalho social. Oficinas baseadas em técnicas de dinâmica de grupo e de metodologias centradas na construção de atitudes coletivas e individuais que favoreçam o protagonismo e a busca de saberes compartilhados estão na base dessa formação. Além da participação em oficinas e seminários, espera-se que os estudantes construam sua qualificação no trabalho social a partir da participação em redes e nas articulações, na compreensão dos sistemas políticos de garantia dos direitos para o cidadão, etc. Após essa formação, oficinas foram realizadas nas escolas conjuntamente pelos estudantes e por membros das comunidades, tanto no espaço das comunidades, como nos espaços comunitários.

Externamente, o programa atendeu em 2008, além dos quarenta e dois bolsistas, 994 pessoas da comunidade do entorno da universidade por meio dos quatro projetos que compõem o programa: 510 alunos da rede pública no Projeto Pré-Vestibular Comunitário, 84 crianças e adolescentes no Projeto Educação Complementar e Cidadania, 240 crianças, adolescentes, jovens e adultos no Projeto Vizinhança e 22 famílias (110 pessoas) no Projeto Organização e Mobilização Comunitária.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 161.

Tabela 161 – Detalhamento das despesas da Ação 8741

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
112,915,173	339014	0,00	4.550,00	4.550,00
112,915,173	339033	0,00	8.450,00	8.450,00
112,915,173	339039	0,00	191.000,00	191.000,00
Total (R\$)		0,00	204.000,00	204.000,00

Tabela 162 – Metas e resultados da Ação 8741 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	204.000,00	204.000,00	100%
Física	01	01	100%

2.3.32.3. Ação 8742 – Integração da Comunidade no Espaço Escolar

Tabela 163 – Dados Gerais da Ação 8742

Tipo	Atividade
Finalidade	---
Descrição	Integração da Comunidade no Espaço Escolar
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Unidades executoras	UFAL
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Coordenadora da ação	Janda Maria Alves de Alencar*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

O programa “Conexões de Saberes da Universidade Federal de Alagoas” tem como objetivo contribuir para a construção de uma universidade, cuja busca pela excelência acadêmica com responsabilidade social se efetive em ações afirmativas de inclusão dos jovens das classes populares, oferecendo condições para a realização de atividades de formação dos universitários de modo a intervir nas demandas de sua comunidade de origem, identificando os problemas e os dinamos resolutivos que podem ser potencializados pela articulação entre os saberes da experiência das comunidades e aqueles produzidos na academia.

O programa Conexões de Saberes, iniciativa da SECAD-MEC, está sendo implementado em 31 universidades públicas representativas de todas as regiões brasileiras (UFRGS; UFPR; UFF/RJ; UFRJ; UFMG; UFES; UNB; UFMS; UFBA; UFPE; UFPB; UFC; UFAM; UFPA; UFAC, UNIFAP, UNIR, UFRR, UFT, UFG, UFMT, UFAL, UFMA, UFRPE, UFPI, UFRN, UFS, UNIRIO, UFRRJ, UFSCar e UFSC) e tem a parceria do Observatório de Favelas – RJ, tendo como objetivo estimular uma maior articulação entre a instituição universitária e as comunidades populares, proporcionando trocas de saberes, experiências e demandas entre as duas partes.

Para isso, oferece aos jovens universitários de origem popular a possibilidade de desenvolver a capacidade de produzir conhecimentos científicos e, a partir disso, intervir em seu território de origem. Além disso, o programa possibilita o monitoramento e a avaliação, pelos próprios estudantes, do impacto das políticas públicas desenvolvidas em espaços populares. Os participantes do programa receberão apoio financeiro e metodológico.

O Programa Conexões de Saberes na Universidade Federal de Alagoas está diretamente vinculado à Pró-reitoria de Extensão e a partir de 2007 agregou as atividades acadêmicas do Programa Escola Aberta que tem como objetivo promover e ampliar a integração da escola e comunidade. O Programa Conexões de Saberes da UFAL é constituído por sua coordenação local e por grupo de bolsistas estudantes de graduação como também por voluntários que se integrem às atividades previstas.

A Coordenação é formada por uma coordenadora geral, Assistente Social da universidade, com experiência de trabalho em projetos de extensão e/ou pesquisa na temática do Programa, e outros integrantes da UFAL e parceiros. O grupo de bolsistas é composto por 43 estudantes de graduação e um monitor, sendo trinta e cinco bolsistas do Programa Conexões e oito do Programa Escola Aberta que foram selecionados segundo os seguintes critérios definidos em âmbito nacional.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 164.

Tabela 164 – Detalhamento das despesas da Ação 8742

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
100,915,173	339033	0,00	3.000,00	3.000,00
100,915,173	339039	0,00	49.668,00	49.668,00
Total (R\$)		0,00	52.668,00	52.668,00

Tabela 165 – Metas e resultados da ação 8742 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	52.668,00	52.668,00	100%
Física	01	01	100%

2.3.33. Programa 1402 – Educação em Direitos Humanos

Tabela 166 – Dados Gerais do Programa 1402

Tipo de programa	Atividade
Objetivo geral	
Gerente do programa	
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	

2.3.34. Principais Ações do Programa

2.3.34.1. Ação 8815 – Comitês de Educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios

Tabela 167 – Dados Gerais da Ação 8815

Tipo	Atividade
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenadora da ação	Mara Rejane Alves Ribeiro*

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

O projeto “*Construção Coletiva de uma Cultura de Direitos Humanos*” objetiva criar e fortalecer a Comissão Gestora Local em EDH; e realizar curso de formação continuada no sentido de capacitar 430 profissionais que atuam nas escolas da rede pública de ensino básico para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes no contexto escolar, incluindo 70 inscrições para os demais envolvidos com esta realidade: lideranças comunitárias e demais defensores dos direitos humanos da sociedade civil organizada, de modo a oferecer as condições necessárias para os cursistas elaborarem um Plano de Intervenção Educacional, na categoria de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Este projeto tem como contribuição a promoção de mudanças no sistema educacional de ensino nas escolas e demais setores, na perspectiva da criação de mecanismos de defesa da infância e juventude, em especial, no tocante ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e efetivação de outras políticas voltadas para a preservação dos direitos humanos em quatro municípios de Alagoas, selecionados a partir do Guia da Polícia Rodoviária Federal, referenciando-se uma ação estratégica do eixo Educação Básica do PNEHD, MEC/SECAD/FNDE dentro das diretrizes do Plano Mundial de Educação.

O referido projeto oportuniza a busca por respostas mais efetivas para um problema que é global, como esse da violação dos direitos das crianças e adolescentes e que recai no âmbito da segurança pública. Além disso, as ações previstas para a realização deste processo de formação continuada devem subsidiar a construção de uma nova cultura de enfrentamento à violência, ao estabelecer formas de efetivar os princípios e padrões de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 168.

Tabela 168 – Detalhamento das despesas da Ação 8815

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
100,000,000	339018	5.000,00	0,00	5.000,00
100,000,000	339033	13.500,00	0,00	13.500,00
100,000,000	339036	42.240,00	0,00	42.240,00
100,000,000	339039	20.812,00	0,00	20.812,00
100,000,000	339047	8.448,00	0,00	8.448,00
100,000,000	449052	10.000,00	0,00	10.000,00
Total (R\$)		100.000,00	0,00	100.000,00

Tabela 169 – Metas e resultados da Ação 8815 no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	100.000,00	(*)	0%
Física	01	(*)	0%

(*) Conforme orientação do TCU partes dos recursos que chegaram ao final do exercício de 2008 foram devolvidos para reprogramação em 2009.

Segundo o relatório de fiscalização de orientação centralizada (FOC) do Tribunal de Contas da União TCU nº TC 017.177/2008-2, no item 7 (Proposta de Encaminhamento), subitem XXXVII: a IFES deve abster “de emitir, com base nos Princípios Constitucionais da moralidade, da publicidade e da eficiência, empenho em nome da própria IFES ou em nome de fundações de apoio ...”. Além disso, reforçando essa orientação do TCU, o Ministério da Educação (MEC) no dia 31/12/2008, indicou a reprogramação para o exercício de 2009, a qual a UFAL está aguardando até o presente momento (as demais IFES também).

2.3.35. Programa 1444 – Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Tabela 170 – Dados Gerais do Programa 1444

Tipo de programa	
Objetivo geral	
Gerente do programa	
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	

2.3.36. Principais Ações do Programa

2.3.36.1. Ação 20AC – Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Tabela 171 – Dados Gerais da Ação 20AC

Tipo	Atividade
Finalidade	Intensificar e/ou fortalecer as ações de promoção, de desenvolvimento institucional e assistencial aos portadores de DST/ HIV/ Aids, implementado pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.
Descrição	Transferência de recursos fundo a fundo, para Estados, Distrito Federal e municípios qualificados na Política do Incentivo, visando a realização de ações e atividades de prevenção, promoção e proteção, diagnóstico, assistência e tratamento, de gestão e desenvolvimento humano e institucional e de parcerias com organizações da sociedade civil, na área de HIV/AIDS e outras DST em todo o território nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Faculdade de Medicina - FAMED
Unidades executoras	Faculdade de Medicina – FAMED
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Extensão – PROEX
Coordenador da ação	Prof. Jorge Luis Souza Riscado

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

O Estado de Alagoas, a partir da Superintendência de Políticas de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos, ligada à Secretaria de Estado da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos de Alagoas apontam para 42 comunidades remanescentes de quilombos, distribuídas em 26 municípios, sendo 15 comunidades em área de estudo, 8 em processo de reconhecimento e 22 reconhecidas.

Nossa população-alvo se constitui de homens e mulheres de comunidades remanescentes de quilombos: Comunidades de Poço do Lunga e Mameluco - Município de Taquarana, Poço do Sal e Chifre de Bode – Município de Pão de Açúcar, Gameleiro – Município de Olho D'Água das Flores, Paus Preto – Município de Monteirópolis, Povoado Cruz – Município de Delmiro Gouveia, Jacu, Moco, Povoado Jorge e Alto do Tamanduá – Município de Poço das Trincheiras, Tabacaria – Município de Palmeira dos Índios, Cajá dos Negros – Município de Batalha, Puxinanã – Município de Major Isidoro, Guaxinim – Município de Cacimbinhas, Carrasco e Pau D'Arco – Município de Arapiraca, Palmeira dos Negros – Município de Igreja Nova, Muquém – Município de União dos Palmares, Filus – Município de Santana do Mundaú.

O objetivo geral da pesquisa era obter informações sobre atividade sexual, conhecimento e comportamento frente ao HIV/AIDS e uso de drogas, junto à população negra bem como oferecer subsídios para políticas públicas nacional, estadual e municipal da saúde da população negra e sua vulnerabilidade diante das DST/HIV/AIDS e drogas.

Esse projeto permite um panorama das lacunas existentes em termos de prevenção das DST/AIDS e drogas, um perfil da violência, detectar e conhecer as vulnerabilidades existentes e a partir deste conhecimento as tomadas de decisões. Será possível também detectar a questão do racismo uma vez que este leva a comunidade a baixa estima e a vulnerabilidade social.

Observa-se em termos de cidadania ainda algumas conquistas a serem alcançadas pelas condições de moradia, saneamento e os direitos/documentos civis; uma baixa escolaridade, parca leitura, dificuldades de acesso à saúde, pequena mortalidade infantil e aborto, uma taxa de vulnerabilidade às DST/HIV/AIDS significativo devido a pouca escolaridade, baixos recursos econômicos, a grande maioria o não uso da camisinha nas

relações sexuais, desconhecimento sobre formas de infecção e outras inadequadas, práticas de sexo não seguro, desconhecimento sobre os sintomas de DST e o uso/abuso principalmente do álcool, mas também surgindo outras drogas como a cocaína e o crack em comunidades que em sua grande maioria encontra-se isolada. Devemos observar ainda que o acesso às unidades básicas de saúde são muito deficitárias, observou-se a baixa ação o PSF/PACS, a educação tendo a escola como o seu lugar privilegiado encontra-se também deficitário assim como os meios de acesso. Na grande maioria as comunidades não estão inseridos na inclusão digital, falta ainda uma maior sensibilidade dos órgãos públicos.

A violência exercida sobre a mulher se constitui em um fenômeno que avilta sua dignidade, DO SER DA MULHER ao tempo em que se estabelece uma violação focada duplamente, pela saúde pública e pelos direitos humanos da mulher enquanto cidadã. Os dados obtidos sobre de violência, racismo suas implicações para a saúde da mulher bem como o desconhecimento das doenças sexualmente transmissíveis confirmam a abrangência do Estudo sobre as vulnerabilidades da população negra ao HIV/AIDS dado aos resultados obtidos tais como a constatação de péssimas condições de vida a que está submetida as populações remanescentes de quilombos, as dificuldades que essa comunidades tem para o acesso ao serviços de saúde, forte presença de drogas o alcoolismo, falta de prática preventiva no tocante as doenças sexualmente transmissíveis, fatores esses que possivelmente pode acarretar uma grande vulnerabilidade dessa população a contraírem as DST/AIDS. Diante do exposto, intervenções na área da saúde e da educação são fundamentalmente necessárias à medida que se constatou o aspecto da desigualdade e do racismo como fator de vulnerabilidade para as mulheres com risco ao aparecimento de enfermidades principalmente as DST/AIDS. A busca de alternativas para o enfrentamento dessas questões é dever ético de todos/as aqueles/as que estão envolvidos em saúde e educação visando contribuir para o desenvolvimento de ações que tenham em seu bojo a promoção da igualdade de gênero e a plena saúde das mulheres negras. Esse fato representa, portanto um direito humano fundamental, no sentido de garantir a equidade e a plena cidadania das mulheres negras.

Como resultado alcançado foi realizada uma análise de demandas por ações de prevenção de HIV/AIDS e drogas junto a população negra no Estado de Alagoas. Foram feitas 19 (dezenove) oficinas de prevenção as DST/AIDS, Sexo seguro e distribuição de material informativo. Ainda foi incluso capacitação do PACS/ESF do município de Palmeira dos Índios sobre a saúde da população negra; Monteirópolis, Olho D'água das Flores e Santana do Mundaú.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 172.

Tabela 172 – Detalhamento das despesas da Ação 20AC

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
151,000,000	339030	100,04	1.650,00	1.750,04
151,000,000	339039	0,00	1.200,00	1.200,00
151,000,000	339092	0,00	49,96	49,96
Total (R\$)		100,04	2.899,96	3.000,00

Tabela 173 – Metas e resultados da Ação 20AC no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	3.000,00	2.899,96	96,66 %
Física	01	01	100%

2.3.36.2. Ação 20AL – Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para Vigilância em Saúde

Tabela 174 – Dados Gerais da Ação 20AL

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de vigilância em saúde.
Descrição	Repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal para custeio das ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de vigilância em saúde.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Faculdade de Medicina - FAMED
Unidades executoras	Faculdade de Medicina – FAMED
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Pró-Reitoria de Extensão – PROEX
Coordenador da ação	Prof. Jorge Luis Souza Riscado

* Coordenadora local da referida ação na UFAL.

O estudo sobre as vulnerabilidades da população negra ao HIV/AIDS e a busca por ações de prevenção em comunidades remanescentes de quilombos. Em Alagoas, no âmbito da UFAL está em curso uma pesquisa comportamental, executada pela Faculdade de Medicina, coordenada pelo Prof. Jorge Luis Souza Riscado (pesquisador principal) e pela Prof^a. Maria Aparecida Batista de Oliveira, iniciada em 14/03/2008 com término previsto para dezembro/2008, que tem como objetivo obter informações sobre atividade sexual, conhecimento e comportamento frente ao HIV/AIDS e uso de drogas, junto à população negra; oferecer subsídios para políticas públicas nacional, estadual e municipal da saúde da população e sua vulnerabilidade diante das DST/HIV/AIDS e drogas. A população alvo dessa pesquisa é formada de homens e mulheres, residentes em 20 comunidades quilombolas das 42 existentes em Alagoas. Para consecução do objetivo específico que é caracterizar os sujeitos da pesquisa; detectar lacunas de conhecimento sobre DST/AIDS; detectar o nível de vulnerabilidade às DST/AIDS; verificar o uso/abuso de drogas; traçar um comparativo de vulnerabilidade por faixa etária; investigar a cobertura de exame preventivo ginecológico e investigar a forma de tratamento do trato genital entre os homens. Para essa pesquisa será utilizado um questionário, contendo 96 perguntas do tipo abertas, quali-quantitativo em uma amostra de 323 sujeitos.

A conclusão dessa pesquisa permitiu um panorama das lacunas existentes em termos de prevenção das DST/AIDS e drogas, um perfil da violência, conhecimento das vulnerabilidades existentes e a partir deste conhecimento as tomadas de decisões, como também detectar a questão do racismo fator que contribui de alguma forma para baixa estima e a vulnerabilidade social.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa, ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2008, é apresentado na Tabela 175.

Tabela 175 – Detalhamento das despesas da Ação 20AL

Fonte	ND	Disponível	Liquidado	Total (R\$)
151,000,000	339014	0,00	1.417,95	1.417,95
151,000,000	339030	658,82	3.288,10	3.946,92
151,000,000	339039	0,00	32.690,13	32.690,13

Relatório de Gestão 2008 - 103

151,000,000	339092	0,00	945,00	945,00
Total (R\$)		658,82	38.341,18	39.000,00

Tabela 176 – Metas e resultados da Ação 20AL no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	39.000,00	38.341,18	98,31 %
Física	01	01	100%

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em atendimento à Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 47, de 27/10/2004, e decisões normativas complementares, os seguintes componentes e indicadores de gestão, ampliados em relação ao conjunto de indicadores definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU-Plenário e Acórdãos nº 1.043/2006 e nº 2.167/2006-TCU-Plenário, são observados:

Componentes:

- (a) Custo corrente incluindo 35% das despesas Hospitais Universitários - HU's;
- (b) Custo corrente excluindo as despesas dos HU's;
- (c) Número de alunos tempo integral;
- (d) Número de alunos equivalente;
- (e) Número de professores equivalentes;
- (f) Número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos HU's; e
- (g) Número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos HU's.

Indicadores ou Parâmetros de Gestão:

1. Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas. Os seguintes indicadores foram utilizados para avaliação do desempenho da gestão:

- (a) Custo corrente / aluno equivalente (com e sem HU);
- (b) Aluno tempo integral / Professor equivalente;
- (c) Aluno tempo integral / funcionário equivalente (com e sem HU);
- (d) Funcionário equivalente / Professor equivalente (com e sem HU);
- (e) Grau de Participação Estudantil;
- (f) Grau de Envolvimento com Pós-Graduação;
- (g) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação;
- (h) Índice de Qualificação do Corpo Docente;
- (i) Taxa de Sucesso na Graduação.

2. Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade):

- (a) Custo corrente / aluno equivalente: objetiva mensurar as despesas correntes por aluno, como indicador de eficiência.
- (b) Aluno Tempo Integral / Professor equivalente: é um indicador de produtividade de recursos docentes da instituição.
- (c) Aluno Tempo Integral / Funcionário equivalente: é um indicador de produtividade de recursos técnicos -administrativos da instituição.
- (d) Funcionário equivalente / Professor equivalente: é um indicador complementar dos dois acima referidos (b e c), que dimensiona a composição dos recursos humanos utilizados.
- (e) Grau de Participação Estudantil: tem como principal objetivo exprimir em que grau os alunos se utilizam da capacidade instalada na Universidade e a velocidade da integralização curricular.
- (f) Grau de Envolvimento com Pós-Graduação: tem por objetivo retratar o grau de envolvimento em atividades de pesquisa e Pós-Graduação.
- (g) Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação: é um indicador de avaliação da qualidade dos cursos de Pós-Graduação.
- (h) Índice de Qualificação do Corpo Docente: é um indicador da qualidade do corpo docente, em termos de sua titulação.
- (i) Taxa de Sucesso na Graduação: é um indicador que fornece o índice de alunos que concluem o curso no tempo de duração prevista para cada curso.

3. Fórmula de Cálculo e Método de Medição

(a₁) Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente = $\text{Custo Corrente com HU} / (A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI})$

(a₂) Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente = $\text{Custo Corrente sem HU} / (A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI})$

(b) Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente = $(A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}) / \text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}$

(c₁) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU = $(A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}) / \text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes com HU}$

(c₂) Aluno tempo integral / Funcionário equivalente sem HU = $(A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}) / \text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes sem HU}$

(d₁) Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente = $\text{N}^\circ \text{ de Funcionário Equivalente com HU} / \text{N}^\circ \text{ de Professor Equivalente}$

(d₂) Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente = $\text{N}^\circ \text{ de Funcionário Equivalente sem HU} / \text{N}^\circ \text{ de Professor Equivalente}$

(e) Grau de Participação Estudantil (GPE) = A_{GTI} / A_G

(f) Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG) = $A_{PG} / (A_G + A_{PG})$

(g) Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação = S Conceito de todos os programas de PG / N^o de programas de PG

(h) Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) = $(5D + 3M + 2E + G) / (D + M + E + G)$

(i) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) = $\text{N}^\circ \text{ de diplomados} / \text{N}^\circ \text{ Total de alunos ingressantes}$

As variáveis utilizadas, com as respectivas definições, foram as seguintes:

- ✗ Custo corrente com HU: representa as despesas correntes da Universidade (conta SIAFI n^o 3300000) deduzidas as seguintes despesas: (a) 65% das despesas correntes do HC; (b) aposentadorias e reformas (Conta SIAFI n^o 3319001); (c) pensões (conta SIAFI n^o 3319003); (d) sentenças judiciais (conta SIAFI no. 3319091); (e) despesas com pessoal cedido – docente; (f) despesa com pessoal cedido – técnico administrativo; (g) despesa com afastamento do País/Exterior – docente; (h) despesa com afastamento País/Exterior – técnico administrativo.
- ✗ Custo corrente sem HU: com a mesma definição acima, com alteração apenas no item (a), por excluir 100% das despesas correntes do HU.
- ✗ Número de alunos de graduação em tempo integral (AGTI): é calculado pela fórmula: $AGTI = \text{Stodos os cursos} \{ (NDI * DPC) (1 + [\text{fator de retenção}]) + ((NI - NDI) / 4 * DPC) \}$, onde NDI= número de diplomados em cada curso; DPC=duração padrão do curso; NI=número de alunos que ingressaram em cada curso, com o fator de retenção para os diferentes cursos estabelecido pela SESu/MEC.
- ✗ Número de alunos equivalentes da graduação (AGE): é obtido através do produto do número de alunos de graduação tempo integral pelos respectivos pesos de cada curso, sendo os pesos definidos pela SESu/MEC, ou seja: $AGE = \text{Stodos os cursos} \{ (NDI * DPC) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI) / 4) * DPC \} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$.
- ✗ Número de alunos tempo integral de Pós-Graduação (APGTI) e de residência médica (ARTI), calculados da seguinte forma: $APGTI = 2 * APG$ e $ARTI = 2 * AR$, onde APG é o número de alunos matriculados no mestrado e doutorado; e AR é o número alunos na residência médica.

- ✎ Número de professores equivalentes: considera-se como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem dedicação exclusiva, com os de 20 horas com peso 0,5). São contabilizados os professores em exercício efetivo, substitutos e visitantes, deduzidos os afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos.
- ✎ Número de funcionários equivalentes com HU: considera-se como referência o servidor de tempo integral, inclusive os vinculados ao HU (40 horas/semana), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de trabalho (20 horas, com peso 0,5 e 30 horas, com peso 0,75). Não são contabilizados os afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos.
- ✎ Número de funcionários equivalentes sem HU: o mesmo conceito acima, com a exclusão dos técnicos-administrativos vinculados ao HU.

4. Responsável pelo Cálculo/Medição:

Prof. Dr. Olival de Gusmão Freitas Júnior, Coordenador de Planejamento, Avaliação e Informação da Pró-Reitoria de Gestão Institucional, cujo endereço eletrônico é olival@proplan.ufal.br.

O uso dos referidos indicadores tomou por referência a publicação intitulada "*Orientação para o Cálculo dos Indicadores de Gestão*", edição FORPLAD de novembro de 2003 e revisada em janeiro de 2006 pelo Grupo de Contato composto por representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e da Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC). A referida publicação considera e amplia o documento "Orientações para Cálculo dos indicadores de Gestão" emanado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, Secretária de Educação Superior – SESu/MEC e Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, em dezembro de 2002. Os indicadores de gestão (conforme **Tabela 177**) dão uma dimensão do crescimento institucional verificado no ano de 2008, como também, possibilita uma visão comparativa entre os últimos quatro anos.

Tabela 177 - Indicadores de Gestão no Período de 2005 a 2008

VARIÁVEL DE DESEMPENHO	2005	2006	2007	2008
I.A - Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	6.768,70	8.364,39	10.783,24	10.405,66
I.B - Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	6.564,73*	8.139,65*	10.516,77	10.074,40
II - Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	14,00	16,78	15,93	14,26
III.A - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	7,57*	8,34*	8,98	7,31
III.B - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	14,24*	15,62*	17,43	12,26
IV.A – Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,85*	2,01*	1,77	1,95
IV.B – Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	0,98*	1,07*	0,91	1,16
V - Grau de Participação Estudantil	1,01	0,97	0,94	0,97
VI - Grau de Envolvimento com Pós-Graduação	0,05	0,03**	0,06**	0,05**
VII - Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação	3,29	3,29	3,29	3,42
VIII - Índice de Qualificação do Corpo Docente	2,97	3,42	3,71	3,48
IX - Taxa de Sucesso na Graduação	0,77	0,59	0,48	0,55***

Fonte: PROGINST. Obs.: 1. * Indicadores incluídos em janeiro de 2006 pela revisão da Decisão TCU nº 408/2002. 2. ** Indicadores incluídos pelos Acórdãos nº 1.043/2006 – TCU - Plenário de 28/06/2006 e nº 2.167/2006 – TCU – Plenário de 21/11/2006. 3. *** O indicador da taxa de sucesso na graduação está muito baixo, obtido através da divisão do número de diplomados pelo número de ingressantes. Isso se deve ao fato da entrada em operação no ano de 2006 de dezessete novos cursos de graduação, dezesseis deles relativos ao Programa de Expansão/MEC no Campus UFAL – Arapiraca. Se considerarmos os cursos relacionados aos formados, que nos parece mais realista, o indicador de taxa de sucesso seria de 0,874 (correspondendo a 87,4%). A fórmula indicada pelo TCU não capta o esforço institucional para aumentar a disponibilidade de vagas para a sociedade pelo contrário penaliza.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Item 4 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.2 – Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi)

Ano de Inscrição	RP Processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	9.790.580,09	35.572,83	9.639.530,68	115.476,58
2006	5.243.525,33	1.041,86	5.214.224,24	28.705,42
2007	7.631.971,15		2.093.715,61	5.566.315,3
2008	7.671.237,32		6.860.770,20	810.467,12
Total (R\$)	30.337.313,89	36.614,69	23.808.240,73	6.520.964,42

FONTE: DCF/SIAFI

Ano de Inscrição	RP Não-Processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2005	968.539,96		911.747,66	56.792,3
2006	5.964.431,36	146.094,97	5.522.600,61	295.289,59
2007	24.011.486,09	365.388,42	16.958.755,16	6.623.052,33
2008	22.420.363,66	56.165,04	3.998.346,57	18.365.852,05
Total (R\$)	53.364.821,07	567.648,43	27.391.450,00	25.340.986,27

FONTE: DCF/SIAFI

Justificativa: Os restos a pagar de exercícios anteriores, que foram identificados no sistema SIAFI precisam ser revistos, podem ser em decorrência de diversos fatores, entre eles estão: (1) saldos possivelmente não cancelados; (2) sobras de empenho estimativo não encerrado após a execução dos serviços; (3) obras/serviços ainda em andamento e (4) contratos rescindidos e ainda com saldos. Diante disso, foi constituída uma Comissão no Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, colhendo informações na SINFRA, HUPAA e BC sobre a execução de serviços/fornecimentos de materiais nos diversos processos de compra, para atualizar e revisar os saldos constantes no sistema SIAFI, visando sua baixa /cancelamento .

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIA (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO (Item 5 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.3)

Não houve ocorrência no período.

Tipo	Código Siafi/Siasig	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor recebido/ transferido no exercício	Valor total no	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA (Item 6 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS (Item 7 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.4 – Projetos e Programas financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados)

Não houve ocorrência no período.

Discriminação do projeto, descrição finalidade e organismo	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contra-partida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA (Item 8 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadros: II.A.5, II.A.6, II.A.7, II.A.8, II.A.9, II.A.10, II.A.11)

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA (Item 9 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008. Quadro II.A.12)

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS (Item 10 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO (Item 11 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Não houve ocorrência no período.

Tabela - Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas

ANO	Fatura		Saque	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor
2006	0	0,00	0	0,00
2007	0	0,00	0	0,00
2008	0	0,00	0	0,00

Tabela - Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG:	
Natureza dos gastos permitidos:	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
(Item 12 do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências Adotadas
208453/2008 - CGU	Adotar providências para não mais incorrer na situação ora ressaltada, tendo em vista que tal procedimento afronta a Lei nº 8.666/93. Ademais a jurisprudência do TCU contida no Acórdão 348/2003 - 2ª Câmara determina em seu item 9.2 que as licitações devem ser realizadas com a antecedência necessária, de modo a evitar situações em que o atraso do início dos certames licitatórios seja a causa para as contratações com fulcro no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.	SINFRA	Foram realizados trabalhos com vistas acompanhar os procedimentos que estavam sendo levados a efeito pelo órgão responsável pela execução das licitações. Com as orientações e acompanhamentos procedidos constatamos que houve uma redução significativa nas DL. Entretanto, algumas situações exigiram esta modalidade.
208453/2008 - CGU	Informar a essa CGU o resultado da reanálise do processo, apontado as providências adotadas para sanar a impropriedade constatada.	CG	Todas as pendências na área de recursos humanos foram cumpridas na forma exigidas, tendo inclusive sido acompanhado pela CGU-AL, por conta do Acórdão nº 567/2008.
208453/2008 - CGU	Solicitar dos servidores ocupantes dos cargos de professor assistente e professor adjunto a apresentação dos documentos referentes à titulação necessária para a ocupação dos referidos cargos, mantendo arquivadas cópias dos títulos nas pastas funcionais dos servidores, a fim de comprovar o atendimento dos requisitos exigidos em lei.	DAP	Da mesma forma descrita no item anterior foram atualizadas e comprovadas junto a CGU-AL.
208453/2008 - CGU	Providenciar a atualização no SIAPE dos dados individuais dos servidores, inclusive registrando os tempos de serviço averbados, a fim de dar fidedignidade às informações constantes no sistema e corrigir as inconsistências apresentadas; Discriminar nos mapas de tempo de serviço dos servidores os períodos constantes das certidões de tempo de serviço averbadas; Revisar os processos de aposentadoria dos servidores aposentados com base no artigo	DAP	Processo nº 23065.0183308/2008-18 Inicialmente encaminhado ao DAP com prazo de retorno de 20/11/2008. Todas as situações relativas a pessoal foram atendidas conforme instrução de procedimentos que serviram para dar cumprimento ao Acórdão nº 567/2008 que foi específico na área de pessoal e que tratou de todas as vantagens, aposentadorias e outras

Relatório de Gestão 2008 - 111

	<p>186, inciso III, alínea b (aposentadoria especial de professor), discriminando os períodos constantes das certidões de tempo de serviço a fim de verificar se correspondem a tempo de serviço efetivo em função de magistério.</p> <p>Efetuar o cadastramento tempestivo e correto dos dados inerentes aos registros funcionais dos servidores no SIAPE/SIAPECAD, bem como estabelecer rotinas efetivas e eficazes de revisão dos dados já cadastrados nesses sistemas.</p>		concessões administrativas.
208453/2008 - CGU	<p>Implementar procedimento para controle e cobrança dos valores pagos para servidores cedidos, efetuando o imediato atendimento ao que determina o item 9.4.14 do Acórdão nº 540/2004-Primeira Câmara, ratificado pelo Acórdão do TCU nº 125/2007 - Primeira Câmara.</p>	DAP	<p>1. Processo nº 23065.18302/2008-41 Encaminhado ao DAP com prazo de retorno 20/11/2008.</p> <p>2. Processo retornou em 05/11/2008 com informações e comprovação de recolhimento por parte da Prefeitura Municipal de Arapiraca. No arquivo da CG para vistoria da CGU-AL</p>
208453/2008 - CGU	<p>Efetuar o imediato atendimento ao que determina o item 9.4.15 do Acórdão nº 540/2004-Primeira Câmara, ratificado pelos Acórdãos do TCU nº 125/2007 - Primeira Câmara e Acórdão nº 567/2008 - TCU - 2ª CÂMARA. Cabe ressaltar que a Reitora da UFAL deve instaurar os processos administrativos. Caso haja condições para isto, deverá solicitar a Corregedoria-Geral da União que intervenha adotando as providências necessárias.</p>	GR	<p>A Reitora determinou adoção das medidas que se encontram em fase de conclusão dos procedimentos iniciais. Já foram adotados PAD.</p> <p>Conforme orientação da equipe do TCU corroborada pela CG-UFAL, o DAP encaminhou expediente a autoridade competente para abertura dos procedimentos fixados no referido Acórdão através dos processos:</p> <p>1.23065.014337/2007-2/ Francisco Wildo Lacerda Dantas</p> <p>2.23065.014332/2007-05/ Alberto Jorge Correia Lima</p> <p>3.23065.014336/2007-85/ Tácito Yuri de Melo Barros</p> <p>Em 22/04/2008 – Os Processos foram remetidos a Corregedoria Geral da União – Área Social, solicitando formar equipe para tratar do assunto dado</p>

			<p>as dificuldades internas na instituição.</p> <p>No final do exercício de 2008 foram abertos procedimentos para todos os demais servidores relacionados.</p> <p>Totalmente concluído o PAD de Ana Dayse Rezende Dórea com recomendação de arquivamento pelo Ministério da Educação</p>
208453/2008 - CGU	<p>Efetuar o imediato atendimento ao que determina o item 9.2 do Acórdão 1678/2007- Segunda Câmara, providenciando a transformação da rubrica relativa à URP de 26,05% em vantagem pessoal nominalmente identificada.</p>	DAP	<p>Processo n° 23065.18539/2008-21 Encaminhado ao DAP para dar cumprimento de acordo com a legalidade a concessão. Os lançamentos de correção atinge mais de 1 000 servidores e os procedimentos internos estão sendo concluídos.</p>
208453/2008 - CGU	<p>Recomenda-se que seja revista a concessão da vantagem prevista no Art. 192 da Lei nº 8.112/90 aos servidores matrícula SIAPE 0140175, 1119489 e 1119731, procedendo conforme determina o Art. 46 da citada Lei em relação às parcelas pagas indevidamente.</p> <p>Estabelecer rotina de revisão dos tempos de serviço dos servidores que recebem as vantagens previstas no Art. 192 da Lei 8.112/90, visando aferir se os mesmos preenchem os requisitos estabelecidos no citado normativo para a concessão da vantagem em tela e elidir falhas semelhantes às detectadas.</p> <p>Considerando a divergência entre a data final constante no mapa de tempo de serviço disponibilizado e a data da Portaria de Aposentadoria dos servidores SIAPE nº 1119309 e nº 1118965, recomenda-se a revisão dos seus tempos de serviço visando aferir se os mesmos possuíam tempo de serviço para aposentadoria com proventos integrais e faziam jus a vantagem do Art. 192 da Lei nº 8.112/90.</p> <p>Recomendam-se a revisão do tempo de serviço do servidor matrícula SIAPE 0140220 visando</p>	DAP	<p>Processo n° 23065.18310/2008-97 Encaminhado ao DAP com prazo inicial de retorno 20/11/2008. Os procedimentos no órgão não foram totalmente concluídas.</p>

	<p>aferir se o mesmo possuía tempo de serviço para aposentadoria com proventos integrais e faz jus a vantagem do Art. 192 da Lei nº 8.112/90.</p> <p>Considerando que o SIAPE deve fornecer informações atualizadas e confiáveis, recomenda-se que seja efetuado o registro das averbações existentes nos mapas de tempo de serviço dos servidores constantes na amostra analisada.</p>		
208453/2008 - CGU	<p>Adotar as providências necessárias para implantar o registro de assiduidade e pontualidade dos servidores mediante controle eletrônico de ponto, conforme consta no Art. 1º do Decreto n.º 1.867, de 17 de abril de 1996.</p> <p>Enquanto não se operacionalizar o sistema eletrônico de ponto, observar fielmente o modelo de folha de ponto e os procedimentos para seu preenchimento estabelecido pela Portaria n.º 2.561, de 16 de agosto de 1995.</p> <p>Determinar as Chefias Imediatas que assinem, no campo próprio, as folhas de ponto dos servidores se responsabilizando pela freqüências de seus servidores diretamente subordinados, lembrando que o descumprimento das jornadas de trabalho sujeitará o servidor e o chefe imediato a responderem Processo Disciplinar, conforme consta no Art. 7º Decreto n.º 1.590/95 e Art. 44 da Lei n.º 8.112/90.</p> <p>Abster-se de conceder afastamentos aos servidores sem o devido respaldo legal.</p>	PROGEP	<p>As reuniões envolvendo os setores administrativos e acadêmicos da Universitário juntamente com a Controladoria já se reuniram visando solução definitiva.</p> <p>O projeto prevê adoção do ponto eletrônico na instituição de forma abrangente para os servidores em geral</p> <p>A PROGEP está na coordenação geral desta atividade.</p>
208453/2008 - CGU	<p>Recomenda-se à Entidade instaurar procedimento administrativo visando apurar se as ocorrências registradas na RAIS 2005 correspondem às situações previstas no § 1º do Art. 14 do Decreto 94.664/87.</p>	DAP	<p>Processo 23065.18253/2008-46 Encaminhado ao DAP prazo de retorno 20/11/2008. Todos os 6 servidores tiveram os procedimentos cumpridos, constituída as respectivas comissões. Nem todos foram concluídos por conta de algumas dificuldades junto as comissões.</p>
208453/2008 - CGU	<p>Dar ampla publicidade ao ato editado, afixando-o em locais visíveis nas unidades</p>	PROGESP	<p>Processo 23065.18536/2008-98 Encaminhado a PROGEP</p>

	administrativas e divulgando-o na internet para conhecimento do público interno e externo.		com prazo de retorno 20/11/2008 – Processo na CG aguardando providências de agenda pela PROGEP.
208453/2008 - CGU	Realizar estudo minucioso a respeito da necessidade de flexibilizar a jornada de trabalho para as Unidades Organizacionais da Universidade. Adotar a flexibilização da jornada de trabalho, prevista no Art. 3º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, somente para as unidades organizacionais que efetivamente exigem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno.	PROGEP	Processo 23065.182536/2008-98 Encaminhado ao PROGEP com prazo de retorno 20/11/2008. Já abordado pela PROGEP e devidamente informado no item anterior. Todos os estudos do assuntos foram tratados por aquele órgão.
208453/2008 - CGU	Criar controles internos para verificar a assiduidade e pontualidade dos professores. Criar controles internos visando controlar as atividades desenvolvidas na pesquisa e extensão, e demais atividades realizadas pelos servidores docentes, mantendo em boa guarda os documentos relacionados a essas atividades para verificação pelos Órgãos de Controle Externo, Interno e da Unidade de Auditoria Interna.	PROGEP	Processo 23065.182536/2008-98 Encaminhado ao PROGEP com prazo de retorno 20/11/2008. Aos cuidados da PROGEP no projeto global de controle de pessoal.
208453/2008 - CGU	Apurar os motivos das ausências de atividades acadêmicas (aula) nos cursos acima referenciados, cortando o ponto dos servidores que não justificarem a contento a ausência. A Unidade de Auditoria Interna deverá providenciar a inclusão no Plano Anual de Atividade de Auditoria - PAINT, procedimento específico para acompanhar o ocorrência efetiva das atividades acadêmicas (aulas). Criar controles internos administrativos junto as unidades acadêmicas visando observar as atividades desenvolvidas pelos servidores docentes, tanto nas salas de aulas, como nas demais atividades desenvolvidas, mantendo em boa guarda os registros das ocorrências, que deverão ser disponibilizados aos	PROGRAD	Processo 23065.18314/2008-75 Encaminhado ao PROGRAD com prazo de retorno 20/11/2008. Os encaminhamentos junto a PROGRAD foram procedidos e ouvidos as justificativas dos servidores. Foram intensificadas as recomendações para observar cumprimento dos dispositivos de comunicação entram das unidades acadêmicas

	servidores dos controles interno e externo, e principalmente aos servidores da unidade de auditoria interna da Entidade.		
208453/2008 - CGU	<p>Proceder ao correto preenchimento de todos os papéis e formulários bem como a coleta de assinatura do Ordenador de Despesas nos documentos que devem ser por ele assinados, além da aprovação expressa da prestação de contas. Não conceder Suprimento de Fundos, bem como não utilizar o Cartão de Pagamento do Governo Federal para despesas que devam se submeter ao processo normal de aquisição. Nos casos de Notas Fiscais, Cupom Fiscal e Recibos que estejam fora do prazo de aplicação bem como aqueles que não estejam em nome da Universidade, seja providenciada a devolução dos recursos. Recomenda-se que a CG-UFAL inclua no PAINT, se não o fez, ações de auditoria nas concessões de suprimentos de fundos. A CG-UFAL deverá acompanhar os processos de concessão de fundos auditados referente ao exercício de 2007, no que diz respeito ao saneamento de todas as impropriedades e irregularidades apontadas.</p>	SINFRA	<p>Processo 23065.18516/2008-17 Encaminhado ao SINFRA com prazo de retorno 20/11/2008.</p> <p>Não há concessão atualmente de suprimentos de fundos. Foi extinto.</p> <p>O cartão corporativo não é um instrumento de uso continuado na instituição.</p>
208453/2008 - CGU	Elaborar os Termos de Responsabilidade dos bens patrimoniais, como estabelece o item 7.12 da Instrução Normativa SEDAP 205/88.	SINFRA	Pendente em alguns procedimentos. A área patrimonial constituía num dos pontos mais críticos que constavam de todos os relatórios de auditorias. Com a implantação do SIE estão sendo implantadas e atualizadas as situações de anos anteriores.
208453/2008 - CGU	Providenciar a elaboração dos RMA e RMB, conforme orienta a Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional nº 12, de 14 de novembro de 1996, tratado no Manual do SIAFI assunto 02.11.01., bem como a determinação do TCU contida no item 9.7.4 do Acórdão 3.541/2007 - 2ª Câmara.	SINFRA	<p>1. Processo 23065.18526/2008-52 Encaminhado ao SINFRA com prazo de retorno 20/11/2008</p> <p>2. 25.11.08 - O processo retornou a esta Controladoria com os esclarecimentos das ações concretizadas para atender o Plano de Providências. O referido processo está no arquivo</p>

Relatório de Gestão 2008 - 116

			desta UCI à disposição da CGU nos procedimentos de verificação do cumprimento das ressalvas de 2007.
208453/2008 - CGU	Orientar os diversos setores da UFAL, sobre a necessidade de se fazer constar nas próximas PCDs as devidas justificativas quando os deslocamentos dos servidores se iniciarem nos finais de semana, em atenção ao §2º do Art. 5º, do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006. Recomenda-se, ainda ao Gestor, formalizar os processos de concessão de diárias de tal forma que atenda ao contido no § 4º, do Art. 22, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como atentar para o correto preenchimento de todos os campos das PCDs.	DCF	Processo 23065.18520/2008-85 Encaminhado ao DCF com prazo de retorno 20/11/2008 1. 24/11/2008 - Processo retornou a CG em 18/11/2008 com os esclarecimentos do DCF. Determino seu arquivamento nesta Unidade de Controle Interno para que fique a disposição da CGU e conseqüente avaliação do cumprimento da ressalva que contemplou o Certificado de Gestão.
208453/2008 - CGU	Formalização inadequada de processos de dispensa de licitação.	SINFRA	1. Processo 23065.18522/2008-74 Encaminhado ao SINFRA com prazo de retorno 20/11/2008 2. 25.11.08 - O processo retornou a esta Controladoria com os esclarecimentos das ações concretizadas para atender o Plano de Providências. O referido processo está no arquivo desta UCI à disposição da CGU nos procedimentos de verificação do cumprimento das ressalvas de 2007.
208453/2008 - CGU	Reiteramos a recomendação dos órgãos de Controle, qual seja: suspender o procedimento de transferir à FUNDEPES a prática de atos de competência exclusiva da Universidade.	PROGINST	Processo 23065.18534/2008-07 Encaminhado a PROGINST com prazo de retorno 20/11/2008. A gestão não praticou mais os atos desta natureza.
208453/2008 - CGU	Reiteramos as recomendações para que seja providenciada a devolução do valor de R\$ 421.698,62 repassado à FUNDEPES sem a especificação de sua finalidade, e, caso contrário, impugnar tais despesas com a conseqüente instauração de Tomada de Contas Especial com vista a apurar a responsabilidade.	GR	Processo 23065.18542/2008-45 Encaminhado a PROGINST com prazo de retorno 20/11/2008. A TCE será aberta através de processo conclusivo que a Controladoria está adotando.

<p>208453/2008 - CGU</p>	<p>Determinar aos responsáveis pelo levantamento dos bens da Universidade que observem fielmente a IN/SEDAP n.º 205, de 08 de Abril de 1988, na elaboração do inventário dos bens da Universidade, e efetuem as adaptações necessárias no software Sistema Integrado de Informações - SIE, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-FATEC), a fim de observar a IN citada.</p> <p>Estabelecer no âmbito das várias Unidades Organizacionais (UO) da Universidade que cada Chefe realize um levantamento minucioso dos bens que existem na UO, a fim de que seja efetuado o controle das movimentações desses bens, enquanto não se conclui o inventário, com a finalidade de salvaguardá-los de qualquer evento danoso.</p> <p>Fixar data para conclusão do inventário da Universidade até o término do exercício, 31 de dezembro de 2008.</p> <p>Observar a compatibilidade das informações referentes aos bens incluídos nos inventário com os registros da contabilidade oficial da Universidade.</p>	<p>SINFRA</p>	<p>Processo 23065.18298/2008-11 Encaminhado ao SINFRA com prazo de retorno 20/11/2008</p> <p>1. 24/11/2008– Processo retornou da SINFRA cumprindo o solicitado e demonstrando que o órgão está envidando esforços para promover a total regularização do item. Determinei o arquivamento interno nesta CG para disponibilizar à CGU os elementos comprobatórios para excluir a ressalva proposta.</p> <p>2. Com a implantação do SIE está sendo implantado e sua conclusão deverá ocorrer em breve.</p>
<p>208453/2008 - CGU</p>	<p>Comprovar mediante laudo médico expedido por junta médica oficial a condição de inválido dos beneficiários matrícula SIAPE 4970462 e 4970527 à época do óbito do instituidor.</p> <p>Verificar a preexistência de invalidez do beneficiário à data do óbito do instituidor, mediante laudo médico expedido por junta médica oficial, previamente à concessão de pensão.</p>	<p>DAP</p>	<p>Processo 23065.18305/2008-84 Encaminhado ao DAP com prazo de retorno 20/11/2008.</p> <p>Os procedimentos administrativos foram adotados pelo DAP.</p>
<p>208453/2008 - CGU</p>	<p>Reitera-se a recomendação disposta no item 5.2.5.2 do Relatório n.º 189697: Proceder conforme determina o Art. 46 da Lei 8.112/90 quanto aos valores pagos indevidamente a título de auxílio-alimentação aos servidores matrícula SIAPE 0140225 e 1119465 no exercício de 2006.</p>	<p>DAP</p>	<p>Processo 23065.18539/2008-21 Encaminhado ao DAP com prazo de retorno 20/11/2008.</p> <p>Foram resolvidos pelo DAP e provados junto a CGU-AL.</p>
<p>208453/2008 - CGU</p>	<p>Proceder conforme determina o Art. 46 da Lei 8.112/90 quanto aos valores pagos indevidamente aos</p>	<p>DAP</p>	<p>Processo 23065.18539/2008-21 Encaminhado ao DAP com</p>

Relatório de Gestão 2008 - 118

	servidores matrícula SIAPE 1120852 e 140258.		prazo de retorno 20/11/2008. Foram atendidos pelo DAP.
208453/2008 - CGU	Proceder conforme determina o Art. 46 da Lei 8.112/90 quanto aos valores pagos indevidamente ao beneficiário do instituidor matrícula SIAPE 1120070.	DAP	Processo 23065.18539/2008-21 Encaminhado ao DAP com prazo de retorno 20/11/2008 Foram atendidos pelo DAP.
208453/2008 - CGU	Providenciar o ressarcimento à União do valor de R\$ 8.859,77 referente aos reembolsos não efetuados pelos órgãos cessionários, relativamente ao servidor matrícula SIAPE 0140342. Implantar uma rotina de revisão das informações constantes do cadastro SIAPE dos servidores supracitados, efetuando as correções porventura necessárias, a fim de manter o referido sistema com informações fidedignas.	DAP	Processo 23065.18306/2008-29 1. Encaminhado ao DAP com prazo de retorno 20/11/2008; 2. Arquivado na CG.UFAL aguardando constatação da CGU.
208453/2008 - CGU	A Controladoria-Geral da UFAL adote as providências necessárias para elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, conforme a IN SFC nº 1, de 03 de janeiro de 2007. Se houver necessidade, a unidade de auditoria interna poderá recorrer a Controladoria-Regional da União em Alagoas no sentido de solicitar orientações sobre o tema.	CG/GR	Esta sendo adotadas as correções para o ajuste sugerido. Há pendências do órgão externo quanto ao treinamento
208453/2008 - CGU	Adotar as providências necessárias, de forma tempestiva, para a avaliação dos estudos existentes sobre elaboração do Regimento Interno da Controladoria Geral e posteriormente submeter ao Conselho Universitário dessa Entidade.	CG/GR	Aguardando a revisão do Regimento em estudo pelo Conselho Universitário.
208453/2008 - CGU	Normatizar o funcionamento da Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, vinculando-a ao Conselho Universitário da Entidade, conforme normativos legais.	CG/GR	Aguardando a revisão do Regimento em estudo pelo Conselho Universitário. Há estudos em âmbito nacional a respeito desta decisão.
208453/2008 - CGU	Adotar as providências necessárias para verificação dos sistemas e aplicativos necessários que visem auxiliar os trabalhos de auditoria da Controladoria Geral da Universidade, encaminhando as necessidades à Reitoria da Universidade para verificar a disponibilidade de recursos para essa aquisição.	CG/GR	Previsto para 2009

Relatório de Gestão 2008 - 119

208453/2008 – CGU	Adotar as providências necessárias para a elaboração do programa de desenvolvimento institucional e capacitação dos servidores da Controladoria Geral da UFAL, fazendo constar no orçamento da Universidade os recursos necessários.	GR	Os esforços junto a programação de capacitação estão sendo tratados na PROGEP.
208453/2008 – CGU	Submeter o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT da Controladoria Geral da UFAL à apreciação da instância superior, conforme determina o Art. 6º da Instrução Normativa nº 07, de 29 de dezembro de 2006. Na hipótese de ausência de manifestação da CGU-Regional/AL acerca do PAINT, a unidade de auditoria interna deverá dar prosseguimento às providências previstas nos Art. 6º e 7º, da Instrução Normativa nº 07, de 29 de dezembro de 2006, ou seja: a) Encaminhamento do PAINT para aprovação do Conselho Universitário (CONSUNI); e b) Encaminhamento do PAINT devidamente aprovado à CGU-Regional/AL, até 31 de janeiro de cada exercício.	CG/GR	Cumprido
208453/2008 – CGU	Quando da reforma do Estatuto da Universidade Federal de Alagoas, fizer constar competências específicas para o CONSUNI deliberar acerca dos trabalhos da CG UFAL. Enquanto não houver as mudanças regimentais necessárias, a Reitoria da UFAL deverá levar ao conhecimento dos órgãos colegiados os resultados dos trabalhos da auditoria interna.	CONSUNI	Previsto para a revisão do RI
208453/2008 – CGU	Adotar as providências necessárias para entregar o Processo de Prestação de Contas ao Controle Interno do Poder Executivo dentro do prazo previsto na legislação, evitando assim, prejuízos aos trabalhos de auditoria de gestão.	GR	Observado

FONTE: CONTROLADORIA GERAL

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU (Item 13 do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Nº do Acórdão	Descrição da Determinação /Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências Adotadas
567/2008 - TCU	Dilza Francisca Ferreira possa comprovar, mediante provas materiais aptas, como: constar da declaração de imposto de renda do instituidor, ter sido dependente em plano de saúde, possuir residência em comum, disposições testamentárias, possuir conta bancária conjunta, certidão de nascimento de filho havido em comum, entre outras, sua situação de companheira do ex-servidor à época do óbito, tendo em vista que a justificação judicial por si só não é elemento suficiente.	DAP	Aberto procedimento pelo Processo 23065.005584/2008-16 – Tramitando para arregimentar os dados requeridos pelo Acórdão – Concluído). Até 22/04 - aguardando documentação já solicitada. Não atendido o prazo fixado será procedido a suspensão do benefício.
567/2008 – TCU	Vilma Ferreira da Silva, Edvânia Evangelista dos Santos e Abelardo Antônio Duarte Lima possam comprovar, mediante laudo expedido por junta médica oficial, suas condições de inválidos e de dependentes econômicos dos respectivos instituidores à época dos óbitos.	DAP	Processos para o cumprimento do Acórdão. Proc. 23065.005582/2008-27 Vilma Silva Proc.23065.005836/2008-15 Edvânia Santos (concluído) Proc.23065.005831/2008-84 Abelardo Antonio Duarte (com Parecer para lançamento no SISAC – 22/04 - concluído)
567/2008 – TCU	Marciel Alves dos Santos, Anderson Araújo da Silva, Diego Moreira da Silva e Saulo Lopes Marinho possam comprovar mediante provas materiais aptas, tais como: constar da declaração de imposto de renda do instituidor, constar como dependente do plano de saúde, possuir residência em comum, entre outras, suas situações de dependentes econômicos dos respectivos instituidores à época dos óbitos, assim como a incapacidade dos respectivos pais de garantirem a subsistência de seus filhos, tendo em vista que a justificação judicial por si só não é elemento suficiente.	DAP	23065.005580/2008-38 Marciel Santos 23065.005840/2008-75 Anderson Silva 23065.005839/2008-41 Diego Moreira da Silva 23065.005833/2008-73 Saulo Lopes Nos respectivos processos estão as providencias adotadas e cumpridas.
567/2008 – TCU	Faça cessar os pagamentos aos respectivos beneficiários que não comprovarem sua relação de dependência econômica em relação ao instituidor das pensões mencionadas nos itens 5.1.1.1 a	DAP	A presente recomendação foi atendida conforme conclusão nos processos abertos para tratar o assunto.

Relatório de Gestão 2008 - 121

	5.1.1.4 precedentes.		
567/2008 – TCU	Abstenha-se de conceder pensão, nos termos da alínea "c" do inciso I da Lei nº 8.112/1990, aos beneficiários que comprovem união estável com base apenas em justificação judicial.	DAP	Processo 23065.006876/2008-76 – DAP, em 16/04/2008. A Instituição não procederá nenhuma medida contrariando a presente recomendação. O DAP está devidamente recomendado.
567/2008 – TCU	Verifique previamente à concessão de pensão o beneficiário maior inválido, a existência de dependência econômica deste em relação ao servidor/instituidor quando este era vivo; se a invalidez do beneficiário preexistia à data do óbito do ex-servidor; e se o respectivo laudo médico foi expedido por junta médica oficial.	DAP	Processo 23065.006878/2008-65 – DAP, 16/04/2008. Foram adotadas providências com atenção a esta recomendação do Acórdão.
567/2008 – TCU	Na hipótese de manutenção dos benefícios, após conclusão dos processos a que se refere o item 5.1.1 precedente, cadastre os atos das pensões civis de Dilza Francisca Ferreira, Vilma Ferreira da Silva, Edvânia Evangelista dos Santos, Abelardo Antônio Duarte Lima, Marciel Alves dos Santos, Anderson Araújo da Silva, Diego Moreira da Silva, Saulo Lopes Marinho e Suane Maria Fragoso Wander. Lei no Sisac, no prazo de 15 (quinze) dias, e os disponibilize à Controladoria-Geral da União em Alagoas – CGU-AL;	DAP	Foi dado cumprimento a determinação. No entanto o prazo torna-se insuficiente, pois a demanda administrativa não tem como ser viabilizada no tempo fixado. O DAP promoverá a disponibilização para a CGU-AL, conforme decidido no Acórdão.
567/2008 – TCU	Exija a comprovação pelos servidores abaixo indicados, mediante apresentação por cópia dos respectivos diplomas no prazo de 30 (trinta) dias, da titulação de mestrado e/ou doutorado necessária à concessão da GEAD, devendo suprimir os pagamentos da referida gratificação nos casos em que não for demonstrada a obtenção do referido título.	DAP	As medidas para a devida comprovação na forma determinada estão sendo cumpridas. A ação complementar fica condicionada a finalização do processo interno.
567/2008 – TCU	Estenda a aplicação da determinação anterior aos servidores não elencados no item precedente que estejam percebendo a referida gratificação, e que não tenham demonstrado de maneira inequívoca a obtenção do título de mestre e/ou doutor.	DAP	Será atendida em toda sua extensão.
567/2008 – TCU	Abstenha-se de conceder a GEAD aos seus servidores com base em atas de dissertação de mestrado ou	DAP	Inicialmente o DAP deu cumprimento a recomendação.

	doutorado, certidões ou declarações, uma vez que esses documentos não são aptos a fazer prova da formação obtida por seu titular.		No entanto, o Conselho Universitário reafirmou o entendimento deferente.
567/2008 – TCU	Cadastre no Sisac, no prazo de 15 (quinze) dias, os atos de admissão, de aposentadoria dos inativos, dos instituidores de pensão e dos respectivos beneficiários, a seguir indicados, bem como de Dácio do Couto Rebelo, José Freire Cabral, Flávio Jorge da Rocha Barros, Tânia Lúcia Vasconcelos Cavalcante, Linaldo Araújo e Wilson Cerqueira, e os disponibilize à Controladoria-Geral da União em Alagoas: Anexo I.	DAP	Os registros serão providenciados sem, no entanto ser possível cumprir o prazo de 15 dias. A medida que formos realizando a ação disponibilizaremos a CGU-AL. Atualmente o assunto está sendo cumprido com normalidade pelo órgãos responsável.
567/2008 – TCU	Passe a observar, com rigor, o prazo para cadastramento e disponibilização no Sisac dos atos de admissão e concessão editados pela entidade, previsto no art. 7º da IN TCU nº. 55/2007.	DAP	Foi observado e cumprido.
567/2008 – TCU	Faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos dos quintos de FC aos servidores a seguir indicados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa: Anexo II.	DAP	Todos os servidores relacionados estão cadastrados no SICAJ (Sistema de Cadastro de Ação Judicial), por se tratar de assunto com decisão judicial conforme pode ser observado pelos processos individuais abaixo informados. RECURSADO AO TCU EM 07/04/2008 (Cópia do Recurso) – Protocolado com encaminhamento ao Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz.
567/2008 – TCU	Passe a realizar o pagamento das parcelas de quintos de FC a que fazem jus os servidores a seguir indicados, sob a forma de VPNI, ajustando o valor da parcela àquele devido em 11/11/1997, data em que deveria ter ocorrido a transformação dos quintos de FC em VPNI, conforme disciplinado no § 1º do art. 15 da Lei nº 9.527/1997, atualizando tais valores exclusivamente pelos reajustes gerais dados ao funcionalismo público: Anexo III.	DAP	Todos os servidores relacionados estão cadastrados no SICAJ (Sistema de Cadastro de Ação Judicial), por se tratar de assunto com decisão judicial conforme pode ser observado pelos processos individuais abaixo informados. RECURSADO AO TCU EM 07/04/2008 (Cópia do Recurso) – Protocolado com encaminhamento ao Gabinete do Ministro Aroldo Cedraz.
567/2008 – TCU	Solicite aos servidores aposentados Waldir Pedrosa de Amorim, Siape 1120512; Dácio do Couto Rebelo, Siape 1120895; Paulo Rogério de Albuquerque	DAP	O DAP já está promovendo a convocação dos interessados através de telegrama para que se efetive a comprovação na forma estabelecida. Para tanto

	Matos, Siape 1120437; José Freire Cabral, Siape 0140252; e Flávio Jorge da Rocha Barros, Siape 0134818; e aos servidores ativos Maria Lígia Bezerra Santos, Siape 1516464; e Eduardo Silvio Sarmiento de Lyra, Siape 1121034; providências no sentido de apresentarem novas certidões de tempo de serviço prestado a prefeituras e estados, nas quais deverão constar os elementos essenciais capazes de comprovar a efetiva prestação dos serviços, tais como: atos de nomeação e exoneração com as suas respectivas datas de publicação, identificação do regime jurídico, portarias de admissão e dispensa com as datas de suas respectivas publicações ou com certidões emitidas pelo INSS para homologar o tempo de serviço prestado pelo servidor como celetista;		foi instaurado nos Processo nº:23065.007194/2008-81/ José Freire Cabral 23065.007193/2008-36/ Waldir Pedrosa de Amorim 23065.007189/2008-78/ Flavio Jorge da Rocha Barros 23065.007190/2008-01/ Paulo Rogério Albuquerque Matos 23065.007186/2008-34/ Eduardo Silvio Sarmiento Lyra 23065.007188/208-23/ Maria Ligia Bezerra Santos Todos os processos estão concluídos para os exames exigidos.
567/2008 – TCU	Estenda a aplicação da determinação anterior aos servidores não elencados no item precedente que estejam em situação similar, e que não tenham demonstrado de maneira inequívoca a efetiva prestação de serviços.	DAP	Complementarmente serão adotadas as providências para o cumprimento na forma decidida.
567/2008 – TCU	Abstenha-se de averbar tempo de serviço com base em certidões desprovidas de informações sobre: regime jurídico; atos de nomeação e exoneração, com suas respectivas publicações; portarias de admissão e dispensa com as datas de suas respectivas publicações ou com certidões emitidas pelo INSS para homologar o tempo de serviço prestado pelo servidor como celetista.	DAP	Os procedimentos serão adotados de acordo com o estabelecido.
567/2008 – TCU	Abstenha-se de averbar tempo de serviço de aluno-aprendiz com base em certidões ou documentos que não comprovem o labor do então estudante na execução de encomendas recebidas pela escola, com a menção expressa do período efetivamente trabalhado e da remuneração recebida, em conformidade com a jurisprudência do TCU.	DAP	Os procedimentos serão adotados de acordo com o estabelecido.
567/2008 – TCU	Proceda à desaverbação, no prazo de 60 (sessenta) dias, do tempo de	DAP	Concluída a etapa processual normal e administrativamente

Relatório de Gestão 2008 - 124

	aluno-aprendiz dos atuais servidores ativos da universidade cuja respectiva documentação não contemple todos elementos referidos no item anterior, no prazo de 60 (sessenta) dias.		requerida, adotaremos as ações necessárias e demandadas para o restabelecimento da normalidade. Ação iniciada pelo Processo nº. 23065.005697/2008-11 e Proc. Nº 23065.007191/2008-47.
567/2008 – TCU	Abstenha-se de conceder pensão, nos termos das alíneas “b” e “d” do inciso II do art. 217 da Lei nº 8.112/1990, ao menores que se apresentam como beneficiários dos instituidores deixando de comprovar a relação de dependência econômica, à época do óbito, em relação ao ex-servidor, bem como a incapacidade dos respectivos pais de garantirem a subsistência de seus filhos.	DAP	Já está sendo observada a decisão.
567/2008 – TCU	Abstenha-se de conceder pensão, nos termos da alínea “d” do inciso I do art. 217 da Lei nº 8.112/1990, aos beneficiários que comprovem dependência econômica com base apenas em justificção judicial.	DAP	Já está sendo observada a decisão.
567/2008 – TCU	Proceda à abertura de processo administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório, para que os servidores Ricardo Coelho de Barros e Sandra Lúcia dos Santos Lira recolham aos cofres da universidade os valores percebidos indevidamente a título do regime de dedicação exclusiva, em razão de descumprimento do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.526/2007 (anteriormente disciplinada pela Lei nº 10.470/2002).	DAP	O assunto está sendo observado na forma abaixo: Processo: 23065.00785/2003-12 – RICADO COELHO Processo 23065.020326/2007-89 – SANDRA LIRA Em 22/04/2008 – CI nº 60 - dirigida a Magnífica Reitora, propondo abertura de PAD de Sandra Lúcia dos Santos Lira. CI nº 61 – dirigida a Magnífica Reitora, propondo abertura de PAD de Ricardo Coelho de Barros.
567/2008 – TCU	Proceda à cobrança junto aos órgãos cessionários, inclusive pela via judicial, caso necessário, dos reembolsos relativos à cessão dos servidores e meses indicados no quadro a seguir: Processo 23065.007187/2008-89 / José Kleber Tenório Magalhães.	DAP	As pendências estão sendo finalizadas na forma especificada.
567/2008 – TCU	Dê pleno cumprimento ao disposto no item 9.4.15 do Acórdão 540/2004 - TCU - Primeira Câmara e instaure processo administrativo disciplinar para apuração dos casos de acumulação de cargos e	DAP	Conforme orientação da equipe do TCU corroborada pela CG-UFAL, o DAP encaminhou expediente a autoridade competente para abertura dos procedimentos

	empregos públicos dos seguintes servidores: Francisco Wildo Lacerda Dantas (desembargador federal com professor 40 horas), Alberto Jorge Correia Lima (juiz estadual com professor 40 horas) e Tácito Yuri de Melo Barros (promotor estadual com professor 40 horas), tendo em vista que a acumulação de dois cargos ou empregos de que decorra a sujeição do servidor a regime de trabalho que perfaça o total de 80 horas semanais é ilícita.		fixados no referido Acórdão através dos processos: 23065.014337/2007-2/ Francisco Wildo Lacerda Dantas 23065.014332/2007-05/ Alberto Jorge Correia Lima 23065.014336/2007-85/ Tácito Yuri de Melo Barros Em, 22/04/2008 – Processos remetidos a Corregedoria Geral da União – Área Social, solicitando formar equipe para tratar do assunto dado as dificuldades internas na Instituição.
567/2008 – TCU	Disponibilize a este Tribunal por intermédio do sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento dos atos cadastrados pela UFAL, os atos de aposentadoria de: Waldir Pedrosa de Amorim, Paulo Rogério de Albuquerque Matos e das pensões civis de Maria de Jesus Filha e Tancredo Pereira, que já se encontram no controle interno, bem como os atos de admissão e aposentadoria dos servidores indicados no item 5.1.9 precedente; de aposentadoria de Dácio do Couto Rebelo, José Freire Cabral, Flávio Jorge da Rocha Barros, Tânia Lúcia Vasconcelos Cavalcante, Linaldo Araújo e Wilson Cerqueira; e os atos das pensões civis de Dilza Francisca Ferreira, Vilma Ferreira da Silva, Edvânia Evangelista dos Santos, Abelardo Antônio Duarte Lima, Marciel Alves dos Santos, Anderson Araújo da Silva, Diego Moreira da Silva, Saulo Lopes Marinho, Suane Maria Fragoso WanderLei e Claudia Araújo de Souza Leão Lages.	DAP	Já foram cadastrados no SISAC: 1. Waldir Pedrosa de Amorim 2. Paulo Rogério de Albuquerque Matos 3. Abelardo Antonio Duarte Lima 4. Dilza Francisca Ferreira 5. Edvânia Evangelista dos Santos 6. Saulo Lopes Marinho Concluído o cadastramento todos ficarão à disposição do TCU na forma recomendada.
567/2008 – TCU	Disponibilize a este Tribunal por intermédio do sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, os atos de aposentadoria dos inativos a seguir indicados que, de acordo com o referido sistema, se encontram no controle interno: Anexo IV.	DAP	Em cumprimento.
567/2008 – TCU	Determinar à Sefip ouvir em audiência as responsáveis Senhoras Ana Dayse Rezende Dorea (CPF 007.585.404-00,	GR/DAP	Resposta individual dos citados Em, 22/04/2008 – As justificativas foram remetidas

Relatório de Gestão 2008 - 126

	<p>Reitora da Universidade Federal de Alagoas a partir de 01/01/2003 até a presente data). Maria Goretti Cerqueira de Medeiros Marques (CPF 208.371.434-20, Gestora de Pessoal a partir de 01/01/2000 até a presente data) para que, nos termos do art. 43, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, apresentem razões de justificativa quanto ao não cumprimento da determinação contida no item 9.4.15 do Acórdão 540/2004 – TCU – Primeira Câmara, no tocante aos servidores: Francisco Wildo Lacerda Dantas, Alberto Jorge Correia de Barros Lima e Tácito Yuri de Melo Barros, já que os mesmos permanecem com jornada de 40 (quarenta) horas semanais no Siape.</p>		<p>na forma solicitada.</p>
<p>567/2008 – TCU</p>	<p>Orientar a Sefip/3ªDT que dê prioridade ao exame dos atos das pensões civis de Maria de Jesus Filha, Tancredo Pereira e Suane Maria Fragoso Wanderlei, e dos atos de aposentadoria concedidos pela UFAL indicados nos itens 5.1.9 e 5.2.2 precedentes.</p>	<p>DAP</p>	<p>Maria de Jesus Filha - Cadastrada pelo controle 10789600-05-2002-43-4</p>

FONTE: CONTROLADORIA GERAL

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO (Item 14 do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Atos	Registrados no SIAPE	Registrados no SISAC
Admissão	361	Admissão: 546
Admissão - Redistribuídos de outros órgãos	09	
Admissão - Contratos (Prof. Substituto)	31	
Admissão - Contrato decisão Judicial	05	
Desligamento (Cargo Efetivo)	30	Desligamento: 03
Desligamento (Término de Contrato)	207	
Aposentadoria	62	186
Pensão	17	32

Fonte: DAP (DEZ, 2008)

Justificativa: A divergência entre a informação SIAPE x SISAC é que no sistema SISAC, além dos lançamentos correspondentes ao processos atuais, constam também cadastramentos de processos de anos anteriores.

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO (Item 15 do Conteúdo Geral por Natureza Jurídica do Anexo II da DN TCU 93/2008)

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	2.365	121.679.292,57	2.297	128.666.791,00	2.600	151.634.855,23
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	---	---	---	---	---	---
Total Pessoal Próprio	2.365	121.679.292,57	2.297	128.666.791,00	2.600	151.634.855,23

FONTE: DAP (FEV/2009)

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	04	189.012,30	04	225.677,40	07	207.480,60

FONTE: DAP (FEV/2009)

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	205	3.093.736,88	270	2.907.549,26	122	3.782.100,61

FONTE: DAP (FEV/2009)

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	300	3.811.332,01	361	5.445.066,06	558	7.618.009,95
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	---	---	---	---	---	---
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	---	---	---	---	---	---
Estagiários						
Total Pessoal Terc. + Estagiários	300	3.811.332,01	361	5.445.066,06	558	7.618.009,95

FONTE: SINFRA (FEV/2009)

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus						
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	01	0,00	01	0,00	01	0,00
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	01	0,00	01	0,00	01	0,00

FONTE: DAP (FEV/2009)

Relatório de Gestão 2008 - 129

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido em exercício na Unidade, com ônus	12	267.807,13	14	824.045,29	13	794.601,09
Pessoal Cedido em exercício na Unidade, sem ônus						
Total Pessoal Cedido na Unidade	12	267.807,13	14	824.045,29	13	794.601,09

FONTE: DAP (FEV/2009)

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas (ensino, pesquisa e extensão) da Unidade – Docentes efetivos: 1120; Docentes temporários: 122	1.242	89.085.730,94 (58,75%)
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade- Técnicos	1.480	62.549.124,29 (41,25%)
Total Geral	2.722	151.634.855,23

FONTE: DAP/NTI (FEV/2009)

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. Por se tratar de uma Lei federal, o SINAES representa agora uma política de Estado para a avaliação das instituições de ensino superior brasileiras, a orientar as políticas de governo para tal fim.

O SINAES integra três modalidades de instrumentos de avaliação, a serem aplicados em diferentes momentos: 1- Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies) – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolvem em duas etapas principais: a) auto-avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de setembro de 2004; b) avaliação externa – realizada por comissões designada pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A CONAES é responsável pela coordenação e supervisão do SINAES.

A CPA é uma comissão autônoma sendo composta por representantes de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, ao final do Processo de auto-avaliação, a CPA prestará contas de suas atividades aos órgãos colegiados superiores, apresentando relatórios, pareceres e, eventualmente, recomendações.

Os resultados da avaliação da CPA-UFAL, referentes ao período de 2006-2008, atesta todo o esforço que vem sendo realizado pela Instituição para produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de maneira comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e bem comum.

Segundo a CPA, é possível distinguir os aspectos em que a UFAL avançou em termos de qualidade social e educativa nos três últimos anos e que podem ser identificados como potencialidades:

- ✍ As Políticas Institucionais. Em relação ao ensino de graduação todos os cursos estão com os Projetos Pedagógicos refeitos/feitos de acordo com as diretrizes curriculares concernentes e são de amplo domínio da comunidade acadêmica. A Pós-Graduação tem sido contemplada com aumento expressivo da procura pelos cursos, inclusive pela solicitação de oferta de cursos na modalidade MINTER com outras instituições dentro e fora do Estado de Alagoas;
- ✍ Quanto à Pesquisa e à Extensão, são evidentes os avanços ainda que muito ainda esteja para ser construído, mormente em relação à Extensão no que se refere à maior integração dos alunos nos projetos/programas desenvolvidos;
- ✍ Estrutura física satisfatoriamente adequada ao atendimento das necessidades dos usuários em relação aos espaços internos e externos. Muito se avançou na melhoria da infra-estrutura física da Instituição com a construção e reformas de vários blocos no Campus A. C. Simões. Como resultado de todo esse investimento, a Universidade será contemplada até 2011 com 61 obras, ofertando à comunidade acadêmica mais estrutura para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entre as obras, está a construção de um novo Restaurante Universitário, para melhor atender a grande demanda existente;
- ✍ Perfil do quadro docente. Houve um sensível incremento em termos qualitativos do perfil do quadro docente, mormente com os recentes concursos públicos para o preenchimento das vagas, tanto para o Campus de Maceió, quanto para o de Arapiraca.

Segundo a administração central da UFAL, em relação aos avanços em 2008, pode-se destacar:

- ✍ Capacitação de servidores com programa agressivo para diminuir as limitações;
- ✍ Início da elaboração dos projetos pedagógicos e arquitetônicos do Campus Delmiro Gouveia;
- ✍ Reformulação do sítio da Instituição com ênfase na criação dos portais de conhecimento (portal do servidor, portal do gestor e portal da comunidade);
- ✍ Implantação do Portal do Gestor. O Portal do Gestor enfatiza a gestão por resultados como sendo a mais adequada para responder com agilidade às demandas da sociedade, procurando a eficácia e a eficiência dos serviços oferecidos a sociedade pela universidade;
- ✍ Implantação dos módulos de Almoxarifado e Patrimônio do SIE. Estes módulos permitiram um maior controle dos bens adquiridos e pertencentes a Instituição, por parte dos seus gestores;
- ✍ Implantação do modelo de segurança integrada na UFAL, compreendendo a disponibilização e instalação de equipamentos de captação, geração, visualização e gravação de imagens, controle de acesso de pessoas, de veículos e sistema de alarme de intrusão;
- ✍ Início da expansão da Instituição prevista dentro do Programa REUNI. O REUNI possibilitou, nesse primeiro ano, avançar na contratação de novos servidores (05 docentes e 10 técnicos) por meio de concursos públicos e recursos de investimentos de R\$ 2.000.000,00, na infra-estrutura da Instituição; e
- ✍ Continuação da implantação do Campus Arapiraca e seus Pólos (Palmeira dos índios, Penedo e Viçosa).

No ponto de vista das dificuldades encontradas em 2008, pode-se destacar:

- ✍ A pouca cultura dos servidores para trabalhar com o conceito de gestão por resultados. cujo foco engloba desde a estrutura funcional (gestão de processos) aos pormenores (sistema integrado de informações e portal corporativo do conhecimento) do corpo funcional (gestão de processos), de quem se presume uma postura eficaz e eficiente;
- ✍ Dificuldades em introduzir a visão de gestão por processos. Essa nova sistemática de realizar um trabalho implica em mudanças profundas da visão sobre o trabalho, das atitudes, das formas de interação e dos valores e hábitos. Por isso, as mudanças devem ser gradativas e planejadas com investimentos em capacitações e incentivos;
- ✍ Necessidade de compor a equipe de gestores. A promessa do Governo Federal para liberar as CD's e FG's, necessárias para finalizar a composição da equipe gestora da UFAL, não foi cumprida a contento;
- ✍ Dificuldades na implantação de uma nova filosofia de trabalho na Superintendência de Infra-estrutura - SINFRA que consiste no trabalho em equipes focadas em resultados e a excelência no atendimento à comunidade interna;
- ✍ Reprogramação orçamentária ainda precária por parte do Governo Federal, trazendo dificuldades para a Instituição; e
- ✍ Dificuldades nas contratações de serviços especializados de engenharia e arquitetura por meio do pregão e outras modalidades, em parte devido à rigidez da Lei nº 8.666. Não se pode contratar projetos de engenharia e arquitetura como se compra canetas. A técnica e preço, aplicável nesse caso, traz todos os recursos possíveis e imagináveis, dificultando a operacionalização e, conseqüentemente, a qualidade dos projetos.

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS
(Item B do Anexo II da DN TCU 93/2008)

18.1. Indicadores de desempenho calculados de acordo com o documento de orientação específico (demonstrar, os valores utilizados para o cálculo dos indicadores)

Informações parciais constantes, sobre os indicadores de gestão, nas páginas 103-105 deste relatório de gestão. Segue os valores utilizados para o cálculo desses indicadores.

CUSTO CORRENTE COM FUNCIONÁRIOS E ALUNOS

I. A - CUSTO CORRENTE COM HU / ALUNO EQUIVALENTE	
Custo Corrente com HU	221.190.001,23
Aluno Equivalente	21,257
indicador	10.405,66

I.B - CUSTO CORRENTE SEM HU / ALUNO EQUIVALENTE	
Custo Corrente sem HU	214.148.591,50
Aluno Equivalente	21,257
indicador	10.074,40

II - ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE	
Aluno tempo integral	14,262
Professor Equivalente	1,001
indicador	14,26

III.A - ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU	
Aluno tempo integral	14,262
Funcionário Equivalente com HU	1.952,00
indicador	7,31

III.B - ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU	
Aluno tempo integral	14,262
Funcionário Equivalente sem HU	1.163,00
indicador	12,26

CUSTOS CORRENTE COM HU

CONTA SIAFI	DESCRIÇÃO	VALOR
3.30.00.00	DESPEAS CORRENTES DA UFAL	347.052.998,46
	(-) 65% DAS DESPEAS CORRENTES DO H.U	13.076.903,78
3.31.90.01	(-)APOSENTADORIAS e REFORMAS DA UNIÃO	60.097.686,91
3.31.90.03	(-)PENSÕES DO ÓRGÃO UNIVERSIDADE	14.283.269,42
3.31.90.91	(-)SENTENÇAS JUDICIAIS DO ÓRGÃO UNIVERSIDADE	30.620.404,59
	(-)DESPEAS COM PESSOAL CEDIDO - DOCENTE DA UFAL	550.333,96
	(-)DESPEAS COM PESSOAL CEDIDO - TECNICOS-ADMINISTRATIVOS DA UFAL	244.267,13

Relatório de Gestão 2008 - 133

	(-)DESPESAS COM AFASTAMENTO PAIS/EXTERIOR - DOCENTE DA UFAL	6.058.297,53
	(-)DESPESAS COM AFASTAMENTO PAIS/EXTERIOR - TEC-ADMINISTRATIVO DA UFAL	931.833,92
	Custo Corrente com HU	221.190.00123

CUSTOS CORRENTE SEM HU

CONTA SIAFI	DESCRIÇÃO	VALOR
3.30.00.00	DESPESAS CORRENTES DA UFAL	347.052.998,46
	(-) 100% DAS DESPESAS CORRENTES DO H.U	20.118.313,50
3.31.90.01	(-)APOSENTADORIAS e REFORMAS DA UNIÃO	60.097.686,91
3.31.90.03	(-)PENSÕES DO ÓRGÃO UNIVERSIDADE	14.283.269,42
3.31.90.91	(-)SENTENÇAS JUDICIAIS DO ÓRGÃO UNIVERSIDADE	30.620.404,59
	(-)DESPESAS COM PESSOAL CEDIDO - DOCENTE DA UFAL	550.333,96
	(-)DESPESAS COM PESSOAL CEDIDO - TECNICOS ADMINISTRATIVOS DA UFAL	244.267,13
	(-)DESPESAS COM AFASTAMENTO PAIS/EXTERIOR - DOCENTE DA UFAL	6.058.297,53
	(-)DESPESAS COM AFASTAMENTO PAIS/EXTERIOR - TEC-ADMINISTRATIVO DA UFAL	931.833,92
	Custo Corrente sem HU	214.148.59150

FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE

Funcionário Equivalente com HU = Servidores técnico-administrativos (incluindo HU) + Funcionários Terceirizados - Funcionários Afastados - Funcionários cedidos x Peso

IV.A- FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU/ PROFESSOR EQUIVALENTE	QUANT. (Q)	AFAST. (A)	CEDIDOS (C)	(Q-A-C)	(P)	(Q-A-C) x P
20 horas	40	1	0	39	0.50	19.50
25 horas	21	0	0	21	0.50	10.50
30 horas	16	0	0	16	0.75	12.00
40 horas	1377	18	7	1352	1.00	1352.00
Serviços Terceirizados c/ HU	558	0	0	558	1.00	558.00
soma	2012	19	7	1986		1952,00

Professor	QUANT. (Q)	AFAST. (A)	CEDIDOS (C)	(Q-A-C)	(P)	(Q-A-C) x P
20 horas	205	9	1	195	0.50	97.50
40 horas	165	2	1	162	1.00	162.00
dedicação exclusiva	800	55	4	741	1.00	741.00
soma	1170	66	6	1098		1000,50
indicador	1.95					

Funcionário Equivalente com HU = Servidores técnico-administrativos (incluindo HU) + Funcionários Terceirizados - Funcionários Afastados - Funcionários cedidos x Peso

IV.B- FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU/ PROFESSOR EQUIVALENTE	QUANT. (Q)	AFAST. (A)	CEDIDOS (C)	(Q-A-C)	(P)	(Q-A-C) x P
---	------------	------------	-------------	---------	-----	-------------

Relatório de Gestão 2008 - 134

20 horas	1	0	0	1	0.5	0.50
25 horas	8	0	0	8	0.5	4.00
30 horas	6	0	0	6	0.75	4.50
40 horas	776	8	7	761	1	761.00
Serviços Terceirizados s/ HU	393	0	0	393	1	393.00
soma	1,184	8	7	1,169		1.163,00

Professor	QUANT. (Q)	AFAST. (A)	CEDIDOS (C)	(Q-A-C)	(P)	(Q-A-C) x P
20 horas	205	9	1	195	0.50	97.50
40 horas	165	2	1	162	1.00	162.00
dedicação exclusiva	800	55	4	741	1.00	741.00
soma	1,170	66	6	1,098		1.000,50
indicador	1.16					

V - GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL

Aluno Tempo Integral	14,262
Total de Alunos (Grad.)	14,775
indicador	0.97

VI - GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO

Alunos da Pós-Graduação	744
Total de Alunos (Grad.+Pós-Grad.)	15.519
indicador	0,05

VII - CONCEITO CAPES/MEC PARA PÓS-GRADUAÇÃO

Somatório do conceitos de todos os cursos	82
Número de cursos	24
indicador	3,42

VIII - ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

	QUANT. (Q)	AFAST. (A)	CEDIDOS (C)	(Q-A-C)	P	(Q-A) x P
Doutor	503	17	2	484	5	2,420
Mestre	344	38	3	303	3	909
Especialista/Aperfeiçoado	144	9	1	134	2	268
Graduado	58	1	0	57	1	57
soma	1,049	65	6	978		3,654
indicador	3,48					

IX - TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO

Nº DE DIPLOMADOS	2,191
TOTAL DE ALUNOS INGRESSANTES	3,978
indicador	0,55

18.2. Quadro detalhado dos contratos de terceirização de serviços, informando valor, tipo de serviço prestado e quantidade de pessoas envolvidas

Contrato	Tipo/número de Contrato	Total de Funcionários	Valor (R\$)
Cityserv Terceirizações Ltda	Serviços Gerais CONTRATO: 30/2007	54	R\$ 57.720,96
A.J. Serviços Ltda Campus A. C. Simões	Serviços Gerais CONTRATO:13/2002	113	R\$ 117.528,79
STI – Serviços em Telecomunicações e Informática Ltda	Serviços em Telecomunicações CONTRATO: 15/2006	03	R\$ 6.187,50
A.H.I Serviços Gerais Ltda Campus Arapiraca e Pólos: Palmeira dos Índios, Viçosa e Penedo	Serviços Gerais CONTRATO : 002/2008	34	R\$ 26.261,93
Servipa Serviços Gerais Maceió	Vigilância – Segurança Integrada CONTRATO : 14/2008	123	R\$ 340.056,42 (MÃO DE OBRA + EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA)
Servipa Serviços Gerais Campus arapiraca e seus pólos	Vigilância – Segurança Integrada CONTRATO 40/2007	44	R\$ 100.000,00 (MÃO DE OBRA + EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA)
Opção Vigilância de V alores	Vigilância CONTRATO: 01/2008	22	R\$ 25.410,00
A.J. Serviços Ltda HUPAA	Serviços Gerais CONTRATO : 03/2005	39	R\$ 50.270,79
Claer Serviços Gerais Ltda	Serviços Gerais CONTRATO: 07/2006	126	R\$ 112.404,58
Total		558	R\$ 723.436,39*

FONTE: SINFRA. Obs.: O valor compreender o material de limpeza nos respectivos contratos de manutenção e equipamentos de segurança nos respectivos contratos.

18.3. Quadro detalhado dos recursos humanos à disposição da IFES, informando a quantidade de pessoal terceirizado, temporários e efetivos, e demonstrando a relação entre a lotação atual, a aprovada (se for o caso) e a ideal

Resp.: Informações contidas nas páginas 127-128 deste relatório de gestão. O modelo de dimensionamento do quadro pessoal adotado pela UFAL foi realizado em 1995. A partir de então, a UFAL vem alocando o pessoal com base nesse modelo. Simultaneamente, são realizados ajustes necessários no referido modelo em função das vacâncias ocorridas no período como também das últimas autorizações de concursos. Por outro lado, a UFAL está elaborando um novo modelo de dimensionamento com meta de conclusão para dezembro de 2009.

18.4. Relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações sob a égide da Lei no 8.958/94, discriminado o número do contrato ou do convênio, o objeto, o valor e a vigência e, ainda, os recursos financeiros, materiais e humanos pertencentes à IFES envolvidos em cada projeto.

Resp.: Diversos recursos de projetos de pesquisa/extensão que chegaram no final do exercício 2007 (dezembro/2007) pela impossibilidade de sua execução foram transferidos para a FUNDEPES - Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa. As informações destes projetos já foram informadas no relatório de gestão 2007. Outrossim, informamos que no exercício de 2008 não foi realizada nenhuma transferência de recursos para a FUNDEPES.

Título do Projeto	Objeto	Valor total (R\$)	Número do Contrato	Vigência	Recursos Humanos envolvidos
Capacitação de técnicos de municípios alagoanos de geoprocessamento	Capacitação de técnicos e gestores municipais para o uso das tecnologias em geoprocessamento	41.185,00	Contrato 70/2007	Dez/2008	6 professores e 6 alunos
Programa Escola de Gestores	Formar, em nível de especialização, gestores educacionais das escolas públicas da Educação Básica	400.000,00	Contrato 10/2008	Jun/2009	41 professores e 400 alunos
Melhoria das condições de convivência da comunidade universitária no Campus A. C. Simões da UFAL	Construção de um centro de interesse comunitário e anfiteatro	4.400.000,00	Contrato 72/2007	Dez/2009	1 docente
Implantação do centro de referência em recuperação de áreas degradadas da região do baixo São Francisco	Gerar e difundir tecnologias para recuperação/recomposição das áreas de preservação permanentes (nascentes e cursos d'água), em consonância com a Legislação Ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e repartição de benefícios, de modo a capacitar e integrar comunidades,	749.547,00	Contrato 76/2007	Dez/2009	1 docente

Relatório de Gestão 2008 - 137

	iniciativas relativas à conservação, manejo e recuperação ambiental.				
Apoio a educação básica no Estado de Alagoas	Qualificação de equipes técnicas e aplicação de instrumentos de gestão, viabilizando assim a melhoria da qualidade de ensino, por meio da elevação do índice de Educação Básica de Alagoas.	632.400,00	Contrato 73/2007	Jun/2009	3 docentes e 69 alunos
Capacitação da assessoria de intercâmbio internacional da UFAL	Construção do site da ASI, aperfeiçoar o canal de comunicação e organizar cursos ou palestras visando a mobilidade internacional discente e docente.	90.000,00	Contrato 74/2007	Dez/2009	2 docentes
Formação continuada para professores de ensino fundamental para o atendimento do aluno com deficiência mental	Capacitação dos profissionais da área da Educação Básica para atuar na promoção de aulas inclusivas para os alunos com deficiência mental.	112.000,00	Cotrato 75/2007	Set/2009	2 docentes
Aporte para a construção das sede da CIED da Universidade Federal de Alagoas	Construção da sede da CIED no CACS	200.000,00	Contrato 78/2007	Dez/2008	1 docente

Relatório de Gestão 2008 - 138

<p>Formação continuada dos profissionais do sistema Universidade Aberta do Brasil - Alagoas</p>	<p>Capacitar os profissionais envolvidos no sistema UAB/AL que são: 21 professores autores e professores formados dos cursos de Licenciatura em Física e Pedagogia em Hotelaria oferecidos pelo CEFET, 59 tutores da UFAL e do CEFET, 5 coordenadores de curso e 6 coordenadores de pólo, em cada construção de propostas didáticas para EAD, acompanhando a produção de atividades de interação e valorando os materiais produzidos</p>	<p>266.904,89</p>	<p>Contrato 80/2007</p>	<p>Jun/2009</p>	<p>67 docentes</p>
<p>Produção do surubim e do camarão-pitu no baixo São Francisco</p>	<p>Produção do surubim (pseudoplatysoma coruscans) e camarão-pitu (macrobrachium carinius) no baixo São Francisco.</p>	<p>33.432,51</p>	<p>Contrato 82/2007</p>	<p>Dez/2008</p>	<p>1 docente</p>

Relatório de Gestão 2008 - 139

Implementação e oferta dos cursos de EAD da Universidade Federal de Alagoas	Viabilização acadêmica do segundo semestre do Curso de Licenciatura em Física e Pedagogia e do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação na Modalidade à Distância, em observância ao edital de nº01 de 20 de dezembro de 2005 do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB)	182.801,27	Contrato 83/2007	Jun/2009	3 docentes e 195 alunos
Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação do Semi-árido Alagoano	Promoção de subsídios, por meio de capacitação e cooperação técnica, às equipes municipais para estruturação, de acordo com os novos marcos legais, visando ao desenvolvimento institucional de órgãos gestores da educação.	126.674,75	Contrato 84/2007	Fev/2009	1
Processo Seletivo Seriado 2008	Realização do PSS-2008	1.426.271,71	Contrato 85/2007	Dez/2008	Diversos docentes e técnicos envolvidos e 500 alunos
Conferência estadual de educação	Realização da conferência estadual de educação.	95.000,00	Contrato 70/2007	Dez/2008	1